

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE ENGENHARIA  
DEPARTAMENTO DE DESENHO TÉCNICO  
DOUTORADO EM SISTEMAS DE GESTÃO SUSTENTÁVEIS

JEAN CARLOS MACHADO ALVES

**ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL DE REDES SOLIDÁRIAS DE  
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO DA REDE  
CATAVALES**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Sistemas de Gestão Sustentáveis da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do Grau de Doutor em Sistemas de Gestão Sustentáveis. **Área de Concentração:** Sistemas de Gestão da Sustentabilidade. **Linha de Pesquisa:** Gestão das Organizações Sustentáveis.

Orientadores:

Letícia Helena Medeiros Veloso  
Emmanuel Paiva de Andrade

Niterói, RJ  
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BEE  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A474a Alves, Jean Carlos Machado  
Análise de sustentabilidade social de redes solidárias de catadores de materiais recicláveis :um estudo de caso da rede Catavales / Jean Carlos Machado Alves ; Leticia Helena Medeiros Veloso, orientador ; Emmanuel Paiva de Andrade, coorientador. Niterói, 2018.  
182 p. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPSIG.2018.d.04111545670>

1. Economia solidária. 2. Movimento Nacional do Catadores de Materiais Recicláveis (Brasil). 3. Cooperativa de trabalho. 4. Desenvolvimento sustentável. 5. Produção intelectual. I. Veloso, Leticia Helena Medeiros, orientador. II. Andrade, Emmanuel Paiva de, coorientador. III. Universidade Federal Fluminense. Escola de Engenharia. IV. Título.

CDD -

**JEAN CARLOS MACHADO ALVES**

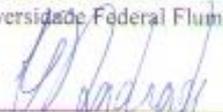
**ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL DE REDES SOLIDÁRIAS DE  
CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO DA REDE  
CATAVALES**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Sistemas de  
Gestão Sustentáveis da Universidade Federal Fluminense  
como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor  
em Sistemas de Gestão Sustentáveis. Área de  
Concentração: Sistemas de Gestão da Sustentabilidade.  
Linha de Pesquisa: Gestão da Organização Sustentável

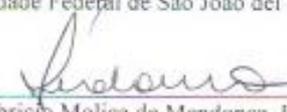
Aprovada em 04 de dezembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA:**

  
Prof. Leticia Helena Medeiros Veloso, Ph.D. - Orientador  
Universidade Federal Fluminense - UFF

  
Prof. Emmanuel Paiva de Andrade, D. Sc. - Orientador  
Universidade Federal Fluminense - UFF

  
Benedito Anselmo Martins de Oliveira, D.Sc.  
Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ

  
Fabricio Molicca de Mendonça, D.Sc.  
Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ

  
Felipe Ador, D.Sc.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Niterói, RJ  
2018

## AGRADECIMENTOS

Primeiro quero agradecer a Deus por sempre estar presente em minha vida e a minha família meu alicerce. Aos professores Letícia Helena Medeiros Veloso e Emmanuel Paiva de Andrade, meus orientadores, que aceitaram o desafio de me orientar e muitas vezes suas orientações não se limitaram às questões acadêmicas, por isso muito obrigado pelas atenções, carinhos e compreensões. Aos coordenadores do PPSIG/UFF professores Osvaldo Luiz Gonçalves Quelhas e Gilson Brito Alves Lima, também, pelo apoio, carinho e atenção, juntamente com os professores do programa, os quais tive o prazer de conviver. Aos alunos do curso de Sociologia/2015 que através da docência orientada auxiliaram em meu crescimento. Aos meus colegas da turma de 2014 pela acolhida, em especial Fabio Ribeiro de Oliveira e Rodrigo Amado pela amizade desde o primeiro dia de aula “Os Três Mosqueteiros”. Aos nossos secretários do LATEC/UFF sempre prestativos nos auxiliando nas questões burocráticas do doutorado tornando verdadeiros amigos. Aos colegas do Grupo de Estudos em Conhecimento, Organizações, Pessoas e Inovação – GECOPI/UFF pelas trocas de conhecimento e carinho. Liliane Almeida muito obrigado pelo “olhar”, carinho com o texto e pela amizade. A equipe da Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto – INCOP João Monlevade/MG. Aos catadores de Materiais Recicláveis das associações das cidades de Belo Oriente/Cachoeira Escura, Coronel Fabriciano, Governador Valadares, João Monlevade, Teófilo Otoni e Timóteo meu muito obrigado pela acolhida, atenção e carinho que me receberam em seus espaços de trabalho. Aos doutorandos e pós-doutoranda Fabiana Goulart de Oliveira, Lívia Poliana, Rosina Pérez e Marcelo A. de Souza pela conversa e troca de conhecimentos que auxiliaram na construção desse trabalho. A Universidade de Coimbra – UC em Portugal, ao Centro de Estudos Sociais – CES/UC e ao Grupo de Estudos sobre Economia Solidária – ECOSOL/CES/UC pela aceitação e acolhida para o desenvolvimento do meu estágio doutoral em 2017. Em especial agradecer ao prof. Pedro Hespanha por ter me aceitado e orientado em minhas atividades de estágio doutoral no CES/UC. Aos meus grandes amigos da Biblioteca Norte/Sul CES – Maria José, Acácio e Inés onde pude fazer novos amigos brasileiros e portugueses como Ana Paula, Eduardo, Murilo, Mônica e António Ginja, dentre outros. A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES pelo apoio na realização deste doutorado. Enfim, a todos os mineiros, cariocas e portugueses que me apoiaram de alguma forma! Esta concretização e vitória compartilho com vocês!

Meu muito obrigado!

## CATANDO PALAVRAS PARA VOCÊ

Jean seja bem vindo a Belo Oriente onde tenho amor verdadeiro.  
Apesar dos inconvenientes, aqui só não é melhor porque tem muito dinheiro.  
Gostei de te conhecer pelo seu jeito simples e educado de ser,  
Estou um pouco inibida não que me sinta menor, pois somos todos iguais.  
A diferença entre nós é que você estudou mais.  
Acredito que veio de João Monlevade no intuito de fazer o melhor por nossa cidade.  
Falamos a mesma língua a do meio ambiente, porém de forma diferente.  
Se o assunto é ACABEO fico mais contente, nunca deixei de sonhar.  
Desde a primeira semente que ajudei a plantar veio o sol e a maltratou.  
Mas, insiste em germinar.  
Na vida já capinei, plantei, colhi, fui babá, cozinheira, gari, doméstica.  
Hoje faço serviços gerais, sem desmerecer nenhum, ser catadora, foi o que gostei mais.  
A vida é uma roda na minha opinião você faz ou fez doutorado eu limpo o chão que pisa, mas se vier vendaval para sufocar sua brisa e precisares de mim atendo com prontidão visto sua camisa.  
O que tive no momento foi esta inspiração, hoje estamos aqui amanhã sei não, somos terra e pó cessou, o fôlego acabou meu irmão eu sou dona desta rima, neste cantinho de Minas, assumo e assino.

Maria da Conceição Costa (Sônia)

(Ex-catadora da Associação de Catadores de Belo Oriente/MG, 2017)

“O importante não é o que fizeram de nós, mas o que nós próprios fazemos com aquilo que fizeram de nós”.  
(Jean Paul Sartre, 1905 - 1980).

## RESUMO

Os aspectos sociais da sustentabilidade são complexos, principalmente para grupos marginalizados cuja cidadania as organizações da Economia Solidária almejam resgatar através de várias estratégias organizacionais como, por exemplo, as redes solidárias. Dentre os princípios da Economia Solidária estão valores como cooperação e solidariedade, elementos que podem auxiliar no alcance da sustentabilidade social dos empreendimentos solidários. A partir das suas relações sociais, observa-se que, mesmo com características defendidas pela Economia Solidária, algumas organizações podem ter dificuldades para corrigirem inteiramente as relações de poder e hierarquia que acabam por influenciar tanto grupos quanto indivíduos nesses empreendimentos. Assim, a partir das experiências da Rede de Catadores de Materiais Recicláveis CATAVALES em Minas Gerais, o presente trabalho tem por objetivo geral *analisar e discutir a sustentabilidade social de redes solidárias de forma a compreender questões sobre tipos e níveis de cooperação, que apontem para o alinhamento com os princípios da Economia Solidária e incorporem a discussão acerca da sustentabilidade como conceito a partir das experiências da Rede CATAVALES em Minas Gerais*. A partir de contatos preliminares, seis associações aceitaram participar da pesquisa, e estão distribuídas nas cidades de Belo Oriente/Cachoeira Escura, Coronel Fabriciano, Governador Valadares, João Monlevade, Teófilo Otoni e Timóteo. Quanto aos procedimentos metodológicos foram realizadas pesquisa bibliográfica, documental, observação participante, visitas *in-loco*, utilização de estratégias vinculadas à pesquisa qualitativa, contato com pesquisadores sobre a temática resíduos sólidos e catadores e estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Observou-se que a Rede CATAVALES apresenta várias características de redes e níveis diferentes de sustentabilidade, influenciados pelas relações sociais e produtivas dos nós que a compõem. Como também a existência de várias lógicas e interações envolvendo não só o econômico, mas também o não econômico. Relações que interferem direta ou indiretamente na dinâmica dos grupos que se dizem trabalhar na perspectiva da Economia Solidária e automaticamente na sua sustentabilidade. E no contexto da Economia Solidária é possível pensar em uma sustentabilidade plural a partir da indissociabilidade entre o econômico, social e político.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade Social, Economia Solidária, Catadores de Materiais Recicláveis

## ABSTRACT

The social aspects of sustainability are complex, especially for marginalized groups whose citizenship Solidarity Economy organizations seek to rescue through various organizational strategies such as solidarity networks. Among the principles of the Solidarity Economy are values such as cooperation and solidarity that are elements that can help in achieving the social sustainability of solidarity projects. And from their social relations, it is observed that even with characteristics defended by the Solidarity Economy some organizations may have difficulties to completely correct the relations of power and hierarchy that end up influencing both groups and individuals in these enterprises. Thus, based on the experiences of the CATAVALES Recyclable Waste Collectors Network in Minas Gerais, the main objective of this work is to Analyze and critically discuss the social sustainability of solidarity networks in order to understand questions about types and levels of cooperation that point to align with the principles of Solidarity Economy and incorporate the discussion about the limits and potential of sustainability as a concept. From preliminary contacts, six associations accepted to participate in the research, they are distributed in the cities of Belo Oriente/Cachoeira Escura, Coronel Fabriciano, Governador Valadares, João Monlevade, Teófilo Otoni e Timóteo. Methodological procedures included bibliographic, documentary, participant observation, on-site visits, use of strategies linked to qualitative research, contact with researchers on the theme solid waste and waste pickers and doctoral training at the Center for Social Studies of the University of Coimbra. It was observed among several factors that the CATAVALES Network presents several characteristics of networks and different levels of sustainability, those influenced by the social and productive relations of the nodes that compose it. As well as the existence of several logics and interactions involving not only the economic, but also the non-economic. Relations that interfere directly or indirectly in the dynamics of the groups that are said to work in the perspective of Solidarity Economy and automatically in their sustainability. And in the context of the Solidarity Economy it is possible to think of a plural sustainability from the inseparability between the economic, social and political.

**Keywords:** Social Sustainability, Solidarity Economy, Recyclable Waste Collectors

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Representação Bibliográfica .....	29
Figura 2	Fluxograma da Cadeia de Valor da Reciclagem .....	34
Figura 3	Campos dos Conhecimentos Utilizados nesta Pesquisa .....	92
Figura 4	Quantidade de Resíduos Sólidos Urbanos – RSU por Regiões e Brasil .....	107
Figura 5	Panorama das Redes de Catadores no Estado de Minas Gerais.	108
Figura 6	Mapa de Atuação da Rede CATAVALES .....	109
Figura 7	Representação Gráfica da Rede CATAVALES .....	118
Figura 8	Nível de Centralidade na Rede CATAVALES .....	120
Figura 9	Associação de Catadores em Teófilo Otoni .....	123
Figura 10	Associação de Catadores em Governador Valadares .....	125
Figura 11	Associação de Catadores em Coronel Fabriciano .....	126
Figura 12	Associação de Catadores em Timóteo .....	128
Figura 13	Associação de Catadores em Belo Oriente e Cachoeira Escura..	129
Figura 14	Associação de Catadores em João Monlevade .....	131
Figura 15	Catadoras das Associações da Rede CATAVALES .....	143

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Princípios das Relações Econômicas – Polanyiana .....	43
Quadro 2	Características e Pilares da Economia Solidária .....	49
Quadro 3	Tipologias de Redes Segundo os Autores .....	56
Quadro 4	Princípios, Valores e Ações para Redes .....	64
Quadro 5	Objetivos, Elementos e Propriedades da Rede de Colaboração Solidária .....	67
Quadro 6	Algumas Características dos Empreendimentos da Economia Solidária .....	71
Quadro 7	Elementos para Análise da Economia Solidária .....	72
Quadro 8	Quadro Analítico para Estudo da Sustentabilidade .....	86
Quadro 9	Características das Abordagens Qualitativa e Quantitativa .....	95
Quadro 10	Contraste entre as Características das Cinco Abordagens Qualitativas .....	97
Quadro 11	Nível de Presença das Características de Redes na Rede CATAVALES .....	115
Quadro 12	Catadoras e Catadores das Associações Pesquisadas .....	140
Quadro 13	Resumo Analítico dos Empreendimentos e da Rede CATAVALES .....	147
Quadro 14	Apresentação das Percepções de Outros Pesquisadores sobre a Temática dos Catadores de Materiais Recicláveis .....	175

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Síntese da Situação Social das Catadoras e Catadores de Material Reciclável no Brasil .....	30
----------	---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CBO – Código Brasileiro de Ocupação

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CES/UC – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

ECOSOL – Grupo de Pesquisa sobre Economia Solidária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCOP – Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto

INSEA - Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

ISO - Organização Internacional de Normalização

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

RSU - Resíduos Sólidos Urbanos

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1	OBJETIVOS .....	21
1.1.1	<b>Objetivo geral</b> .....	22
1.1.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	22
1.2	JUSTIFICATIVA .....	22
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	29
2.1	OS CATADORES E AS (IN)JUSTIÇAS SOCIAL, AMBIENTAL E COGNITIVA .....	29
2.2	ECONOMIAS DE MERCADO E SOLIDÁRIA .....	42
2.3	REDES, EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E SEUS ESPAÇOS SOCIAIS.....	53
2.4	SUSTENTABILIDADE E SEUS ASPECTOS SOCIAIS .....	78
<b>3</b>	<b>ASPECTOS INTERDISCIPLINARES E PERCURSOS METODOLÓGICOS</b> .....	89
<b>4</b>	<b>REDE CATAVALES: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	107
4.1	A REDE CATAVALES E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS .....	107
4.2	AS ASSOCIAÇÕES: OS NÓS DA CATAVALES E SEUS ESPAÇOS SOCIAIS .....	121
4.2.1	<b>Análise transversal das associações (nós)</b> .....	136
4.2.2	<b>As catadoras</b> .....	140
4.2.3	<b>Síntese da análise da sustentabilidade da rede e seus nós</b> .....	146
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	151
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	161
	<b>APÊNDICE</b> .....	175

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade dos séculos XX e XXI se vê em contradição, originada a partir de um sistema econômico, ou seja, o capitalismo que é capaz de gerar demandas, necessidades, exclusões, impactos socioambientais, dentre outros, cujo principal objetivo é a acumulação do capital.

O autor Santos (2002), chama atenção para o século XXI, que tem exigido reflexões sobre novas alternativas econômicas e sociais, pois de acordo com um senso, que tem atingido níveis mundiais, não há outros moldes ao capitalismo. Nos últimos anos, grupos conservadores, como elites políticas, econômicas e intelectuais, têm disseminado de forma agressiva, e até com níveis de sucesso, o pensamento de que “não há alternativa” ao capitalismo, ganhando vários adeptos alienados e até “abduzidos” por esse pensamento e filosofia reducionista da economia. Mas, são perceptíveis as consequências do capitalismo, como a produção de desigualdades de recursos e de poderes e a relação desleal entre trabalho e o capital, as quais ficam subordinadas ao capital e apropriação privada dos recursos e bens públicos.

Visando o crescimento, vários governos desenvolvem políticas para o atendimento de uma parcela específica da população que, em algumas situações, são detentoras do capital que teoricamente é responsável por uma parte da promoção social como, por exemplo, a geração de empregos, pagamento de tributos, etc. Porém, o que se vê é a mercantilização da sociedade, ou seja, o mercado e a economia capitalista tornam-se os reguladores da sociedade onde há algumas classes sociais que sofrem seus efeitos, como exclusão, desemprego, insegurança, geração de resíduos e demais impactos socioambientais (RODRIGUES; SANTOS, 2017; POLANYI, 2012).

A dinâmica do capitalismo proporciona o surgimento de injustiças sociais graves, apresentando grandes desafios aos que lutam em prol de justiça, principalmente em nível nacional, como a redução da desigualdade social, a promoção da cidadania e a inclusão produtiva para gerar trabalho e renda para a população marginalizada (CAMPOS, 2006).

Como bem observa Godoy (2011),

A sociedade capitalista é uma produção e uma reprodução de relações sociais e não só uma produção de coisas. Assim, as relações sociais não se produzem e reproduzem apenas no espaço da fábrica, mas se reproduzem na vida cotidiana, na família e na cidade. “Reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza, se reparte e é despendida, no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros setores...” (Lefebvre, 1973, p. 110). Por isso as consequências desse modo de produção não se dão apenas no nível das forças produtivas (GODOY, 2011, p. 138).

O não reconhecimento dessas relações sociais pode reproduzir relações degradantes proporcionando injustiças sociais, ambientais e cognitivas a todos os envolvidos direta ou indiretamente. Godoy (2011) afirma, ainda, que as pessoas com dificuldades de inserção ou reinserção no mercado tradicional de trabalho muitas vezes estão em condições de pobreza e apresentam baixa escolaridade, o que as levam a desenvolver atividades informais. E que a vida dos trabalhadores é uma busca constante por direitos, segurança social, enfim, uma luta pela sobrevivência e que nessas situações apresentam falta de visão de futuro e de coletividade.

Essas desigualdades são acentuadas nas periferias desse sistema econômico, apresentando diferenças nas condições de vida e de renda de pequenos grupos classificados como qualificados a atender as exigências do mercado, contrapondo a uma maioria de qualificados ou não e desempregados que se sujeitam a trabalhos precários e informais (RODRIGUEZ, 2002).

Nos últimos anos, com a queda na oferta de postos de trabalho e outros fatores, o número de pessoas que passaram a ocupar as ruas e delas retirar seu sustento tem crescido significativamente. Esse fenômeno, segundo Dias (2002), converge com a elevada complexidade socioambiental das cidades, fruto de um modelo predatório de apropriação da natureza. Esse modelo predatório vem evidenciando os efeitos cumulativos da ação antrópica, particularmente, desde o início da década de setenta em todo o mundo (ALIGLERI; ALIGLERI; DRUGLIANSKAS, 2009).

Mas, esse pensamento hegemônico referente ao sistema capitalista tem sofrido resistências por vários movimentos dos setores civis, acadêmicos e do terceiro setor, os quais têm buscado alternativas econômicas, emancipatórias e sustentáveis.

Como resposta a essa realidade, dentre várias ações, aflora no Brasil, em meados das décadas de 80 e 90, a Economia Solidária, que segundo seus

defensores, apresenta-se como um movimento político, social e econômico alternativo que busca criar estratégias de sustentabilidade, colaboração e solidariedade nas relações econômicas e sociais aliados a preocupação e responsabilidade com o meio ambiente.

Nesse cenário de exclusão e desigualdade surgem trabalhadores que, vivendo em condições inapropriadas, insalubres, marcados pela desorganização e sem a consciência de seus potenciais, retiram desse ambiente o seu respectivo sustento para sobreviverem. Como exemplo, têm-se os catadores de materiais recicláveis cuja realidade é capturada no diagnóstico preparado por Abreu e Barbosa (2005).

Se por um lado crescem os problemas dos resíduos nas cidades também aumenta o contingente de pessoas excluídas das possibilidades de trabalho e produção. Dessa combinação dramática surge a atividade do catador de resíduos. Tratados com descaso e preconceito pela população, pela polícia e pelos representantes das administrações municipais, passam, com o tempo, a ser vistos por alguns segmentos como trabalhadores que desempenham importante papel social e que merecem ser considerados (ABREU; BARBOSA, 2005, p. 1).

Os catadores de materiais recicláveis muitas vezes não são vistos como os agentes ambientais que realmente são e apresentam dificuldades nos aspectos: sociais (o não reconhecimento, o preconceito e o descaso); econômicos (a desvalorização dos materiais recicláveis, imposições da indústria da reciclagem, dificuldades de comercialização e renda); políticos em nível interno (cooperação, solidariedade, diálogo e organização) e externo (concorrência injusta perante a indústria de reciclagem geralmente detentora do capital, luta pela valorização do trabalho do catador e contra a privatização do lixo, efetividade das políticas públicas cujos agentes públicos e parceiros reconheçam suas particularidades).

Dentre as alternativas existentes para superar essas dificuldades, surgem as associações, cooperativas e redes de catadores, baseadas na filosofia de uma Economia Solidária visando união e cooperação entre seus membros para amenizar seus problemas e resgatar sua cidadania (KEMP; OLIVEIRA, 2007; ABREU; BARBOSA, 2005). Essa “outra economia” desenvolve práticas que “tem questionado as necessidades criadas pelo modo hegemônico de produzir e consumir,

apresentando um contraponto ao processo capitalista e fazendo emergir dinâmicas socioeconômicas e sociopolíticas marginalizadas” (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 36).

Na visão de Singer (2002),

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A Economia Solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social (SINGER, 2002, p. 86-87).

Porém, mesmo organizados em associações ou cooperativas, os catadores buscam outras formas que sejam capazes de atender as demandas e desafios, principalmente, no que tange à comercialização dos materiais, pois dependendo da quantidade coletada e triada, uma vez que isoladamente não conseguem vender ou vendem por um preço bem abaixo do mercado. Assim, criam articulações regionais como, por exemplo, as redes que são uma forma de garantir a sustentabilidade de suas atividades em nível local ou regional.

As redes e a Economia Solidária surgem como modelos de organização alternativos dentro do próprio capitalismo. Esses fenômenos são discutidos por Alves e Abreu (2005), que defendem que os segmentos sociais que lutam contra a injustiça presente na sociedade têm descoberto o potencial da organização em rede como uma forma ou estrutura capaz de reunir pessoas e organizações em torno de objetivos comuns existindo várias tipologias e dentre elas as redes solidárias. Para Mance (2009) e Veronese (2007), as redes solidárias, apesar de integrarem atividades econômicas, apresentam características como a cooperação, o fortalecimento de vínculos sociais, a justiça social, a responsabilidade socioambiental, a geração de renda, o fluxo de informação, dentre outros.

Os elementos básicos de uma rede são os seus atores, células ou nodos constituintes, as conexões entre eles e os fluxos que os perpassam. [...] A noção de rede de colaboração solidária resulta da reflexão sobre práticas de atores sociais contemporâneos [...]. Enquanto categoria analítica, denota a existência de conexões entre os empreendimentos e iniciativas de Economia Solidária e a circulação colaborativa entre eles de informações, valores e materiais (MANCE, 2009, p. 278-279).

Assim, torna-se importante entender as redes a partir de seus nós, sua influência e dinâmica em contextos locais ou regionais nas várias perspectivas sejam elas sociais, ambientais, políticas, etc, principalmente, de populações que lutam pelo seu reconhecimento socioeconômico como os catadores de materiais recicláveis.

Nesse sentido, vários esforços são realizados por movimentos sociais, sociedade e academia, para tornar efetivos modelos socioeconômicos alternativos, a partir da compreensão generalizada de que o desenvolvimento econômico depende do social e ambiental e está, portanto, diretamente atrelado aos mecanismos de sustentação e viabilidade (DUJON; DILLARD; BRENNAN, 2013; DILLARD, DUJON e KING, 2009).

Nessa perspectiva, no Brasil, existem várias experiências em torno da Economia Solidária junto aos catadores, envolvendo os setores civil, público e privado, como é o caso na cidade de João Monlevade, município mineiro cuja economia é baseada na indústria (siderurgia) e comércio (bens e serviços) e localiza-se a 110 km da capital Belo Horizonte. A cidade de João Monlevade tem uma população estimada, segundo o IBGE (2018), de 79.387 pessoas e duas universidades públicas, uma estadual e outra federal. Nesta, está instalado o Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas – (ICEA) da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, que, dentre alguns projetos, possui o Laboratório de Extensão Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da (Incop/UFOP).

A INCOP foi criada em 2011, e no ano seguinte, em 2012, realizou um mapeamento no município de João Monlevade, onde foram identificados potenciais grupos, associações e ou cooperativas para iniciar o processo de incubação em 2013. Dentre os grupos incubados, está uma associação de catadores de materiais recicláveis, que durante o processo de incubação demonstrou um grande potencial

em nível local e regional, pois tem um papel protagonista na Rede de catadores CATAVALES, atuando como sua central de comercialização.

A Rede CATAVALES foi constituída em 2004 com o objetivo inicial de atender demandas de melhores preços a partir da comercialização coletiva de 12 associações de catadores de materiais recicláveis. Ela busca ampliar seu foco, não se limitando à comercialização, mas também elaborando projetos que a enquadre nos requisitos das instituições de fomento, o que tem exigido propostas a partir de organizações em rede. Essas associações são distribuídas nas regiões dos Vales do Aço, Rio Doce e Mucuri nas cidades de Nanuque, Carlos Chagas, Teófilo Otoni, Itambacuri, Governador Valadares, Belo Oriente e Cachoeira Escura, Coronel Fabriciano, Timóteo, Nova Era, Rio Piracicaba, João Monlevade e Iapu. Juntas têm em média 168 catadores e uma produção de 255.5 t/mês atuando em um território de aproximadamente 1.000.000 de habitantes. Segundo a ABRELPE (2017) no Brasil a média de geração de resíduos sólidos urbanos-RSU por habitante em 2016 foi de 1,04 kg por dia, o Sudeste em relação à cobertura de coleta responde a 52,7% do total do país. Mas, em relação à disposição final adequada dos resíduos, houve uma queda dos que foram depositados em aterros sanitários e um pequeno aumento de destinações aos lixões, comparado com 2015.

O que demonstra a necessidade de articulações entre os setores públicos e catadores de materiais recicláveis, pois se observa uma potencialidade para ações da Rede CATAVALES. Há várias estratégias de parcerias ou intenções de articulações e alianças. Essas, porém, ainda são tímidas e desorganizadas, apresentando contradições internas, principalmente com relação à cooperação, às injunções de setores políticos, públicos e privados que interferem em sua sustentabilidade e desempenho, reduzindo, conseqüentemente, a produtividade econômica e, principalmente, social. Ferreira (2005, p. 319) chama atenção para a necessidade de mecanismos que operacionalizem as referidas estratégias de forma a harmonizar a relação homem e natureza e que em uma “sociedade sustentável o progresso é medido pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo) ao invés de puro consumo material”.

Segundo Kemp e Oliveira (2007), as práticas associativas da Economia Solidária, até há pouco tempo isoladas e dispersas, adquirem maior visibilidade, quando se organizam em redes, provocando mudanças e sofrendo transformações.

Observa-se que a Rede CATAVALES é uma organização aparentemente de empreendimentos solidários, sendo possível detectar ações que indicam aspectos da sua configuração como rede. Existem potencialidades sociais, econômicas, culturais, dentre outras, que necessitam, no entanto, serem identificadas, analisadas e fortalecidas, para que possam ser desenvolvidas ações concretas e eficientes auxiliando na sustentabilidade e efetivação dos objetivos da rede.

Sachs subdivide a sustentabilidade em cinco dimensões: a social, cujo objetivo é “construir uma civilização do ‘ser’, em que exista maior equidade na distribuição do ‘ter’ e da renda...”; a econômica, que parte da “alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado”; a ecológica que visa à “regulação dos meios de produção e padrões de consumo”; a espacial, identificada com uma [...] configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas [...] e a cultural que visa à [...] busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas integrados de produção [...]’ (COSTA NETO; ANJOS, s.d, p. 5).

A sustentabilidade não se limita a fatores ambientais ou econômicos, é muito mais ampla. Por essa razão, não basta um empreendimento, por exemplo, ser apenas economicamente viável. Para se alcançar a sustentabilidade é preciso observar e dar a devida importância a outros fatores que influenciarão na base, ou seja, no principal gerador da sustentabilidade, que são as pessoas. Santos (2008, p. 69) diz que o termo sustentabilidade tem sido usado para descrever situações financeiras, em campanhas de marketing, dentre outros e que algumas vezes se confunde a sustentabilidade com a responsabilidade social e ou somente com meio ambiente. Isso é consequência da disseminação e uso desenfreado de conceitos e expressões, o que se deve “à interdisciplinaridade necessária para a discussão, apreensão e aplicação do conceito englobante de sustentabilidade”.

Mas, apesar desse perfil organizacional, ou seja, a organização em rede baseada nos princípios da Economia Solidária, isso não tem garantido a sustentabilidade da Rede CATAVALES e nem das associações que a compõem, ocorrendo frequentemente rotatividade de membros, más condições de trabalho ou término dos grupos por vários motivos sociais, econômicos, políticos, organizacionais, dentre outros.

Diante de tais realidades buscamos entender até que ponto as redes solidárias de catadores de materiais recicláveis podem contribuir para o desenvolvimento dos preceitos da Economia Solidária e a sustentabilidade social de seus componentes?

Desdobrando esse problema, tentamos compreender essas temáticas a partir de três questionamentos que provocaram o presente estudo, pois a reflexão partiu da discussão sobre Redes Solidárias, já que uma das suas principais características está relacionada ao fato dos atores estarem reunidos em torno de um objetivo em comum, o que levanta a questão: **até que ponto o fato de estarem reunidos em torno de um objetivo comum garante aos atores a existência de cooperação?** Já a Economia Solidária tem como uma de suas propostas o resgate da cidadania através da geração de ocupação e renda, levantando o seguinte questionamento: **até que ponto o fato de participar dessas redes atende aos reais princípios da Economia Solidária?** A discussão sobre a Sustentabilidade Social, vinculada às questões econômicas, ambientais e das relações interpessoais, surge para legitimar a verdadeira condição de sustentabilidade que, em qualquer esfera, é intrínseca à condição de bem estar e qualidade de vida do ser humano, por sua vez trazendo a pergunta: **até que ponto há efetivo consenso acerca do que seja sustentabilidade?”**

Assim, inicialmente a tese aqui apresentada é sobre o enfrentamento de inúmeros desafios de ordem econômica, política e de constituição de sólidas relações sociais e laços de solidariedade pelas associações estudadas. Apesar desses desafios, elas conseguem, através da construção de redes, uma forma de enfrentamento que lhes possibilitam algum grau de inclusão produtiva que pode, em alguma medida, ser sustentável.

## 1.1 OBJETIVOS

Partindo da hipótese de que as redes solidárias podem ser um caminho para proporcionar a sustentabilidade social de grupos em vulnerabilidade socioproductiva, como os catadores de materiais recicláveis, a presente tese apresenta os seguintes objetivos:

### 1.1.1 Objetivo geral

Analisar e discutir a sustentabilidade social de redes solidárias de forma a compreender questões sobre tipos e níveis de cooperação, que apontem para o alinhamento com os princípios da Economia Solidária e incorporem a discussão acerca da sustentabilidade como conceito a partir das experiências da Rede CATAVALES em Minas Gerais.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar as organizações sociopolíticas formadas pelos catadores da Rede CATAVALES;
- b) Analisar as relações sociais dentro da Rede CATAVALES a partir do conceito de sustentabilidade social;
- c) Analisar os nós da CATAVALES e suas relações com os espaços sociais.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho se inspira na não aceitação da realidade existente como ela é, insistindo nas possibilidades e alternativas de forma crítica, pois a realidade é repleta de possibilidades que não são experimentadas, capazes de promoverem sociedades mais equitativas.

Ao apontar para além daquilo que existe, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao *status quo*, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis (SANTOS, 2002, p. 25).

Os autores ainda lembram que o desenvolvimento não é uma exclusividade do Estado ou elites econômicas, mas pode ser compartilhado e ter como base a sociedade civil. Defendem que as novas alternativas perante essa realidade

excludente devam começar pelos marginalizados, muitas vezes objetos e não sujeitos das ações, de preferência de forma coletiva e organizadas. Contrariando, assim, as causas e reproduções da exclusão e marginalização, pois “o caráter coletivo do desenvolvimento de baixo para cima gera um processo de construção de poder comunitário que pode criar o potencial para que os efeitos das iniciativas econômicas populares atinjam a esfera política”, social, econômica, inclusiva e emancipatória (SANTOS, 2002, p. 47).

Contraopondo os crescentes níveis de desempregos, os quais têm gerado situações sub-humanas, surgem estratégias organizacionais alternativas baseadas nos princípios da solidariedade, associativismo, cooperação, autogestão, etc.

Dentre os grupos que talvez representem de forma mais clara a exclusão social estão os catadores de materiais recicláveis, que também tem descoberto no trabalho coletivo, através de associações e/ou cooperativas, uma forma de luta e sobrevivência. A exclusão social da qual os catadores são vítimas muitas vezes reforça a lógica do capitalismo em várias situações, fazendo-o viver na rua e dela retirar seu sustento. Entretanto, os materiais recolhidos por eles são fundamentais para a cadeia produtiva da reciclagem, principalmente, vinculados ao ciclo produtivo dos setores de embalagens, papel, bebidas, dentre outros.

Em seu trabalho, os catadores de lixo enfrentam vários desafios, que vão desde a falta de planejamento urbano, sistemas inadequados de recolhimento e descarte do lixo, falta de conscientização da comunidade referente à cultura da reciclagem e coleta seletiva, ausência de políticas públicas eficientes, baixos rendimentos, condições de trabalho, exploração econômica do mercado da reciclagem, etc.

O mercado da reciclagem é um oligopsonio: um reduzido número de empresas consome os materiais recicláveis e impõe as condições e preços aos profissionais da catação (RODRIGUEZ, 2002, p. 341). E nessa cadeia, os catadores são o elo que mais trabalha e os economicamente mais fracos, enfrentando, por exemplo, intermediários, que geralmente estão mais próximos da indústria de reciclagem e conseguem atender as demandas da mesma, pois geralmente há exigências de quantidades mínimas para compra. Assim, os atravessadores conseguem acumular comprando a preços menores dos catadores avulsos ou mesmo organizados, mas com baixa produção e negociam diretamente com a indústria conseguindo preços melhores pela quantidade acumulada.

Dois fatores, evidentes na descrição anterior, constituem, em minha opinião, o círculo vicioso que perpetua o processo de empobrecimento dos recicladores. Trata-se da exploração econômica derivada da estrutura do mercado da reciclagem e da conduta dos seus atores dominantes (isto é, a grande indústria e os intermediários), por um lado, e a dramática exclusão social de que são alvo os recicladores, por outro. Em outras palavras, os efeitos econômicos da estrutura do mercado da reciclagem anteriormente explicados ainda são acentuados pelo estigma e pela exclusão dos recicladores (RODRIGUEZ, 2002, p. 344).

Outra opinião defendida pelo autor é a de que as condições de mercado devem ser transformadas em prol dos catadores de forma a evitar a dispersão e a concorrência frontal entre os mesmos, permitindo a eles enfrentar e se sustentar perante o mercado, utilizando estratégias de concentração de materiais em um número menor de organizações de catadores, acumulando quantidades de materiais que lhe permita melhores condições de concorrência no mercado negociando os preços e condições com as indústrias.

Assim, os catadores, por conscientização, necessidade de sobrevivência neste mercado ou exigências de setores específicos da sociedade têm descoberto novas estratégias organizacionais que unam seus coletivos em prol de objetivos comuns como, por exemplo, as redes.

Para Portugal (2006) e Wasserman e Faust (1999), as redes apresentam potencialidades e capacidades de resposta a diferentes problemas, o que instiga a necessidade de realizar análise dessas redes para entender as relações existentes entre os atores ou pontos que as constituem, pois comportamentos e opiniões das pessoas podem ser influenciados pelas estruturas, as quais estão inseridas.

A análise das redes fornece uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interação entre os atores sociais em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise estrutural das redes baseia-se na premissa de que estas têm uma realidade própria, no mesmo sentido em que os indivíduos e as relações a tem, pelo que a sua influência não pode ser reduzida ao simples efeito de constrangimentos normativos, atributos pessoais ou efeitos cumulativos de múltiplas interações. Esta “análise relacional” [...] permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve, mas, também o modo como eles o usam e modificam consoante os seus interesses (PORTUGAL, 2006, p. 55).

Assim, como forma de evitar armadilhas no processo de entendimento das unidades que compõe determinada rede, é necessário entender que elas são dependentes e que há relações que as interligam para compreender a dinâmica e elos de seus membros.

As redes constituídas por empreendimentos coletivos de catadores sofrem influências dos ideais defendidos, por exemplo, pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis que visam à constituição de organizações alicerçadas nos pressupostos da Economia Solidária promovendo a valorização do ser humano a partir de sua inclusão socioproductiva.

O desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil coloca-nos diante de questionamentos que não se encerram no campo das ciências econômicas, mas perpassam diversas disciplinas. A Economia Solidária é analisada principalmente como um fenômeno econômico, no qual se destaca a presença de uma racionalidade diferente em comparação a outros empreendimentos econômicos, bem como a sustentabilidade desses empreendimentos e as relações de trabalho, que, mais democráticas, beneficiam o trabalhador na formação de sua identidade e expansão da cidadania (CARNEIRO, 2011, p. 83).

Carneiro compartilha dos pensamentos dos autores Fraser e Honneth (2006) e Santos (2005) ao afirmarem que as análises realizadas junto às iniciativas e ações de Economia Solidária não devem se reduzir a uma visão econômica, assistencialista ou transformadora da realidade econômica. Mas, devem avançar nas reflexões e discussões sobre sua efetividade nas redistribuições econômica e no reconhecimento das diferenças. As relações entre esses e outros elementos devem ser considerados e analisados como se relacionam na atual conjuntura socioeconômica e política. São relacionamentos complexos existentes nesses espaços estruturais que envolvam ao mesmo tempo desigualdades e sociabilidades emancipatórias. “A Economia Solidária não está somente no espaço da produção, mas, por envolver diversos atores e grupos na sua prática e promoção, pressupõe que podemos analisá-la sob o prisma da estrutura-ação e analisar as potencialidades [...]” (CARNEIRO, 2011, p. 84). Gaiger (2004) complementa que as análises das organizações que se baseiam na Economia Solidária devem considerar uma série de fatores e condições não só materiais como morais e porque não dizer sociais.

Assim, entender as relações e dinâmicas sociais de determinado grupo que interage com a pluralidade de um sistema que não se fundamenta exclusivamente no mercado “pode ser um caminho para se entender a existência e importância da pluralidade no sistema social como um todo” e potencialidades nas esferas da sua sustentabilidade, principalmente, a social (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 177).

Para melhor compreensão desses fenômenos, buscou-se um referencial teórico, escolhido a partir das observações iniciais do perfil do público e das temáticas envolvidas que neste caso foram os catadores, redes, economia solidária e sustentabilidade. Buscaram-se autores e publicações mais atuais no âmbito nacional e internacional para identificar as discussões existentes sobre os temas para assim confirmar, contradizer ou ampliar a teoria com base na realidade pesquisada.

Os catadores, devido a sua profissão, sofrem vários estigmas, seja em níveis laborais, jurídicos ou psicossociais, o que nos proporcionou a possibilidade de buscarmos melhores entendimentos sobre direitos humanos, justiça social, ambiental e cognitiva e relações sociais. As redes apresentam várias tipologias que variam de contextos e experiências, que, através deste estudo, possibilitou novas compreensões sobre os níveis e presenças de redes que podem existir em uma única rede. A Economia Solidária e sustentabilidade são temas que se apresentam cada vez mais como essenciais a novas estratégias e possibilidades de equilíbrio entre os meios produtivos, sociedade e o meio ambiente como todo, porém poucos são discutidos criticamente para melhor entendimento.

Assim, o presente trabalho se justifica de forma a compreender a sustentabilidade e o potencial emancipatório de alternativas representadas por organizações econômicas baseadas em solidariedade, cooperação, equidade e proteção ambiental, como as formadas por catadores de materiais recicláveis. Como também entender como profissionais estão tentando se organizar para lidar com as dificuldades encontradas devido a sua própria situação e a necessidade de sobrevivência a partir da catação. Além disso, busca identificar quem de fato são esses “atores” atuantes nessas associações e rede, seus principais entraves que dificultam o seu trabalho, a possibilidade de organização de todos e suas formas de respostas a esses obstáculos e como os enfrentam. E, finalmente, como pensar em possíveis “facilitadores” que diminuam essas dificuldades ou torne-as menos complexas, possibilitando que as associações realizem de forma eficiente e

sustentável seus objetivos de funcionar como uma rede solidária que organiza e agrega os trabalhos de todos em torno de um ou alguns objetivos comuns.

Espera-se que os resultados desse trabalho contribuam com ações de movimentos sociais e mobilizações solidárias como a Rede CATAVALES, como também, no desenvolvimento social sustentável não só em nível organizacional, mas regional. Pretendeu-se, com este estudo, ter mais um instrumento que contribua para esforços coletivos e que seja um produto que ajude na solução ou amenização dos problemas sociais, econômicos e ambientais sofridos por essas associações que sobrevivem da atividade de catar materiais recicláveis.

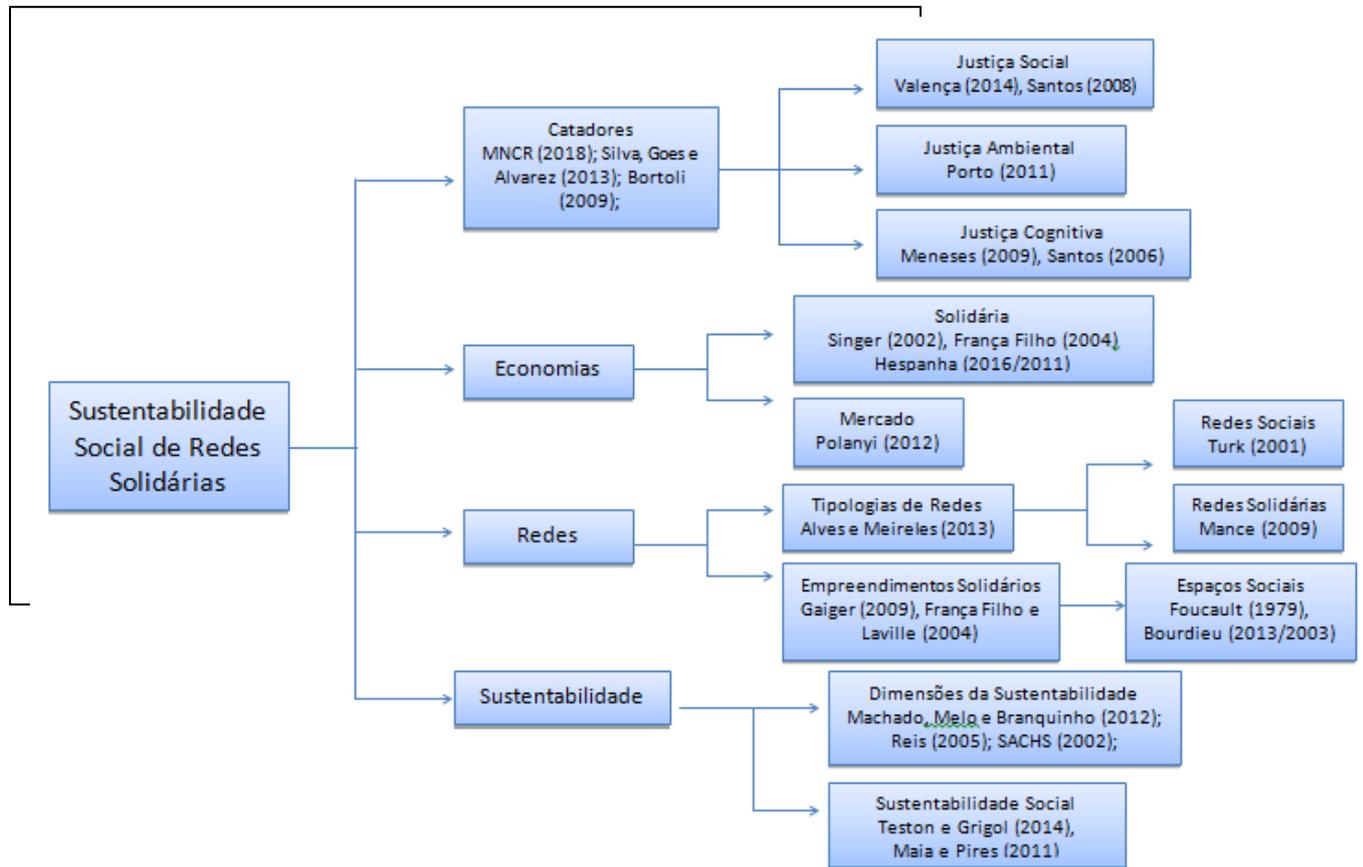
Para os catadores, é mais uma oportunidade para eles entenderem sobre suas potencialidades e limitações enquanto atores sociais vinculados à cadeia produtiva da reciclagem. E a partir da conscientização desses atores, enquanto importantes sujeitos para potencialização da reciclagem, auxiliar no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável. Para tal serão necessárias ações de conscientização junto aos membros da Rede CATAVALES através de uma mobilização mais eficiente, apresentação dos resultados através de um *workshop* onde possam participar o máximo de representantes das associações para não centralizar somente nas lideranças. E assim, construir de forma dialógica novas estratégias de atuação coletiva onde eles assumam compromisso com eles mesmos a partir de uma postura de cooperação, solidariedade e que lutem para sustentabilidade de suas ações e resultados.

O produto deste estudo contribuiu, academicamente, para avançar a compreensão interdisciplinar sobre conceitos, como sustentabilidade, colaboração solidária, mobilização social e política, trocas de informações, geração de conhecimentos, justiça cognitiva, ambiental e social, relações sociais, dentre outros. Tais conceitos têm sido trabalhados, em grande parte, pelas disciplinas individualmente, mas há carência de olhares mais amplo sobre eles. Como também auxiliou na ampliação das discussões sobre os temas redes, economia solidária e sustentabilidade, principalmente, em contextos de populações vulneráveis como os catadores de materiais recicláveis. Sobre redes, observou-se que apesar da diversidade de tipologias existentes a Rede CATAVALES busca cumprir formalidades a partir de sua organização informal e assim realizar ações mínimas para concretizá-las.

A Economia Solidária demonstra potencialidades e limitações para auxiliar pessoas em situações de vulnerabilidades socioeconômicas. Deve-se policiar a interação dos empreendimentos econômicos solidários com as outras economias existentes para que neste processo não perca seus ideais. A sustentabilidade social é extremamente importante para os profissionais no desenvolvimento de suas atividades laborais, porém no contexto dos catadores, ela por si só não é suficiente, justamente devido às várias necessidades econômicas, políticas e sociais que esses trabalhadores necessitam, exigindo, assim, mais do que uma sustentabilidade social e sim uma sustentabilidade plural. Apesar de haver publicações sobre sustentabilidade social, muitas se limitam à discussão dessa sustentabilidade a partir da visão urbana, por exemplo, baseado no saneamento básico e não da perspectiva mais ampla da sustentabilidade social como, por exemplo, qualidade de vida, principalmente, no ambiente de trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresentaremos o referencial dos principais temas que embasaram a pesquisa, como pode ser observado na figura 1.



**Figura 1** - Representação bibliográfica

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Os próximos tópicos apresentarão alguns autores que abordam as temáticas: catadores, justiças social, ambiental e cognitiva, economia de mercado e solidária, redes e suas tipologias, sustentabilidade e seus aspectos sociais.

### 2.1 OS CATADORES E AS (IN)JUSTIÇAS SOCIAL, AMBIENTAL E COGNITIVA

A coleta de materiais recicláveis apresenta-se como alternativa para pessoas que possuem dificuldades de inserção no mercado tradicional de trabalho e também como meio para obtenção de renda.

Como consequência, um número cada vez maior de pessoas perdeu suas fontes tradicionais de remuneração, encontrando-se diante da necessidade de buscar alternativas. Neste contexto, a rua constituiu-se como um espaço dentro do mercado de trabalho que parecia abrir suas portas aos trabalhadores desempregados. Assim, o trabalho dos catadores aparece como uma das diversas formas que hoje fazem da rua seu lugar de trabalho (GORBÁN, 2004, p. 10-11).

A atividade de catação de materiais recicláveis tem se transformado num agente de inclusão social ao criar condições para inserção de uma grande parcela da população marginalizada da sociedade ao oferecer uma profissão, com possibilidades de rendimentos econômicos significativos e que tem superado barreiras para conquistar reconhecimento, valorização e respeito.

**Tabela 1 - Síntese da Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável no Brasil**

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Brasil</b>	<b>Sul</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Norte</b>
Demografia	Total de Catadores	387.910	58.928	161.417	116.528	29.359	21.678
	Média de Idade	39,4	38,9	40,6	38,3	40	36,5
	Mulheres (%)	31,1	34,4	30,9	29,3	34,1	29,5
	Negros (pretos e pardos) (%)	66,1	41,6	63	78,5	71,3	82
Trabalho e Renda	Rendimento médio do trabalho dos catadores (R\$)	571,56	596,9	629,89	459,34	619	607,25
Previdência	Catadores com Contribuição previdenciária (PNAD 2012) (%)	15,4	25,9	17,7	6,2	10,6	7,4
Educação	Taxa de analfabetismo entre os catadores	20,5	15,5	13,4	34	17,6	17,2

Fonte: Adaptado a partir de Silva, Goes e Alvarez (2013)

Esses dados, apresentados na Tabela 1, são resultados de pesquisas e publicações realizadas em 2012 e 2013, mas que demonstram a realidade e características dos catadores organizados. Essa pesquisa, apesar de ser oficial, logo que divulgada foi questionada por representantes dos movimentos de catadores, pois eles acreditam que o número de mulheres catadoras trabalhando é maior do que apresentado na pesquisa e que veremos, no tópico 4.2.2 vinculado a essa pesquisa, que este questionamento se justifica.

O rosto de uma sociedade em rápida mudança é refletido em problemas e exigências sociais. Para tanto, Bortoli (2009) realiza uma reflexão importante sobre o reconhecimento da profissão de catador de material reciclável. Para a autora, os catadores enfrentam muitas dificuldades, como a ausência de direitos e vínculo

empregatício. Muitos recebem menos de um salário mínimo, disputam materiais recicláveis com seus pares e enfrentam a exploração da indústria da reciclagem. Diante deste cenário, marcado pela emergência de processos e dinâmicas que contribuem para a precarização do trabalho e penalizam os trabalhadores, os catadores inauguram seus processos de organização social, econômica e de luta por direitos.

As Associações e Cooperativas de Catadores (ACs) conseguem produzir riqueza a partir do que é descartado como lixo pela produção capitalista, incluir pessoas em situação de vulnerabilidade social e, ainda, mobilizar a sociedade para a reciclagem, desenvolvendo a consciência em torno da questão ambiental. Lidando com três elementos economicamente frágeis, quase formas de inexistência, ou existências negativas, conseguem produzir renda e dignidade humana, revalorizam materiais sem valor e potencializam a solidariedade social (LIMA, 2007).

Segundo Toro (2004), mobilizar é promover e provocar vontades para atuar na busca de um objetivo em comum com sentido também compartilhado através de escopo pré-definido, implicando em uma convicção coletiva de relevância, um sentido daquilo que convêm a todos.

Assim, a coleta de materiais recicláveis está se tornando um negócio viável e rentável, que pode tirar da miséria uma parcela da população que já vive muito próxima do lixo, com pouca saúde e educação, além de pouca dignidade. Entretanto, para a atividade de catar materiais recicláveis ser rentável e proporcionar melhor qualidade vida, de fato, os membros de associações ou cooperativas têm que ter uma boa gestão e essa se constitui dos mais variados instrumentos, dentre eles, consciência do potencial técnico ou social dos seus processos produtivos.

São vários os desafios que envolvem a gestão social, principalmente no que tange a gestão do Terceiro Setor como identificar os elementos que estão presentes neste ambiente social, político e em alguns casos econômicos. Precisamos ter em mente que os sistemas de gestão tradicionais têm instrumentos que auxiliam nesta gestão, porém eles por si só não são suficientes podendo levar a ineficiência dessas organizações, pois elas são diferentes dos tipos de organizações existentes tanto no setor público como no privado já que são tradicionais (ALVES, 2012, p.110).

Diversos encontros e eventos já foram realizados, impulsionando a luta dos catadores por direitos em diversas regiões do Brasil dando origem a vários movimentos sociais como o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis - MNCR.

Para Silva (2006, p. 4), o MNCR deve ser visto como espaço de relações e diálogos entre atores, governo e políticas públicas a partir de um cenário complexo “ressignificando e atualizando sua função social, reafirmando-se e ocupando novos espaços, ou mesmo atuando como responsáveis por criar ou modificar institucionalmente as ‘regras do jogo’”.

A autora ainda reforça que desde a década de 50, os catadores se utilizam de suas realidades periféricas, urbanas e da rua para sua sobrevivência. Mas, a partir da década de 90, novas institucionalidades surgiram como respostas emergentes e inovadoras, como a experiência do MNCR. Mas, somente em 2001 que os catadores se organizaram politicamente dando origem ao Movimento, protagonizando mudanças e criando novas oportunidades de trabalho vinculadas à cadeia da reciclagem de forma alinhar os discursos governamentais, o protagonismo social, trabalhista e parcerias. E ações, alianças, dentre outros, do Movimento, ultrapassam os limites geográficos brasileiros desenvolvendo ações e trocas de experiências em nível da América Latina.

Segundo o MNCR (2018), o Movimento Nacional dos Catadores(as) começa a se consolidar a partir do 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel em meados de 1999, sendo fundado em junho de 2001, no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. Tal evento teve por objetivo “garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social”.

É um movimento que se baseia na luta pela participação direta e efetiva do trabalhador de forma a mudar os estigmas abrindo caminhos para inclusão social, econômica e política visando à transformação da sociedade, para que essa seja mais justa e sustentável a partir de organizações sociais e produtivas dos catadores e suas famílias baseados em princípios como Economia Solidária, autogestão, independência da classe, solidariedade, dentre outros.

Outro marco importante foi a Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10. Baseada nos princípios básicos de minimização da geração, reutilização, reciclagem, tratamento e

disposição dos resíduos, a lei propõe a prática de hábitos de consumo sustentável, eliminação dos lixões a céu aberto e a criação de leis municipais que evitem o descarte de resíduos que possam ser reciclados ou reutilizados. Outro elemento da lei é o incentivo à criação e desenvolvimento de cooperativas e ou associações de catadores de materiais recicláveis, priorizando-os no processo de coleta seletiva (MATOS; DIAS, 2011; PORTO, 2011; BRASIL, 2010; ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004).

Houve, também, o reconhecimento da profissão do catador em 2002 pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Classificação Brasileira de Ocupação-CBO número 5192 onde diz que os catadores são:

[...] responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança (MTE, 2018).

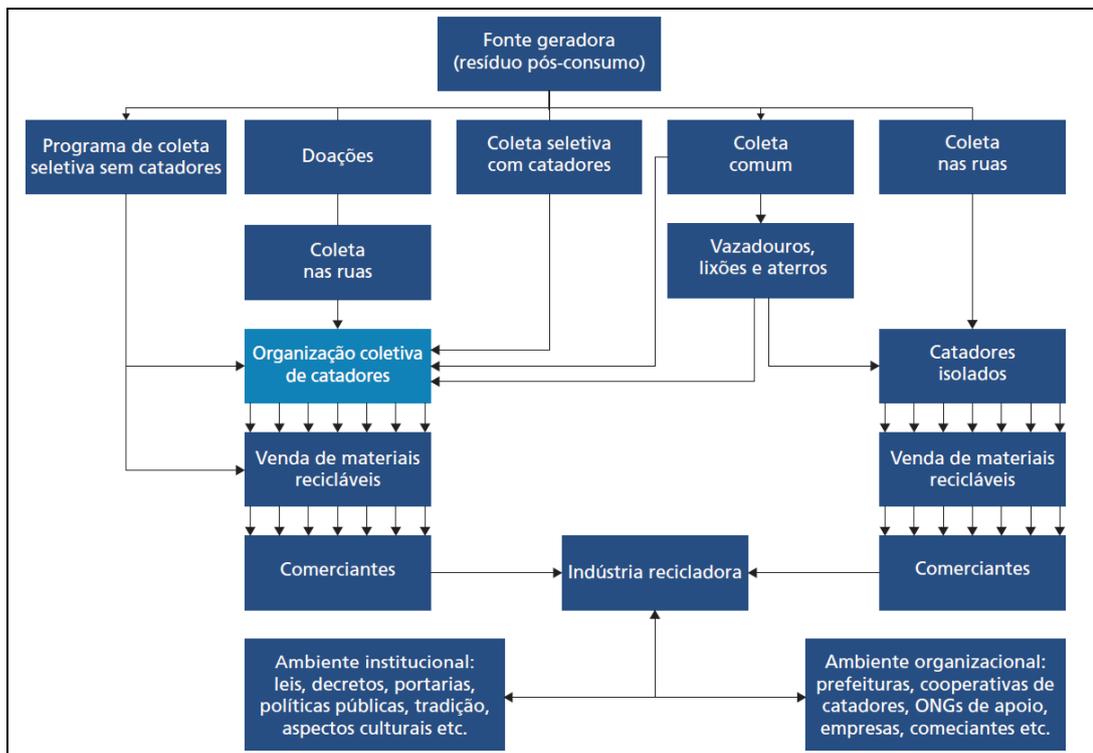
Mas, o reconhecimento jurídico e legal dos catadores não é garantia de que eles se beneficiem delas, ou seja, isentos de contradições e conflitos sociais devido a vários problemas como preconceito, estigmas, o não reconhecimento de suas particularidades, marginalizações, pressões, dentre outros (ELIAS; SCOTSON, 2000).

A necessidade de um entendimento mais amplo desse processo fez emergir outras abordagens mais complexas que envolvem fundamentalmente novos rumos que apontam para o desenvolvimento sustentável e novas articulações entre o Estado, sociedade civil e o meio (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p.169).

Behs (2013), Miura e Sawaia (2013) reforçam que atualmente o problema não se encontra no reconhecimento legal da profissão do catador, mas sim dos direitos em várias esferas desses profissionais, principalmente, melhores condições de trabalho, melhoramento de comunicação, políticas públicas locais, reconhecimento social, econômico, ambiental e político, como também de uma vida mais digna.

A cadeia da reciclagem pode ter vários desdobramentos, como pode ser observado na Figura 2, em que o catador, neste processo de reciclagem somado a

inclusão social, eleva a importância da atividade. Apesar de serem os principais sujeitos do ideal de desenvolvimento sustentável (SANT'ANA; METELLO, 2016), são considerados como o elo mais fraco, menos valorizado e os mais frágeis tanto em nível de valorização econômica como social, política e psíquica.



**Figura 2** - Fluxograma da Cadeia de Valor da Reciclagem

Fonte: Silva, Goes e Alvarez (2013)

Essa “invisibilidade” do catador na cadeia produtiva da reciclagem e na sociedade pode ter várias origens, como a relação desigual do capital, o autoconhecimento do catador sobre sua própria importância socioambiental, econômica e produtiva, pois o sujeito para interagir com os outros é necessário reconhecer-se como indivíduo. E este processo de interação pode gerar conflitos, porém há necessidade de interação social que gera um sentimento de reconhecimento no outro, quando se identificam características comuns, unindo-os como também no processo inverso, separando-os.

A existência de pessoas diferentes, que não pertençam ao grupo hegemônico, pode ensejar o aparecimento de pessoas ou de grupos em situação de vulnerabilidade, bem como de minorias, quando a ideia de exclusão dos diferentes passa do âmbito particular para as coletividades (OTERO; RODRIGUES, 2018, p. 267).

Os autores ainda reforçam que a sociedade acaba impondo padrões hegemônicos em vários níveis como social, comportamental, estético, dentre outros, o que se torna um fator de exclusão. E os catadores, por exercerem suas atividades laborais com resíduos considerados por alguns como “lixo”, acabam estigmatizados.

Diversos são os fatores que influenciam o trabalhador nas organizações coletivas que trabalham com triagem de RSU's. [...] a associação do significado de lixo à sujeira afeta negativamente a identidade destes indivíduos ao moldar o reconhecimento social e a identidade profissional, configurando-se como um verdadeiro 'obstáculo à organização dos catadores' (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 6).

Esses processos desencadeiam uma exclusão que ao mesmo tempo é radical e inexistente, pois para alguns, os supostos “sub-humanos” não são percebidos como potenciais processos de inclusão social. A sociedade moderna nega parte da humanidade ao excluir e colocar as pessoas que não se enquadram em características universais em situação de sub-humanidade e invisibilidade. A exclusão social tem sua origem nas relações desiguais de poder, o que traz consequências como “redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos” (SANTOS, 2007, p. 2).

Dessa forma, os catadores através das associações e ou cooperativas de materiais recicláveis desenvolvem atividades que reaproveitam o alto índice de resíduos gerados pelo consumismo da população. Nos últimos anos, essas organizações têm atuado em conjunto, formando redes, locais e regionais, com o objetivo de comercializar e ampliar a capacidade de negociação com as instituições recicladoras para a venda direta dos materiais recicláveis.

Portanto, com o propósito de viabilizar o crescimento, a organização e a capacidade de sustentação das associações e ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, parcerias foram se concretizando, ampliando-se a rede de cooperação, principalmente, pautadas nos conceitos e filosofia da Economia Solidária.

Dentre algumas iniciativas de políticas de governo em prol do catador, destacamos o Programa Bolsa Reciclagem e o CATAFORTE. O primeiro foi implantado pelo governo do estado de Minas Gerais através da Lei nº 19.823/2011,

visando remunerar as associações e ou cooperativas de catadores que realizam a coleta, triagem e comercializam materiais recicláveis. A remuneração é calculada a partir da comprovação através de notas fiscais emitidas pelas empresas que adquirem os materiais dos catadores e o incentivo é concedido trimestralmente às organizações de catadores que comprovarem as atividades naquele período. O segundo é um programa que contou com parcerias entre a Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional de Saúde, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, dentre outros. Teve seu início em 2007 atendendo inicialmente 768 empreendimentos de Economia Solidária formada por catadores em 21 estados. Com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2013 é lançada sua terceira fase, o Cataforte Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, que previa a criação e fortalecimento de redes de catadores, como a Rede Catavales em Minas Gerais. Mas, segundo algumas associações, até o presente ano os recursos não foram liberados e não há perspectivas devido às mudanças de governo em nível federal.

Assim, com tantos desafios, os catadores têm buscado através de organizações sociais, econômicas e políticas lutarem pela dignidade de seu trabalho como também de seres humanos, primando por uma justiça capaz de garantir os aspectos sociais, ambientais e até mesmo cognitivos do profissional catador.

Em seu documento “O caminho para a dignidade até 2030”, a United Nations (2014) diz que as pessoas são o centro do desenvolvimento sustentável, devendo haver um esforço por um mundo justo, equitativo e inclusivo, promovendo coletivamente o desenvolvimento social, econômico, sustentado, inclusivo e que tenha uma proteção ambiental de modo a beneficiar todos.

Assim, o sentido da busca pela dignidade humana perpassa por vários valores: justiça, vida, liberdade, igualdade, segurança e solidariedade. Como abordado por Silveira e Rocasolano (2010), o valor de “justiça” resume o significado de todos, pois determina o que é de direito e obrigação a todos.

Justiça no contexto da dignidade é uma discussão ampla, mas deve-se refletir principalmente no que tange à justiça ambiental, social e cognitiva como meio de acesso e garantia da promoção e sustentabilidade da convivência humana.

Com os processos de modernização, surgem os movimentos por justiça ambiental e social em prol de uma igualdade econômica, social e ambiental de forma equilibrada e justa.

Considerando a reciprocidade entre democracia e justiça, [...] é possível identificar as lutas por justiça ambiental como reivindicações pela democratização das relações em sociedade, já que as situações denunciadas como injustas, sob o ponto de vista ambiental, tratam de violações de direitos humanos e fundamentais que impossibilitam um processo de integração social adequado. Tais situações são marcadas pelas ausências de um tratamento democrático inclusivo, em termos jurídicos, das comunidades que sofrem prejuízos ambientais em maior escala nas sociedades contemporâneas. Aqueles que estão submetidos a situações discriminatórias, no que tange ao acesso ao sistema de direitos, ficam impedidos de alcançar uma plena condição de realização de seus planos de vida individuais, assim como de participar nos processos públicos de formação da vontade política (BAGGIO, 2014, p. 134-135).

O ser humano faz parte do meio ambiente, que aqui trabalhamos a partir de um conceito mais amplo, ao se discutir essa temática como sendo um espaço natural ou construído além da fauna e flora, o que se apresenta como um desafio sob a perspectiva dos debates da justiça ambiental sem sacrificar direitos humanos, dando possibilidades de reconhecer direitos humanos, sociais e ambientais de grupos sociais que se apresentam desamparados social e economicamente.

O abalo democrático ao sistema de direitos dessa perspectiva consiste na aceitação da exclusão de alguns grupos do acesso às benesses tecnológicas e, não raro, da exploração do trabalho de populações economicamente mais frágeis, como o caso dos catadores de lixo nos processos de reciclagem, para atingir o objetivo de tentar harmonizar economia e natureza. Isso ocorre porque a busca pelo desenvolvimento sustentável tem como principal objetivo a manutenção do sistema produtivo e não necessariamente de sua democratização. Essa posição decorre do fato de que a ideia de desenvolvimento sustentável assume [...] a existência de uma cultura economicamente dada. Ou seja, a reprodução dos valores desenvolvidos ao longo da consolidação do capitalismo na modernidade é que pauta as ações de sustentabilidade, baseadas na crença da possibilidade de se obter crescimento econômico com a proteção da natureza (BAGGIO, 2014, p. 136-137).

A justiça ambiental apresenta-se como uma reflexão para o enfrentamento dos impactos socioambientais e econômicos de uma estrutura de mercado econômico cada vez mais excludente a partir de operações industriais, comerciais e políticas. Ela “busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito

à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais” (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 9).

[...] o movimento pela justiça ambiental (JA) busca, em seu cerne, integrar dimensão ambiental com as do direito e da democracia através de ações transformadoras. Ele vem se desenvolvendo nas últimas duas a três décadas a partir da luta contra dinâmicas discriminatórias que colocam sobre o ombro de determinados grupos populacionais os malefícios do desenvolvimento econômico e industrial (PORTO, 2011, p. 33).

O autor ainda define a justiça ambiental como conjunto de princípios que garanta a vários grupos que os mesmos não sejam atingidos por parcelas desproporcionais das consequências socioambientais negativas das ações econômicas e políticas. Afirma, também, que os grupos vulneráveis juntamente com os problemas ambientais estão submetidos a relações de poderes que envolvem os interesses econômicos e políticos de diferentes agentes.

O ambiente equilibrado, para Otero e Rodrigues (2018), influenciará no desenvolvimento das potencialidades físicas, mentais e psicológicas do ser humano, consagrando a vida e propiciando saúde. Desse modo, a justiça aparece como garantidor da isonomia ambiental, social e cognitiva visando à inclusão, ou seja, a inclusão de forma digna da sociedade com o meio ambiente, pois as atividades humanas não devem se limitar aos interesses materiais e observa-se que o crescimento econômico não é a resposta para resoluções de problemas e muitas vezes é o criador desses.

Pensar em um processo de “transição de uma economia capitalista orientada para o crescimento, para uma economia sustentável, orientada para a justiça social, por conta de suas muitas dimensões” pode parecer utópico, mas tem ganhado força e novos adeptos (GOULD, 2004, p. 77).

Para reverter o processo de exclusão, a sociedade democrática tem o dever de colocar à disposição de todos os cidadãos os direitos e garantias essenciais conquistados ao longo da história, de maneira a tratar os cidadãos com isonomia, ou seja, na conformação de uma igualdade com o cunho de justiça social (OTERO; RODRIGUES, 2018, p. 268).

Tratar igualmente as pessoas que se encontram nas mesmas condições e tratar de modo diferente os que precisam de atenção diferenciada devido a sua vulnerabilidade são o papel da justiça, dando oportunidades a todos independente de suas origens, classes, condições socioeconômicas, dentre outros.

Nessas relações sociais, o conhecimento se torna um elemento essencial para relações de poder e de justiça, assim é necessário um conhecimento prudente para uma vida digna. Buscar uma sustentabilidade baseada no reconhecimento e valorização dos saberes e uma justiça cognitiva tem dado origem a várias teorias como a “ecologia de saberes”, “que reconhece que outros saberes e outros critérios de rigor que podem ter credibilidade social, tendo credibilidade para participar de debates epistemológicos e com outros saberes. A ideia principal é que não há ignorância nem saber em geral” (PORTO, 2017, p. 85).

Essa ecologia parte do pressuposto de que todas as práticas relacionais entre seres humanos implicam mais do que uma forma de saber e, portanto, de ignorância. É no princípio da incompletude de todos os saberes que se encontra a condição de diálogo e debates epistemológicos entre diferentes formas de conhecimento (BERNARDES; VENTURA, 2017, p. 3).

Em um ambiente onde há somente a valorização do saber científico, o saber que não se encontra dentro deste limitante ou não advém do hemisfério norte tem sido subvalorizado e excluído, dando origem ao que alguns pesquisadores têm chamado de sociologia das ausências, que se apresenta como uma nova racionalidade do conhecimento; além desta, propõe-se uma sociologia das emergências, sendo a primeira um processo de identificação e valorização das “experiências desperdiçadas pelo conhecimento hegemônico” e a segunda, “a tarefa cognitiva é investigar e ampliar as alternativas concretas de futuro naqueles saberes, práticas ou sujeitos que estavam ocultos pela racionalidade conservadora” (SILVA, 2007, p. 25).

A Sociologia das Ausências e a das Emergências são complementares: a primeira expande o domínio das experiências sociais já disponíveis e a segunda, o domínio das experiências sociais possíveis. Quanto mais experiências disponíveis, mais experiências possíveis. Quanto maior for a multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis, maior será a expansão do presente e contração do futuro (MACHADO; MELLO; BRANQUINHO, 2012, p. 299).

As invisibilidades sociais são projetadas a partir da sociologia das ausências a partir de denúncias sobre desqualificações de fenômenos e saberes e trazendo reflexões sobre a lógica das epistemologias dominantes que provocam uma monocultura, que é predominantemente “técnica”, “científica”, “racional” e vinculada aos conhecimentos do hemisfério norte do globo.

A sua visibilidade assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não encaixam em nenhuma destas formas de conhecer. Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso (SANTOS, 2007, p. 5).

Com o avanço do sistema mercantilista e capitalista, a invisibilidade de saberes não reconhecidos por alguns cria o que o autor chama de linha abissal, ou seja, um espaço entre o que é aceito ou não por grupos dominantes em detrimento dos grupos excluídos.

A atual reorganização global da economia capitalista assenta, entre outras coisas, na produção contínua e persistente de uma diferença epistemológica, que não reconhece a existência, em pé de igualdade, de outros saberes, e que por isso se constitui, de facto, em hierarquia epistemológica, geradora de marginalizações, silenciamento, exclusões ou liquidações de outros conhecimentos. Essa diferença epistemológica inclui outras diferenças – a diferença capitalista, a diferença colonial, a diferença sexista – ainda que se não esgote nelas. A luta contra ela, sendo epistemológica, é também anticapitalista, anticolonialista e antissexista. É uma luta cultural (SANTOS, 2006, p. 353).

Para Santos (2007), as ações que visem uma justiça cognitiva terão dificuldades de enfrentamento perante essas linhas abissais ao se limitar na equidade do conhecimento científico, pois, no contexto do capitalismo e do próprio colonialismo do saber e econômico que ainda existe, o conhecimento científico tem seus limites perante a realidade, a qual muitas vezes exige respostas que perpassa o ideal para o real, enquanto na ecologia de saberes, visando a ultrapassagem dessa “linha abissal”, há uma valorização do conhecimento não científico em desvalorizar o conhecimento científico.

O conceito de justiça cognitiva assenta exatamente na busca de um tratamento igualitário de todas as formas de saberes e daqueles que o possuem e trabalham [...]. A justiça cognitiva, enquanto nova gramática global, contra-hegemônica, reclama, acima de tudo, a urgência da visibilidade de outras formas de conhecer e experimentar o mundo, especialmente dos saberes marginalizados e subalternizados (MENESES, 2009, p. 235-236).

Autores como Valença (2014), Meneses (2009) e Santos (2006) apontam a existência de uma “monocultura do saber” que detém os privilégios epistemológicos, desvalorizando outros saberes que não sejam os acadêmicos. De um lado, há o conhecimento científico aceitável, o que seria o pensamento abissal, e do outro lado da linha os conhecimentos populares, crenças, opiniões, leigos, dentre outros, e que suas práticas que não seguem uma “lógica” ou são compreensíveis. Sendo assim, seus autores são invisibilizados e desacreditados, pois os pensamentos dominantes atuam perante linhas abissais que separam o mundo humano do sub-humano, levando à exclusão social, hierarquização epistêmica, subordinação de grupos sociais, destruições, vários tipos de violências, dentre outros. Logo “a ciência moderna desconhece e desvaloriza outras formas de conhecimento, [...] gerando uma injustiça cognitiva” (VALENÇA, 2014, p. 18). Essa é vinculada à injustiça social.

[...] a injustiça social contém no seu âmago uma injustiça cognitiva. Isto é particularmente óbvio à escala global já que os países periféricos, ricos em saberes não científicos, mas pobres em conhecimento científico, viram este último, sob a forma da ciência econômica, destruir as suas formas de sociabilidade, as suas economias, as suas comunidades indígenas e camponesas, o seu meio ambiente (SANTOS, 2008, p. 69-70).

Porto (2011), afirma que a justiça estimula ações solidárias entre pessoas e organizações com objetivo de uma transformação da realidade a partir do reconhecimento dos conflitos e atuações de grupos vulneráveis enquanto atores ativos do processo de transformação.

Desse modo, trabalhar propostas baseadas em uma ecologia de saberes pode proporcionar uma justiça cognitiva e social de forma a respeitar a diversidade cultural e contribuir para o processo de emancipação social do sujeito (VALENÇA, 2014). A justiça cognitiva apresenta-se como um meio de respeito entre a diversidade de saberes originários de vários contextos sem privilégios, hierarquias e desigualdades promovendo um desenvolvimento cada vez mais inclusivo e solidário.

## 2.2 ECONOMIAS DE MERCADO E SOLIDÁRIA

Ao abordar a temática de desenvolvimento, algumas pessoas, em um período não tão distante, atrelavam esse tema à expansão das formas capitalistas de produção, inovação tecnológica e acumulação de capital. Porém, com as consequências do sistema capitalista e a necessidade de reflexões sobre um sistema que não se limita ao econômico, exige-se um olhar cada vez mais crítico a uma realidade multifacetada.

A necessidade de um entendimento mais amplo desse processo fez emergir outras abordagens mais complexas que envolvem fundamentalmente novos rumos que apontam para o desenvolvimento sustentável e novas articulações entre o Estado, sociedade civil e o meio (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 169).

Com a industrialização, os postos de trabalho não eram suficientes para todos que dependiam da indústria e a incerteza em relação às condições de trabalho tornou-se uma realidade perversa das “inovações” nas relações econômicas e comerciais. Assim, os laços sociais se fragmentaram, houve aumento do problema, condições desumanas de trabalho, ou seja, a grande transformação auxiliou na desarticulação social. É fato que o mercado sempre existiu, mas sua atuação era secundária. “Os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais que nunca, pela autoridade social” (POLANYI, 2012, p. 80).

Assim, com o desenvolvimento do sistema de mercados, as esferas vinculadas à vida e a lei da oferta e da procura começaram a determinar e afetar a remuneração de produção da terra (natureza) e o trabalho (vida humana) que começaram a ser definidos por padrões de trocas mercantis.

A sociedade passou então a ser interpretada como uma sociedade de mercado e o homem como um ser puramente econômico, fato contestado por Polanyi, o qual condena o determinismo econômico que o mecanismo de mercado criou para justificar a ação do homem como ser econômico por natureza. Segundo o autor as instituições humanas detestam as motivações puras; ‘assim como o sustento do indivíduo e da família não costuma depender da motivação fome, a instituição da família não se baseia na motivação sexual. O homem não é um ser puramente econômico, e a sociedade não é uma sociedade de mercado’ (POLANYI, 1947, p. 13). No entanto, diante da ilusão criada pelo mecanismo de mercado, tornou-se quase impossível não acreditar que o homem era um ser econômico e a sociedade era o sistema econômico. O mecanismo de mercado afetou direta ou indiretamente todo o tecido social. Ele não só transformou a economia humana em sistema autorregulável, como também moldou o pensamento e valores com base nessa inovação singular (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 173).

Os autores ressaltam que a economia mercantil é predominante atualmente, “mas não representa a totalidade das economias contemporâneas. Ao seu lado, existe a economia pública, a economia doméstica e a economia de natureza social, o que falta neste contexto é o reconhecimento/fortalecimento da pluralidade” (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 177). Segundo Polanyi (2012), os sistemas econômicos eram estruturados sob alguns princípios como a redistribuição, reciprocidade, domesticidade, troca ou alguma forma de combinação dentre esses.

**Quadro 1 - Princípios das Relações Econômica – Polanyiana**

<b>Princípios</b>	<b>Definição</b>
Redistribuição	O Estado é a esfera que opera segundo o princípio da redistribuição; é o encarregado de redistribuir os recursos provenientes dos impostos e destinados a prover as necessidades dos indivíduos.
Reciprocidade	O princípio da reciprocidade observa a relação estabelecida entre várias pessoas por meio da troca de natureza social, visando criar ou reforçar laços sociais. Está relacionada com a ajuda mútua, cooperação e solidariedade entre a sociedade. A reciprocidade é promovida pelo padrão institucional da simetria e está ligada à semelhança entre grupos; corresponde à relação estabelecida a partir da proximidade e da interação entre os atores.
Domesticidade	Já a domesticidade, o terceiro princípio, consiste na produção para consumo próprio; o princípio é a produção e armazenamento para satisfazer as necessidades de determinado grupo familiar, o modelo base de suporte é a autarquia, cujo conceito refere-se a uma sociedade que se basta a si mesma em termos econômicos. Esse modelo é caracterizado pelo grupo fechado.

Fonte: Rodrigues e Santos (2017, p. 177-178)

Apesar de existirem outros pensamentos econômicos, a “Economia” que está enraizada e tradicionalmente conhecida é a neoclássica, ou seja, a valorização do que é calculável. Logo, há uma matematização da economia que a torna marginalista, baseada em princípios da oferta e da procura. É nesta relação que alguns estudos de Polanyi questionam:

[...] que a economia se subordina às relações sociais (e não o inverso), sendo ela parte do social e não um aspecto determinante dele [...] o que vemos da Economia é ainda uma parte muito pequena daquilo que a constitui no seu todo. Como na visão de um iceberg, identificamos aquilo que salta aos olhos – a saber, o trabalho assalariado, a produção capitalista e o mercado –, ficando fora do nosso campo de visão muitas outras formas através das quais usualmente «produzimos, trocamos e distribuimos valores» [...]. É nesta zona cinzenta, entretanto, que uma parte significativa das trocas económicas diárias acontecem: trocas entre vizinhos, circulação de bens e recursos entre familiares, trabalho não-pago, redes informais de trocas, cooperativas de consumo e produção, empresas sociais, voluntariado, experiências envolvendo dívida, entre uma infinidade de outras possíveis (HESPANHA; SANTOS, 2016, p. 30-31).

Com o desenvolvimento da sociedade fabril do século XIX, começou a prevalecer uma economia de mercado, o que impactou na motivação das pessoas que passou de um sistema de subsistência para um sistema de acumulação de capitais. As relações começaram a se basear no monetário e as rendas a partir da venda de alguma coisa. De fato, o mercado já existia antes do século XIX, mas seu papel era secundário na vida econômica, que não era controlada pelo mercado. Esse é o espaço onde há as trocas dentro das perspectivas da economia formal.

Nessa perspectiva, a concepção polanyiana objetiva compreender como se institucionalizam os processos de mercado, posto que o mercado, como princípio organizador da economia, não cria as condições de regulação e não tende ao equilíbrio, pois não produz espontaneamente as instituições que são a condição *sine qua non* de funcionamento dos mercados concretos. Daí a necessidade de explicar a construção social dos mercados e sua inclusão nas relações de poder. [...] Assim, a troca é a relação econômica e o mercado é a instituição econômica (CARVALHO, 2015, p. 18-21).

Autores como Rodrigues e Santos (2017), Hespanha e Santos (2016), Nunes e Silva (2011) e Veronese (2007) refletem sobre a visão polanyiana do mercado

baseado no monetário estar vinculado a uma força dominante que valoriza o lucro e o poder que o determina, ao contrário da reciprocidade e da solidariedade, sendo o mercado o padrão institucional do próprio sistema mercadológico.

Os mercados são importantes ainda mais em uma sociedade complexa onde eles sempre existiram, mas não eram dominantes na configuração social.

Nas sociedades anteriores os mercados desempenhavam uma função social, podendo ser considerados como um mecanismo de interação entre os indivíduos que de alguma forma contribuíam para a estabilização dos laços sociais; na sociedade moderna os mercados são entendidos como um ponto de equilíbrio entre oferta e procura que funciona sem interferências dos indivíduos que o operam (RODRIGUES; SANTOS, 2017, p. 181).

Assim, o mercado na visão de Polanyi não deve ser o meio organizador e condutor da sociedade, mas sim fazer parte como qualquer outro elemento da composição social. Antes da sociedade de mercado, as pessoas não viam sua subsistência ameaçada e nem os vínculos de solidariedade que norteavam as relações sociais.

Para Santos (2002), a partir do capitalismo e suas consequências negativas houve várias formas de resistências e críticas aos seus valores, originando vários debates sobre outras formas mais justas da sociedade se desenvolver, ou seja, formas alternativas à sociedade capitalista. As relações sociais começaram a questionar e buscar novas formas, mobilizando recursos para responder as expectativas, oportunidades e perspectivas de mudanças a partir de incertezas advindas do sistema capitalista. Logo, apresentam-se olhares não econômicos e outras configurações capazes de construir um novo mundo a partir de outras formas de vida (L'ESTOILE, 2014).

Para Rodriguez (2002), os impactos negativos provenientes do capitalismo, como a exclusão social não avançam sem encontrar uma resistência através de iniciativas individuais ou coletivas que variam de ações de sobrevivência a iniciativas locais primando pela sustentabilidade e outras formas de economia.

Essa necessidade de uma “outra economia” decorre de uma sociedade onde a economia é a de mercado, que tem a competição como um dos seus elementos fundamentais. Como consequência, produz efeitos negativos como a exclusão e

polarização da sociedade entre os vitoriosos bem-sucedidos e derrotados fracassados (BERGONSI; STOLTZ, 2014).

Contudo, ao criticar e procurar superar, em maior ou menor escala, as características do capitalismo já assinaladas, todos estes tipos de experiências têm em comum o fato de, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, procurarem (com resultados díspares) tornar mais incômoda a sua reprodução e hegemonia. Para isso, os múltiplos tipos de iniciativas que incluímos no nosso mapa criam espaços econômicos em que predominam os princípios de igualdade, solidariedade ou respeito à natureza. De acordo com o primeiro princípio, os frutos do trabalho são distribuídos de maneira equitativa pelos seus produtores e o processo de produção implica a participação de todos na tomada de decisões, como nas cooperativas de trabalhadores. Graças ao princípio da solidariedade, o que uma pessoa recebe depende das suas necessidades e a contribuição depende das suas capacidades. [...] Em nome da proteção ao meio ambiente, a escala e o processo de produção ajustam-se a imperativos ecológicos, mesmo quando estes contrariam o crescimento econômico (SANTOS, 2002, p. 29).

O autor reforça que essas realidades têm proporcionado buscas de novas alternativas como forma de enfrentamento aos efeitos excludentes do capitalismo a partir de experiências coletivas, como associações econômicas baseadas na solidariedade. Nas últimas décadas, as teorias e práticas cooperativas têm despertado o interesse de pessoas que questionam a economia de mercado atual. “Na América Latina, o interesse renovado pelas cooperativas foi expresso nas propostas de reativação da chamada “Economia Solidária”, ou seja, o setor da economia a que correspondem formas diversas de produção associativa” (SANTOS, 2002, p. 35).

Rodrigues e Santos (2017), Hespanha e Santos (2016), Bergonsi e Stoltz (2014) e Singer (2002b) resgatam e refletem sobre as origens e conceitos da Economia Solidária, pois essa, segundo seus defensores, se apresenta como uma forma de preencher lacunas de um sistema que proporciona uma falta de solidariedade, mas, promove alternativas para produção redefinindo a economia para além do mercado através organizações coletivas como as cooperativas e associações. Essa outra economia chama atenção para a reconstrução de novos laços baseados na sociabilidade, reciprocidade, autogestão, cooperação e relações interpessoais que vão além das relações mercantis. Esse movimento associativista ganha maior projeção a partir de várias crises mundiais ocorridas na década de

oitenta no século XX. A Economia Solidária tem suas origens nos primórdios do capitalismo industrial com iniciativas de operários como uma forma de lutar pelo trabalho, autonomia econômica, novas forças produtivas, de enfrentar o desemprego, a pobreza e a fome. As organizações solidárias negam a divisão entre trabalho e os meios de produção como caracterizados pelo capitalismo, pois a entidade capitalista pertence aos donos do capital que fornecem os meios de produção se limitando ao lucro, ou seja, o poder se encontra nas mãos dos investidores, detentores do capital. Nas organizações solidárias, o recurso financeiro é composto pelos que nela trabalham, podendo-se dizer, de forma lúdica, que estão fundidos, ou seja, são apenas um, pois todos trabalham na organização e são donos da mesma. Assim, os resultados positivos ou negativos são divididos de forma igualitária e todos têm o poder de decisão a partir da coletividade geralmente representada pela assembleia.

A Economia Solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses (SINGER, 2002b, p. 86).

Na América Latina, a Economia Solidária tem ganhado força a partir de práticas econômicas (produção, consumo, comercialização e crédito) que resistem à lógica da produção e consumo capitalista, proporcionando novas formas de ocupação e renda em uma luta contra qualquer forma de exclusão e marginalização do sujeito.

Economia Solidária conformou-se, em muitos países, como uma alternativa à economia capitalista, traduzindo-se em uma infinidade de experiências que apontam para uma outra economia possível: cooperativas de trabalhadores; cooperativas de produção, serviço ou consumo; empresas autogestionárias; comércio justo; redes solidárias de troca; bancos comunitários, entre uma infinidade de iniciativas (HESPANHA; SANTOS, 2016, p. 25).

Observa-se que alguns chamam de Economia Solidária uma diversidade de atividades e formas organizacionais, como empresas autogestionárias, movimentos

rurais e urbanos, clubes de troca, e outras formas populares de promoção e inclusão socioprodutiva e solidária, apesar de as cooperativas e associações serem as formas mais conhecidas. “Suas formas de manifestação encontram-se na produção, comercialização e financiamento de produtos e serviços que apresentam como traços característicos o mutualismo, a cooperação e a autogestão” (RIBEIRO; MUYLDER, 2014, p. 582).

Definir a Economia Solidária torna-se um desafio ao tentar achar uma deliberação adequada ao termo, pois percebe-se uma dificuldade devido à diversidade de práticas, seja de intervenções sociais ou teóricas. Suas definições são apresentadas como forma de citação a uma diversidade econômica que segue os princípios da solidariedade, cooperação e autogestão (BERGONSI; STOLTZ, 2014; HESPANHA; SANTOS, 2011). Mas, nem toda cooperativa ou associação é uma Economia Solidária, há outras formas organizativas coletivas que não perpassam pelos preceitos dessa economia, representando grandes grupos ou detentores de capital que descobriram na articulação coletiva uma maneira de ganhar novos mercados.

Assim, uma Economia Solidária pode ser definida como um conjunto de atividades, incluindo a conscientização, produção, distribuição e consumo, que contribuem (em conjunto com o poder local e global compromisso dos cidadãos) com a democratização da economia em uma dinâmica que combina interesses individuais e coletivos (ARAUJO *et al.*, 2017, p. 3).

Quanto às características ou pilares, há várias linhas de interpretações, mas há algumas convergências, como as abordadas por alguns estudiosos, apresentando possíveis desafios da sua sustentabilidade e até mesmo como objeto de conhecimento, conforme mostra o Quadro 2.

**Quadro 2 - Características e Pilares da Economia Solidária**

Características/Pilares	Autores	Descrição
Econômica	Cunha e Santos (2011)	São atividades primordialmente ligadas à produção e reprodução de meios de vida, seja produção de bens, prestação de serviços, consumo, comercialização, trocas, ou crédito e finanças;
	Godoy (2011)	Agregação de esforços, recurso e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços beneficiamento, crédito, comercialização e consumo;
Cooperação	Cunha e Santos (2011)	Trata-se do “fazer junto” dentro da atividade econômica – não necessariamente produção conjunta, mas também outras formas possíveis, como produção individual e comercialização coletiva, produção, propriedade e uso coletivo de um equipamento etc.;
	Godoy (2011)	Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades;
Autogestão	Cunha e Santos (2011)	Remete à superação da divisão interna entre capital e trabalho, entre “patrão” e “empregado” – ou, no caso em que há trabalhadores não sócios, o número não podendo ser muito significativo diante daquele de membros associados.
	Godoy (2011)	Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses;
Solidariedade	Godoy (2011)	Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos

		emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidores.
--	--	---

Fonte: Cunha e Santos (2011, p. 21) e Godoy (2011, p.117)

O movimento solidário sugere formas de inserção social, econômica e organizacional do trabalho alternativo perante o modelo mercantilista baseado nos preceitos do capitalismo. Seus princípios ou pilares como solidariedade, autogestão e companheirismo incidem em igualdade de direitos entre os membros, priorizando grupos em situações de vulnerabilidade, sejam elas sociais, econômicas, psicológicas, dentre outros (VERONESE, 2007).

A solidariedade, para Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017, p. 90), revela-se a partir do envolvimento dos integrantes na gestão do dia a dia, na socialização dos meios de produção e na incorporação da equidade. Quando desenvolvida e praticada, ela pode estimular a reciprocidade dando novos valores às percepções de justiça e interesse público. “O agir coletivo da Economia Solidária institui, então, novos sujeitos no mundo do trabalho, nas estratégias de classe e nas lutas sociais, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa”.

Segundo Hespanha e Santos (2016), outros aspectos se destacam nas experiências da Economia Solidária como, por exemplo, a informalidade, característica de uma economia da dádiva e reciprocidade. Ela se apresenta em grupos que não compartilham de riquezas, muitas vezes refletindo sobre um consumo consciente e um comércio mais justo. Outro fator é a dimensão política, muitas vezes esquecida, mas é uma forma de contrapoder, manifestando-se de várias formas:

- a) na resistência – ou na procura de alternativas – a um sistema de relações econômicas que, através do estímulo à competição e ao risco, favorece a posição daqueles que têm mais recursos e mais poder;
- b) numa resignificação do tecido democrático, ampliando o poder de deliberação dos sujeitos, desmercantilizando a vida [...] e aprofundando direitos, muitos dos quais relacionados com lutas (feministas, ecológicas, anticoloniais) invisibilizadas pelo capitalismo como modelo civilizacional; e
- c) numa gama muito diversa de práticas de expressão política: da reivindicação contestatária à autorresolução dos problemas, da organização de movimentos de base à disseminação de agendas de luta pelos direitos de cidadania, da pressão sobre as instituições à resistência ativa ou passiva perante as imposições destas (HESPANHA; SANTOS, 2016, p. 34-35).

Assim, os autores afirmam que a Economia Solidária é uma combinação de várias formas cuja motivação é a criação de trabalho e renda para pessoas em situações de vulnerabilidade socioeconômica, como também confrontar a crise do Estado, desvalorização do trabalho e a deterioração da qualidade de vida a partir de ações coletivas e solidárias em prol de uma vida digna.

A Economia Solidária enfrenta várias estruturas econômicas que colocam em xeque sua viabilidade e sustentabilidade em médio e longo prazo. São estruturas muitas vezes projetadas para atender organizações tradicionais capitalistas, como os órgãos de financiamentos/crédito, meios de comercialização, apoio de instituições de pesquisa, dentre outros, com ações e política para atender essas organizações, o que muitas vezes dificulta a sustentabilidade das ações dos empreendimentos solidários. Esses, apesar das críticas e limitantes, apresentam os pontos positivos, principalmente, o resgate da cidadania do sujeito e sua condição econômica, social e política, proporcionando uma emancipação e transformando-o em sujeito do seu processo social.

O que entendemos por Economia Solidária consiste em uma forma de produção, distribuição e consumo, de base associativista e cooperativista, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Essa forma de produção envolve a dimensão social, econômica, política, cultural e espacial. No discurso de seus defensores, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço onde estão inseridas como a perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática, reafirmando a emergência de atores sociais com a emancipação dos trabalhadores como sujeitos históricos (GODOY, 2011, p. 119).

Carneiro (2011) expõe a necessidade de cautela em relação a essas características muitas vezes revolucionárias da Economia Solidária, havendo uma necessidade de investigar suas relações econômicas na vida real dos trabalhadores, como suas posições no cenário capitalista, já que as iniciativas de Economia Solidária também têm relações com o mercado capitalista.

Essa economia tem relações com esferas do capital, tanto a montante como a jusante, apesar de haver uma interação desequilibrada que torna seus adeptos muitas vezes submissos aos processos mercantis. E muitas vezes essas ações solidárias (redes, trocas, valores, dentre outros) se desenvolvem baseadas em uma cultura de oralidade e informalidade, o que os deixa frágeis e até mesmo invisíveis

perante o poder do Estado e regulação por parte do mesmo. O capitalismo ignora os aspectos e formas não econômicas perante a presença da diversidade de relações capazes de garantir as condições de vida, e a Economia Solidária apresenta-se com novas perspectivas e reflexões sobre o agir econômico, integrando produção, consumo, saberes, justiça, equidade, dentre outros (HESPANHA; SANTOS, 2016).

A dinâmica das relações sociais no contexto dos mercados apresenta muitas características que são menosprezadas ou não recebem as devidas atenções, tais como a informalidade, códigos, acordos tácitos, laços de lealdade, redes sociais, dentre outros. Há mercados que contemplam ações de confiança e relações em redes para sobrevivência, enfrentamentos e sustentabilidade de suas ações e para acessar direitos, como trabalho, alimentação e uma vida mais digna. A Economia Solidária através de suas estratégias de atuação tem proporcionado formas através de ligações mais horizontais, desenvolvimento local e assim buscando novos paradigmas para sociedade em seu papel protagonista, no meio em que está inserida (NUNES; SILVA, 2011).

Várias pesquisas apontam as potencialidades e desafios das associações e ou cooperativas, principalmente as que têm suas origens em realidades de marginalização em contextos sociais pobres. A sobrevivência dessas organizações em um mercado dinâmico e instável depende de sua ação via ações mais coletivas, como as redes com outras organizações, sejam elas do primeiro, segundo ou terceiro setor. Iniciativa que se apresenta como uma estratégia “importante quando se trata de organizações econômicas solidárias de setores que, como o dos recicladores, vivem na pobreza e trabalham em condições que dificultam a sua mobilização coletiva” (RODRÍGUEZ, 2002, p. 361). O autor ainda reforça que, quando se trata de empreendimentos instáveis ou frágeis como dos catadores, é necessário desenvolver ações e condições de alianças com empresas capitalistas, mas de forma consciente e que não descaracterize a associação e ou cooperativa, pois, se esse processo não estiver claro, corre o risco da organização dos catadores ser “absorvida” pelas empresas capitalistas, às quais se relacionam ou até mesmo perder o seu caráter cooperativo e solidário.

Em tempos de crise, as pessoas operam com estratégias de enfrentamento que lhes permitem localizar recursos cada vez mais difíceis. Essas estratégias podem incluir relações de confiança e cuidados, economias de afetos, redes de reciprocidade abrangendo recursos tangíveis e intangíveis e transferências materiais e emocionais que são apoiadas por obrigações morais (NAROTZKY; SOURCE, 2014, p. 6).

Observa-se que, no mercado, o desenvolvimento da sociedade ocorre a partir de formas organizacionais e culturais que proporcionam os processos de mudança estrutural, e cada vez mais os processos, vinculados aos laços de solidariedade, cooperação, relações sociais, formação de redes, têm conquistado espaços, viabilizando acesso a condições que algumas pessoas ou organizações em contextos individuais não teriam alcance, como créditos, bens econômicos, concorrência perante grandes organizações, dentre outros (RODRIGUES; SANTOS, 2017).

### 2.3 REDES, EMPREENDIMIENTOS SOLIDÁRIOS E SEUS ESPAÇOS SOCIAIS

A realidade é mudada a partir das relações sociais ali existentes e na construção coletiva, cabe a cada pessoa contribuir com a produção do conhecimento visando à libertação de todos. Sendo assim, um dos principais objetivos das estratégias solidárias é a ampliação dos exercícios das liberdades privadas e públicas. E, através das ações das redes solidárias, sejam nas esferas econômicas, sociais, políticas e culturais, torna-se um exercício da liberdade democrática nos vários aspectos socioeconômicos, educacionais e éticos que precisam ser garantidos às pessoas (MANCE, 1999).

Os vínculos estratégicos adquiridos em redes são soluções encontradas por empreendimentos de Economia Solidária diante das dificuldades enfrentadas pelas exigências do mercado. As conexões entre organizações, ou seja, seus laços, estratégias, alianças e as redes se apresentam como oportunidades de fortalecimento de coletivos como associações e ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, como uma forma de geração de renda e inclusão no mercado.

Mance (2002b) externaliza que grupos que sofrem algum tipo de opressão, exclusão ou marginalização organizam redes de colaboração para enfrentar

atravessadores, autofinanciar, aprimorar suas atividades em nível de qualidade, quantidade e diversidade.

As redes têm se apresentado tanto em nível local, regional ou global como uma estratégia para enfrentamento de problemas de várias esferas sejam elas políticas, econômicas, sociais e ambientais.

Elas possibilitam o compartilhar colaborativo e solidário, tanto da produção e difusão de conhecimentos quanto de ações conjuntas. As redes sociais podem ser entendidas enquanto estruturas flexíveis que propiciam a construção de comunidades de práticas através da integração de canais de comunicação e estratégias de ação, estabelecendo compromissos mais horizontais e solidários entre pessoas, movimentos sociais, instituições, organizações governamentais e não governamentais organizadas em torno de causas comuns. A atuação em redes nos ajuda a pensar de forma sistêmica, solidária e responsável sobre o agir diante dos problemas, ao mesmo tempo em que expressa de forma mais adequada o próprio funcionamento com integridade da vida biológica e humana, estabelecendo pontes entre dimensões ecológicas, sociais e éticas (PORTO, 2011, p. 55).

Amato Neto (2000) ressalta que as organizações para enfrentar o ambiente de incertezas adotam estratégias de cooperação e alianças por meio da formação de redes. As redes, segundo Mance (1999, p. 1), “são organizações sociais de caráter econômico, político e cultural, que, sob o aspecto econômico, articulam grupos de consumidores, produtores e prestadores de serviço em laços de realimentação sob parâmetros de complexidade”.

A conexão de organizações em redes pode atender as necessidades que possivelmente seriam difíceis de serem obtidas isoladamente, tais como: repartir custos de pesquisas tecnológicas, compartilhando o conhecimento e desenvolvimento adquiridos; partilhar riscos e custos de explorar novas oportunidades, realizando experiências em conjunto; aprimorar a qualidade e a diversificação dos produtos oferecidos; exercer uma pressão maior no mercado, aumentando a força competitiva em benefício do cliente; compartilhar recursos, em particular os subutilizados; fortalecer o poder de compra e obter mais força para atuar nos mercados internacionais.

A formação de redes facilita a realização de ações conjuntas, a transação de recursos para alcançar objetivos organizacionais e a invenção de novos elementos de sustentação, indo além do processo imediato de trabalho e produção (BENINI;

NEMIROVSKY; BENINI, 2012). Para Duarte (2000), algumas finalidades da união em redes são: elaborar ações conjuntas; favorecer o intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências para o melhor aproveitamento econômico dos seus recursos; representar e defender geral, parcial ou setorialmente direitos e interesses comuns dos seus participantes; e promover uma maior aproximação com os setores públicos e privados, considerando-se a importância de tal parceria. “A formação de redes se justifica como acesso a recursos-chave como: produtos, serviços, informação, bens e potencial para manter ou melhorar vantagens competitivas” tanto em níveis organizacionais como de bens e ou serviços (ROLT; DIAS; PENA, 2017, p. 268).

A constituição de redes entre empreendimentos econômicos solidários é destacada por Mance (2002) como uma das condições de fortalecimento da Economia Solidária. Segundo o autor, a integração a partir das redes viabiliza e potencializa as ações isoladas de cada empreendimento, promove uma nova forma de pensar e construir uma sociedade mais igualitária e tem se mostrado uma alternativa viável para os empreendimentos. Ele ainda reforça que as redes destacam as relações, fluxos de elementos e laços entre a diversidade de atores integrantes das mesmas, visando o trabalho coletivo, o qual potencializa a transformação de cada elemento através dos fluxos de toda rede. Assim, a conexão de cada integrante dependerá de sua integração na rede, dos meios que participa e como absorve e colabora com outros integrantes. Para ele, as redes são um conjunto de fóruns e articulações variadas que conectam organizações e entidades populares em torno de um objetivo comum.

Em relação à criação de redes, segundo Amato Neto (2000), há vantagens para as organizações, pois ele identifica três variáveis que são: a diferenciação, essa que em relação à rede pode promover ações inovadoras aos participantes, o que geralmente não acontece com uma organização isolada; a interdependência significa a existência de mecanismos que de fato caracterizam uma rede, diferenciando uma unidade organizacional; e flexibilidade, sendo uma das principais características das redes tanto em nível inovador, produtivo ou organizacional.

Uma rede deve ser gerida de forma democrática, pois seu desenvolvimento é influenciado pela colaboração solidária a partir de uma adesão e participação livre. Outros aspectos importantes são a descentralização e o surgimento de novas redes, a partir de cada célula; a participação de todos os membros que constituem a rede,

realizando a autogestão e participando nas tomadas de decisões, dentre outros; a existência de uma coordenação, a qual seja eleita democraticamente com atuações definidas pelos seus membros; seu impacto regional que não os isentam de ações democráticas; existência de um fluxo, geração, interpretação e um bom gerenciamento das informações de forma a potencializar seus laços e realimentar seus nós, buscando equilíbrio, correções, desenvolvimento, fluxos de valores, dentre outros (MANCE, 2002b).

Observa-se uma diversidade de conceitos e tipologias de redes que muitos autores, movimentos sociais e entidades têm utilizados como podem ser analisados no Quadro 3.

**Quadro 3 - Tipologias de redes segundo os autores**

Adaptado do Autor	Tipologia de Rede		Descrição sumária
Grandori e Soda (1995)	Sociais (Informalidade, intercâmbio da chamada mercadoria social).	Simétricas	Inexistência de poder centralizado. Todos compartilham a mesma capacidade de fluência.
		Assimétricas	Existência de agente central.
	Burocráticas (Contrato formal. Regula especificações de fornecimento de produtos e serviços e a organização da rede).	Simétricas	Coordenação e divisão do trabalho entre entidades e sistemas de monitoramento. Associações centrais, federações e consórcios.
		Assimétricas	Entidade coordenadora central. Redes de agências, acordos de licenciamentos e franquias.
	Proprietárias (Direito de propriedade entre os acionistas de empresas).	Simétricas	Exemplos de simétricas, são as <i>joint ventures</i> , empregadas na regulação das atividades de P&D, inovação tecnológica e sistemas de produção de alto conteúdo tecnológico.
		Assimétricas	Associações do tipo <i>capital ventures</i> , que relacionam de um lado o investidor e, de outro a empresa parceira.
Casarotto Filho e Pires (1998)	<i>Topdown</i>		Unidades coletivas estão vinculadas e dependentes de uma entidade-mãe, como terceirizados, subcontratados, ou como faccionistas, além de outras formas.

	Flexível	Criação, pelas unidades em rede de alternativa, de organização representando uma grande entidade, como o consórcio.
Turk (2001)	Interna	Uma implica a existência da outra. A interna representa os atores em suas próprias unidades, e a Social contém, além da rede interna, atores (ONGs, setores do governo e entidades diversas de cooperação)
	Social	
Mance (2001)	Colaboração solidária	São de três aspectos: econômico, político e cultural. Superpõem-se, mas uma única canaliza fluxos, cujas propriedades podem ser consideradas sob esses três aspectos, quando efetiva ações que atualizam, em maior ou menor medida, algum desses caracteres.
Silva (2002)	Temática	São aquelas que se organizam em torno de um tema, segmento ou área de atuação das entidades e indivíduos participantes. A temática abordada é o fundamento desse tipo de rede, seja ela genérica (ex.: meio ambiente, infância) ou específica (ex.: reciclagem, desnutrição infantil).
	Regionais	As redes regionais têm em uma determinada região ou sub-região o ponto comum de aglutinação dos parceiros: um Estado, um conjunto de municípios, um bioma, uma cidade, um conjunto de bairros etc.
	Organizacionais	São, em geral, aquelas vinculadas a uma entidade supra-institucional - isto é, que congrega instituições autônomas filiadas (federações, confederações, associações de entidades, fóruns etc.) - ou organizações complexas, compostas, por exemplo, de várias unidades autônomas e/ou dispersas territorialmente.
Villasante (2002)	Internacionais de pensamento e ação	Junção a partir de correntes emancipadoras construídas a partir do local para reuniões, coordenações ou fóruns internacionais onde se discutem e se reenfoam sentidos que os movimentos possam ter.
	Regionais de economias populares sustentáveis	Em regiões (Kerala, na Índia), grandes cidades (Porto Alegre), comarcas (zona cafeeira na Nicarágua) e cinturões municipais de metrópoles (Villa El Salvador, no Peru), surgem acordos entre o Estado e o terceiro setor.
	Redes associativas do terceiro setor e do terceiro sistema	Redes locais, redes internas e externas das associações, das ONGs, das empresas de economia social e tudo que se considera terceiro setor, que leva ao terceiro sistema de valores. Ótimo prestígio, comunicação e quantitativo econômico administrativo, de afiliação.

	Redes informais e condutas transversais		Redes familiares, de amizade de trabalho, grupal, de cotidianidade. São ideais para o processo de inter-relações das diversas redes, pois garantem transformações, pela proximidade e relações de caráter imediato, permite assentar as bases das redes.	
Corrêa (1999) e Verri (2000)	Rede Estratégica		Desenvolve-se a partir de uma empresa que controla todas as atividades.	
	Rede Linear		Cadeia de Valor (participantes são elos).	
	Rede Dinâmica		Relacionamento intenso e variável das empresas entre si.	
Castells (1999)	Tipologia do Leste Asiático	Japão	Horizontais	Baseadas em conexões de mercados entre grandes empresas ( <i>kigyio shudan</i> ). Alcançam vários setores econômicos. São exemplos as empresas: Fuyio, Dão-ichi Kangin e Sanwa. Cada rede tem suas próprias fontes de financiamento e compete em todos os setores principais de atividade
			Verticais Keiretsu	Construída ao redor de uma <i>kaisha</i> , ou grande empresa industrial especializada, incluindo centenas e até milhares de fornecedores e suas subsidiárias conexas. As principais Keiretsu são as localizadas em torno da Toyota, Nissan, Hitachi, Matsushita, Toshiba, Banco Tokai e Industrial Bank of Japan.
		Coréia	Chaebol	Todas as empresas da rede são controladas por uma <i>holding</i> central. São financiadas por bancos do governo e companhias <i>trading</i> sob o controle do governo. São muito hierárquicas, familiares e reproduzem o estilo militar.
		China	Jiazuqiye	São redes de empresas familiares. A família é o principal componente da organização industrial chinesa. Os recursos das empresas são herdados pelos descendentes, principalmente masculinos. Os financiamentos advêm de poupança familiar, empréstimo de amigos confiáveis e associações de crédito rotativo ou outras formas de empréstimo informal, como bolsa de pequenas empresas ou <i>curb market</i> , de Taiwan.

	Tipologia de ERNST	Redes de fornecedores	de Subcontratação, acordos OEM (Fabricação de Equipamento Original) e ODM (Fabricação do Projeto Original) entre um cliente (a “empresa focal”) e seus fornecedores de insumos intermediários para produção.
		Redes de produtores	Acordos de coprodução que oferecem possibilidade a produtores concorrentes de juntarem suas capacidades de produção e recursos financeiros/humanos com a finalidade de ampliar seus portfólios de produtos, bem como sua cobertura geográfica.
		Redes de clientes	Encadeamentos à frente entre as indústrias e distribuidores, canais de comercialização, revendedores com valor agregado e usuários finais, nos grandes mercados de exportação ou nos mercados domésticos.
		Coalisões-padrão	Iniciadas por potenciais definidores de padrões globais com o objetivo explícito de prender tantas empresas quanto possível a seu produto proprietário ou padrões de interface.
		Redes de cooperação tecnológica	Facilitam a aquisição de tecnologia para projetos e produção de produtos, capacitam o desenvolvimento conjunto dos processos e da produção e permitem acesso compartilhado e conhecimentos científicos genéricos e de P & D.
Rangan e Yoshino (1996)		Interna	Criadas unidades independentes que se intercomunicam e mantêm relativa independência. Subsidiárias.
		Externa	Múltiplas alianças entre empresas igualitárias. Cooperação tecnológica e outras, tal como mercadológica.
Lewis (1992) e Lynch (1994)		Verticais ou de adição de valor	Alianças entre uma empresa e seus fornecedores para ganhos de logística e produção.
		Divisão de Tecnologia	Empresas dividem com universidades para fortalecimento tecnológico.
		De Desenvolvimento	Desenvolver e melhorar processos e produtos.

	De Participação Acionária	Grupos de empresas em rede detêm ações de uma empresa fortalecendo-a.
--	---------------------------	---

Fonte: Alves e Meireles (2013)

As tipologias de rede, para Grandori e Soda (1995), são determinadas por tipos de mecanismos de coordenação utilizados, grau de centralização da rede e de formalização da mesma. Já Casarotto Filho e Pires (1998) sugerem as redes *topdown*, ou seja, as pequenas unidades produtivas estão vinculadas e dependentes de uma entidade-mãe como os terceirizados. Tem-se na rede flexível uma alternativa de organização, como os consórcios, esses gestores das redes de pequenas unidades retrataria uma grande organização que simboliza as células associadas naquilo que isoladamente não realizariam.

As redes podem surgir espontaneamente ou não, o que não significa que elas não tenham a necessidade de planejamento e organização, como também de desenvolvimento, de ações, de mobilização e gestão (ABREU, 2002). Como proposto pelo autor, mobilizações através das formas pré-intensiva, intensiva e mantenedora e aplicação de procedimentos autogestionários no desenvolvimento da rede podem proporcionar a sustentabilidade e conseqüentemente o seu sucesso. E ainda reforça Laville (2003, p. 87), pesquisando iniciativas em rede, principalmente na França, que “se nós analisarmos as experiências das redes veremos que é necessário um planejamento cuidadoso, para que elas sejam bem-sucedidas e isso, requer um tempo [...]”.

Para Rolt, Dias e Pena (2017), as experiências vivenciadas pelas redes auxiliam em seu processo de amadurecimento organizacional, esse que também pede uma análise sobre a gestão consciente da rede que seja capaz de proporcionar uma sustentabilidade dos agentes (nós) que a compõe. O processo de governança das redes demonstra como se dão as relações entre seus agentes, regras estabelecidas, as relações de poderes das lideranças, as relações formais e informais. Apesar de que ações coletivas podem proporcionar vantagens competitivas às redes, também podem não conseguir alcançar os principais objetivos que lhe deram origem e para evitar tal insucesso se faz necessário uma governança capaz de proporcionar legitimidade externa e interna das redes desde sua criação.

Ressalta-se que a aplicação de políticas de governança e a adoção de um modelo de gestão pressupõem a consciência acerca do potencial estratégico da rede, pelos envolvidos, e a proatividade coletiva quanto à adoção de um modelo de gestão, o que praticamente determina a maturidade organizacional da rede. [...] a coordenação de uma ação cooperada deve ser tratada mais como uma prática de gestão da dinâmica social entre os agentes envolvidos do que como uma padronização de regras e procedimentos administrativos (ROLT; DIAS; PENA, 2017, p. 268-269).

Entender a formação e as relações existentes na rede, essas que estão ligadas diretamente à maturidade das interações dos seus atores, principalmente, vinculadas às trocas de informações e conhecimento se torna importante para a sustentabilidade e sucesso da mesma.

Para Vale (2004, p. 5), conforme uma organização progride no sentido de uma maior interação com outras, essa amplia sua participação em novas redes, ou em redes maiores, além de aumentar o estoque total de capital social do território onde se encontram, refletindo no próprio processo de desenvolvimento local. É perceptível que a ocorrência de um processo de aprendizado, que proporciona o sucesso da ação coletiva restrita, pode levar seus atores a incitar iniciativas de cunho abrangente e estimular iniciativas semelhantes dentro da comunidade na qual se insere. Portanto, quanto mais redes existirem em um território específico, maior será seu estoque de capital social e suas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico.

O capital social como os “nós” podem ser analisados a partir de algumas teorias, como, por exemplo, dos laços fortes e dos laços fracos, buracos estruturais, grupabilidade, da coordenação das relações, dentre outros, abordados pelos autores Lemieux e Ouimet (2012), Portugal e Martins (2011), Granovetter (1983), Burt (1992) e Festinger (1957).

Segundo os autores, os laços fortes ou estreitos estão mais vinculados a familiares, amigos, ao ponto que os laços fracos ou frouxos unem as pessoas preferencialmente pelo conhecimento, ou seja, indivíduos mais afastados. Ambos têm suas vantagens e desvantagens: os laços fortes apresentam relação mais frequente e intimidade, como as confidências, havendo reciprocidade nos serviços com maior frequência. Porém, pode proporcionar uma zona de conforto e rotina, diminuindo com o tempo o fluxo e troca de informações. Em contrapartida, os laços

fracos quando se encontram trocam mais informações, diálogo, discussões e resoluções do que os fortes, mas há intensidade emocional em ambos os laços.

E nos laços fracos, podem ser encontrados os buracos estruturais “sendo igualmente numerosos nos grupos de fraca densidade em que se verifica a ausência de conexões diretas em vários pares de atores” (LEMIEUX; OUIOMET, 2012, p. 55). Os autores ainda reforçam, no que tange ao ambiente externo, que os buracos estruturais podem ser vantajosos para um ator que enfrenta, por exemplo, opositores divididos entre si. E no ambiente interno são prejudiciais por representar falhas na cooperação interna que poderão ser utilizadas pelos opositores.

A grupabilidade é quando há um ou vários blocos onde as relações internas são todas positivas ou neutras e as externas são todas negativas ou neutras. Essa teoria ainda diz que, quando o princípio de grupabilidade não é respeitado, surgem tensões que podem levar até mesmo à grupabilidade como forma de readaptação e resiliência.

A teoria da coordenação das relações está vinculada aos conjuntos sociais que os membros estão inseridos, os quais eles se consideram abrangidos pelas relações de pertencimento e que acreditam que são diferentes de outros conjuntos sociais no seu ambiente.

Sugere-se verificar alguns princípios de rede como defendidos por Mance (2001) e Amato Neto (2000), como autorreprodução, ou seja, se há interação entre a rede e movimentos do mesmo tipo ou afinidade se fortalecendo e fazendo surgir novos movimentos; a extensividade que é a expansão da rede em outras localidades contribuindo com o surgimento de novas unidades e no desenvolvimento das mesmas, ampliando seu território e se fortalecendo, e a intensividade, ou seja, que cada nó da rede consiga atingir e envolver o maior número de pessoas no local ou região onde atua e ao mesmo tempo se conectando à rede em geral.

Mance (2001) ainda reforça a diversidade que pode compor uma rede, seja com representantes do primeiro, segundo ou terceiro setor. Outro aspecto é a integralidade, ou seja, que os objetivos, principalmente da solidariedade, propostos e defendidos pelos nós que compõem a rede, sejam incorporados e assumidos por todos. E por último, que a realimentação, que são os fluxos de informações, e as ações da rede gerem novas ações e propósitos capazes de beneficiar todos os componentes da rede.

No que tange às redes sociais, segundo Turk (2001, p. 60), “trabalhar em Rede Social é, antes de tudo, construir um processo de cidadania. É suplantar todos os processos de exaltação ao individualismo, postos na sociedade contemporânea. É desenvolver um processo de solidariedade.” E reforça a importância da rede interna, ou seja, é o processo de interação entre os sujeitos que estão dispostos a partilhar afeto e conhecimento que são fundamentais para ações que impliquem em ações coletivas da solidariedade.

Segundo Kremer, Akahoshi e Talamini (2017), as redes podem ser constituídas por pessoas ou organizações que interagem e desenvolvem laços diversificados com níveis de intensidade e de qualidade. A confiança é outro valor que alguns estudos têm buscado compreender justamente por causa da interação inter e intrapessoas e ou organizações, que são elementos presentes, principalmente, nas redes sociais. Essas também podem ser analisadas quanti e qualitativamente, sendo que o primeiro poderia analisar a centralidade de um ator e o segundo uma análise das várias ligações, fluxo de informações, relações, dentre outros.

[...] a rede é uma organização independente, representativa, participativa, horizontal, interativa, estável, flexível e corporativa [...]. Algumas de suas finalidades são: representar, promover, potencializar e defender geral, parcial ou setorialmente direitos e interesses comuns dos seus participantes; propiciar uma atuação coordenada dos seus integrantes nos assuntos de interesses comuns; facilitar o intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências para o melhor aproveitamento econômico dos seus recursos; maior clareza da força política e potencialidade da sociedade civil organizada, maior aproximação com os setores públicos e privado e a importância da parceria; mudança de cultura das práticas centralizadoras e assistencialistas; estímulo à realização de diagnósticos locais e de planejamento de ações em grupo (ALVES; ABREU, 2005, p. 5-6).

Segundo Alves e Abreu (2005) são necessários alguns valores, declarações e princípios da rede, estratégias, ações e gestões, como mostrado no Quadro 4.

**Quadro 4 - Princípios, valores e ações para redes**

Pactos e Padrões de Rede	Sem intencionalidade uma rede não consegue ser um sistema vivo, mas apenas um amontoado de possibilidades. A comunicação e a interatividade se desenvolvem a partir dos pactos e dos padrões estabelecidos em comunidade. Uma rede é uma comunidade e, como tal, pressupõe identidades e padrões a serem acordados pelo coletivo responsável. É a própria rede que vai gerar os padrões a partir dos quais os envolvidos deverão conviver.
Valores e objetivos compartilhados	O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns, interconectando ações e projetos.
Participação	A participação dos integrantes de uma rede é que a faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. Sem participação, deixa de existir. Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é a vontade de seus integrantes.
Multiliderança e horizontalidade	Uma rede não possui hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas.
Conectividade	Uma rede é uma costura dinâmica de muitos pontos. Só quando estão ligados uns aos outros e interagindo é que indivíduos e organizações mantêm uma rede.
Realimentação e Informação	Numa rede, a informação circula livremente, emitida de pontos diversos, sendo encaminhada de maneira não linear a uma infinidade de outros pontos, que também são emissores de informação. O importante nesses fluxos é a realimentação do sistema: feedback, consideração e legitimidade das fontes são essenciais para a participação colaborativa e até mesmo para avaliação de resultados e pesquisas.
Existência de um propósito unificador	É o espírito de uma rede. Pode ser expresso como um alvo unificador e um conjunto de valores compartilhado pelos

	participantes, de forma esclarecedora, democrática e explícita.
Participantes Independentes	Fazer parte de uma rede não quer dizer deixar de lado sua independência. Ao contrário, uma rede requer participantes independentes, automotivados, não limitados por hierarquias. Cada participante possui talentos únicos, diferentes e valiosos para trazer ao grupo e para exercer sua criatividade é preciso independência. É o equilíbrio entre a independência de cada participante e a interdependência cooperativa do grupo que dá força motriz a uma rede;
Interligações voluntárias	Os participantes da rede se relacionam e realizam tarefas de forma voluntária e automotivada, podendo escolher seus interlocutores e optar por trabalhar em projetos que os ajudem a cumprir seus objetivos pessoais e organizacionais;
Multiplicidade de líderes	Uma rede possui menos chefes e mais líderes. Líderes podem ser caracterizados como pessoas que assumem e mantêm compromissos, mas que também sabem atuar como seguidores, se deixar ser liderado. Como cada participante traz seus talentos à rede, estes vão ser utilizados para a resolução dos complexos problemas trazidos pelo grupo. Descentralização, independência, diversidade e fluidez de lideranças são atestados de autenticidade de uma rede que visa a transposição de fronteiras.
Interligação e transposição de fronteiras	Redes pressupõem transposição de fronteiras, sejam elas geográficas, hierárquicas, sociais ou políticas.

Fonte: Adaptado a partir de Silva (2002) apud Alves e Abreu (2005)

Dentre algumas características apresentadas por alguns autores, destaca-se a horizontalidade, pois não há hierarquia, mas múltiplas lideranças e assim “favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de liderança formal. Assim, o que parece ineficaz como forma de deliberação e tomada de decisão é de fato o alicerce necessário para gerar confiança”, proporcionando ações em um contexto cultural que, dentre suas características, advém do individualismo e competição (CASTELLS, 2013, p. 163).

Em relação ao dinamismo da rede, Silva (2002) ainda diz que podem surgir ações livres por parte dos seus integrantes para o desenvolvimento das tarefas como: formação de grupos de trabalho, criação de fóruns para encontros periódicos para serem debatidos temas e assuntos de interesse da rede e ou encontros presenciais das lideranças ou de todos os integrantes.

O dinamismo que uma rede pode desenvolver, segundo Mance (2002b), chama atenção para um melhor entendimento de forma a priorizar a compreensão de suas conexões e fluxos antes de sua estrutura. Essa que deve ser revisada e adaptada para o melhor atendimento de suas complexidades para uma expansão do bem-estar da sociedade agindo de forma solidária.

Mance (2000) trabalha, principalmente, com conceito de redes solidárias ou de colaboração solidária que, segundo ele, são articulações:

[...] entre diversas unidades que, através de certas ligações trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto, na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos (MANCE, 2000, p. 240).

Reforçando sobre as redes solidárias, principal foco do presente trabalho, o autor em suas publicações diz que elas têm sua base na colaboração solidária e procura o bem viver individual e coletivo como o maior objetivo. A adoção dessa tipologia de rede permite a inclusão das pessoas do processo produtivo assim como diminui a degradação dos ecossistemas, promovendo um desenvolvimento ecologicamente sustentável. E que ao analisar e refletir sobre a economia, essa deve ser percebida como um grupo de relações sociais sob uma perspectiva da colaboração solidária, priorizando o bem viver de todos, realizando ações colaborativas, justas, responsáveis e sustentáveis (MANCE, 2005).

Observa-se que as redes de colaboração solidária apresentam-se como uma estratégia de inserção socioeconômica e produtiva de grupos marginalizados, excluídos e oprimidos que se unem com a finalidade de lutar por anseios populares de resgate da cidadania.

E para participar desse modelo organizacional, segundo Rego e Rigo (2015) e Mance (2002b), há alguns critérios a serem observados pelos participantes ou interessados em integrar nesse modelo, que são: a não exploração do trabalho, produção e consumo consciente, sustentabilidade das ações e dos empreendimentos, compartilhar excedentes, visando à expansão da rede, autodeterminação sobre o espírito cooperativista, solidário e da autogestão, ações visando à inclusão de grupos sociais, negação da dominação política, econômica e cultural, solidariedade e liberdades públicas e privadas realizadas eticamente. Os objetivos, elementos e propriedades, que devem ser observados por seus membros ou interessados em ingressar nesta tipologia de rede, podem ser visualizados através do Quadro 5, como forma de entender sua proposta e dinâmica.

**Quadro 5 -** Objetivos, elementos e propriedades da rede de colaboração solidária

Itens	Descrição
Objetivos	Atender as demandas de consumo dos membros das redes, produzindo e comercializando bens e serviços com qualidade técnica, social e ecológica;
	Produzir ecologicamente nas redes tudo o que seja necessário para satisfazer suas demandas, ainda atendidas pelo mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços, etc.;
	Corrigir fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empreendimentos capitalistas;
	Gerar novos postos de trabalho e distribuir renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos visando satisfazer as demandas das próprias redes;
	Remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas, objetivando garantir as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.
Elementos Básicos	Células de consumo: grupos de consumidores que se organizam de diversas formas, comprando mercadorias através de mediações solidárias (cooperativas, lojas, comércio eletrônico, etc.) dando preferência ao que é produzido na rede e que compram no mercado capitalista somente o que a rede ainda não fornece satisfatoriamente.
	Células de produção: trata-se de empreendimentos produtivos de qualquer porte cuja qualidade do produto permita satisfazer o bem-viver do consumidor final ou de outros empreendimentos aos quais está conectado em cadeia produtiva como fornecedor de insumos ou prestador de serviços.
	Células de serviço: quaisquer empreendimentos nesse setor cuja qualidade do serviço atenda aos requisitos da rede.
	Células de comércio: quaisquer empreendimentos ou iniciativas que pratiquem o comércio no interior das redes, visando ampliar as liberdades públicas e privadas e promovendo o bem-viver de consumidores e produtores;

	<p>Conexões: O que transforma empreendimentos isolados em células são as conexões que eles passam a estabelecer entre si. As conexões são ligações que permitem ações coordenadas sem as quais as células não podem realimentar-se, nutrir-se da diversidade e crescer em conjunto. Sem conexões não há rede. Através delas vários processos podem ser desencadeados, dinamizados e equilibrados.</p>
	<p>Fluxos: através das conexões fluem entre as células as matérias, informações e valores necessários à autopeiose da rede. O volume de fluxos e a sua diversidade devem ser adequados às demandas, necessidades de cada célula. Caso as conexões existentes não deem vazão suficiente aos fluxos requeridos pela dinâmica da rede em seu todo, novas conexões e células devem ser organizadas viabilizando seu funcionamento orgânico.</p>
<p>Propriedades Básicas</p>	<p>Autopoiese - qualidade que ela tem de reproduzir-se a si mesma na medida em que é capaz de gerar os bens, serviços e valores necessários para satisfazer suas próprias demandas e um excedente que lhe permite expandir-se, incorporando mais pessoas e aumentando, assim, a demanda laboral.</p>
	<p>Intensividade: qualidade de envolver o maior número possível de pessoas tanto no consumo quanto no labor solidário;</p>
	<p>Extensividade – qualidade de gerar novas células laborais e de consumo em regiões cada vez mais longínquas, possibilitando chegar até elas os fluxos de matérias, informação e valor necessários a promover desenvolvimento local autossustentável.</p>
	<p>Diversidade – qualidade de atender às diversas necessidades e desejos dos consumidores e empreendimentos solidários, gerando para isso a maior diversidade possível de bens e serviços, buscando produzir na rede tudo o que eles ainda consomem do mercado capitalista em função de seu bem-viver ou como elementos necessários ao processo produtivo.</p>
	<p>Integralidade – significa que cada célula, através da rede, está conectada a todas as demais, sendo afetada pelo crescimento delas ou por seus problemas e dificuldades, apontando-se, assim, a necessidade de um crescimento organicamente sustentável da rede como um todo em razão do que se dimensiona a composição orgânica de cada célula em particular, isto é, a incorporação de tecnologia em sua relação com o trabalho vivo empregado.</p>
	<p>Realimentação - qualidade de cada célula demandar produtos e serviços de outras, o que permite o crescimento sustentável de todas, isto é, da rede em seu conjunto. Quanto maior o número de células com maior intensividade, maior é a realimentação da rede.</p>
	<p>Fluxo de valor – significa que o valor econômico produzido em cada etapa da cadeia produtiva circula pela rede, podendo nela se concentrar ou dela evadir-se. Isto é, quando uma célula produtiva compra insumos do mercado capitalista, uma certa quantia de valor sai da rede, realimentando o giro capitalista. Entretanto, se uma nova célula que produz aquele insumo for criada em conexão com as demais, então aquele valor permanece realimentando a produção de outra célula da rede. O excedente de valor produzido pela rede pode ser utilizado para criar novas unidades laborais que satisfaçam as suas próprias demanda produtivas ou de consumo final ou para, progressivamente, reduzir a jornada de trabalho de todos.</p>

	Fluxo de informação - significa que todo o conhecimento gerado na rede está disponível a qualquer célula. Assim, se por extensividade uma nova célula for criada em um local distante, a partir dela a comunidade pode obter toda a informação necessária para replicar qualquer uma das demais células daquela rede, possibilitando realizar a intensividade, ampliando as possibilidades de emprego e renda local, melhorando o padrão de consumo de todos os envolvidos na colaboração solidária.
	Fluxo de matérias - significa que o que é produzido em uma célula pode ser objeto de consumo produtivo ou consumo final por outras células, de modo que uma realimenta outra. Com o desenvolvimento da rede, a tendência é que ela vá remontando solidariamente o conjunto das cadeias produtivas.
	Agregação - qualidade de redes locais se integrarem em redes regionais, de redes regionais se integrarem em redes internacionais e de redes internacionais se integrarem em uma rede mundial de colaboração solidária. Cada agregação fortalece as redes que se integram, ampliando a diversidade de ofertas de produtos, aumentando a demanda deles e totalizando um volume maior de excedente, que pode ser aplicado na criação de novas células, ampliando a extensividade, isto é, a capacidade de expansão da rede, em razão do maior fluxo de valor e especialmente de informação, com um banco de dados muito maior de células adaptáveis às diversas realidades locais.

Fonte: Mance (2002b, p. 37-47)

Mesmo com suas potencialidades, as redes solidárias se deparam com desafios, tais como: a conscientização da população em relação a um consumo solidário, a logística de distribuição dos bens produzidos por ela, aceitação e organização de fundos solidários, mapeamentos e conexões, capacitação e formações técnicas, políticas, culturais, autogestão e de solidariedade, fortalecimento e sustentação das redes de Economia Solidária (MANCE, 2002b).

Trabalhando e consumindo em redes de colaboração solidária, garantimos um desenvolvimento sustentável, tanto ecologicamente, quanto socialmente e asseguramos às pessoas as condições para o seu bem-viver, para a livre realização da sua dignidade. [...] A colaboração solidária, por isso mesmo, vai além da dimensão econômica. Cultiva a solidariedade em todas as esferas de nossa vida enriquece o nosso bem-viver, fortalece a amizade e fraternidade entre as pessoas, suprimindo toda forma de discriminação e preconceito, e promovendo a diversidade cultural e a criatividade humana que zelam pelas liberdades públicas e privadas eticamente exercidas (MANCE, 2002a, p. 99).

Assim, as organizações, cujo criação se baseia na filosofia de uma Economia Solidária, justa, sustentável e inclusiva, têm buscado na organização em rede uma

sobrevida perante os desafios de um mercado plural e competitivo. Essas organizações também conhecidas como empreendimentos solidários são formadas por trabalhadores que, além de desenvolverem suas atividades laborais, são proprietários e gestores que visam o bem-estar do coletivo (IASKIO, 2007; KEMP; OLIVEIRA, 2007). Segundo Ferraz e Dias (2008, p. 107), os empreendimentos solidários têm como base alguns princípios, tais como: “autogestão; democracia; participação; igualitarismo; cooperação; autossustentação; desenvolvimento humano e responsabilidade social”.

Uma das suas principais características é a autogestão, que pode ser compreendida como uma forma de promoção da democracia em instituições sociais em que trabalhadores são os sócios e os sócios são os trabalhadores (SINGER, 2002).

Autogestão é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas e equipamentos de produção. Autogestão é o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo as decisões, o planejamento e a execução sob o controle dos próprios trabalhadores (PINHEL, 2013, p. 121).

Para Abreu (1989), a autogestão acontece a partir da eliminação da burocracia e implantação de uma nova visão de gestão coletiva, ativa e igualitária através do poder social que influencia nos problemas comuns e não a partir do poder das relações sociais de uma minoria de dirigentes.

Segundo Nunes e Silva (2011), é comum na constituição de empreendimentos solidários, como característica da informalidade, e muitas vezes no seu início, que os princípios do cooperativismo, uma das bases da Economia Solidária, não sejam discutidos.

Gaiger (2009) diz que os empreendimentos econômicos solidários como a própria economia apresentam múltiplas modalidades a partir de mobilização e iniciativas espontâneas de trabalhadores visando à cooperação, eficiência e sustentabilidade dessas organizações.

E buscando melhor compreensão desse fato social, autores como Ribeiro e Muylder (2014) e França Filho e Laville (2004) propõem alguns critérios para identificação de empreendimentos da Economia Solidária para uma reflexão sobre as principais características conforme o quadro 6:

**Quadro 6 - Algumas Características dos Empreendimentos da Economia Solidária**

Características	Descrição
Pluralidade de princípios econômicos	As experiências da ES se articulam a partir de fontes de recursos distintas, a saber: o mercado (venda de produtos e serviços), os poderes públicos (subsídios governamentais e não governamentais) e as práticas recíprocitárias (trabalho voluntário, doações e múltiplas formas de troca-dádiva);
Autonomia institucional	Diz respeito à necessidade de que as iniciativas da ES se mantenham independentes em relação ao controle de outras instituições, notadamente aquelas que lhe são fonte de recursos. Ressalta-se, no entanto, o importante papel que a interdependência com outras organizações, as parcerias e os arranjos institucionais de cooperação exercem na ES;
Democratização dos processos decisórios	O fluxo de tomada de decisão numa organização da ES deve possuir caráter coletivo ou estar baseado em práticas de participação democrática de seus integrantes. Reitera-se, assim, a prevalência da autogestão como modo de condução dos empreendimentos, em detrimento de formas heteronômicas de gestão;
Sociabilidade comunitário-pública	AS formas de organização da ES incorporam modos de relacionamento social singulares. Sua dinâmica não comporta a simples redução de suas práticas à formalidade e impessoalidade costumeiras às atividades econômicas empresariais tradicionais. O alcance das propostas da ES se estende ao espaço comunitário-social na rotina diária da organização. De modo diverso, nas organizações tradicionais, a relação com o social é apenas mais uma prática integrante da estratégia de comunicação com o público;
Finalidade multidimensional	Na ES, as iniciativas e empreendimentos assumem, de forma imanente, outras dimensões além da econômica – a social, a cultural, a ecológica e a política. Isso se dá em função de sua natural projeção sobre o espaço público, uma vez que suas finalidades não se voltam prioritariamente para a busca de resultado monetário e que elas possuem um caráter multicêntrico. Significa dizer que as ações de uma organização da ES “[...] não se limitam apenas aos seus membros internos, voltando-se para questões que estão no seu próprio entorno ou na sociedade mais ampla, portanto, questões públicas”.

Fonte: França Filho e Laville (2004, p. 169)

Essas características se apresentam como uma crítica ao modelo exploratório incorporado e desenvolvido pelo sistema de produção, demonstrando que são possíveis outros meios econômicos, baseados em valores de cooperação perante a competição, que se limita a acumulação e retorno de capitais, valorizando outras

dimensões, tais como social, ambiental, cultural, etc. A Economia Solidária apresenta-se como um novo modo de produção, visando a sustentabilidade e coexistindo com um sistema hegemônico (RIBEIRO; MUYLDER, 2014). Esses autores, baseados em outros pesquisadores, apresentam alguns elementos essenciais para melhor compreensão e critérios de definição para os empreendimentos de Economia Solidária, como podem ser observados no Quadro 7 “Elementos para Análise da Economia Solidária”.

**Quadro 7 - Elementos para análise da Economia Solidária**

Dimensão Sociopolítica		Dimensão Econômica	
Grupos de Análise	Componentes	Grupos de Análise	Componentes
Modos de interação e organização	Padrão de sociabilidade	Pluralidade de princípios econômicos	Subsídios governamentais
	Coesão social		Subsídios não governamentais
	Comprometimento		Doações monetárias
	Sistemas de trabalho soc. aceitos		Doações não monetárias
	Saúde e segurança		Trabalho voluntário
Processos decisórios e autonomia	Democracia interna	Planejamento e gestão	Práticas reciprocitárias
	Autonomia institucional		Gestão de processos, produtos e serviços
	Formação sociopolítica		Controle de qualidade
Inserção e mobilização social	Existência de ação pública		Definição de metas e objetivos
	Articulação em redes		Avaliação de resultados
Desenvolvimento do ser humano	Realização pelo trabalho	Acesso a recursos e conhecimento	Infraestrutura
	Qualificação e desenvolvimento de pessoas		Tecnologias gerenciais
	Qualidade de vida		Habilidade técnica
			Habilidade gerencial
		Público interno	
		Cadeia produtiva	
		Destino da riqueza gerada	Público externo
			Governo e sociedade
	Continuidade organizacional		

Dimensão Ambiental		Dimensão Transversal	
Grupos de análise	Componentes	Grupos de análise	Componentes
Balço de consequências da operação atual	Avaliação dos impactos ambientais do negócio	Finalidade multidimensional	Extensão do raio de Ação
Ações preventivas e corretivas	Prevenção e redução de danos	Ação cotidiana	Padrão de racionalidade
	Gestão de riscos e contingenciamento	Reprodução e disseminação de valores solidários	Práticas de mercado
Novos produtos, serviços e oportunidades	Desenvolvimento de novos produtos e serviços		Relações com fornecedores e estruturas congêneres
	Responsabilidade no crescimento	Estrutura de propriedade	
Educação Ambiental	Incentivo à mudança de comportamento	Ciclo de vida	Estágio econômico

Fonte: Ribeiro e Muylder (2014)

Os autores chamam atenção para o aspecto da dimensão sociopolítica no contexto dos empreendimentos da Economia Solidária que se apresentam em duas situações internas e externas. A primeira é referente à interação entre os membros da organização solidária, democracia, autogestão, contratos simbólicos-afetivos, relações para o desenvolvimento humano, participação nas decisões e na produção, responsabilidade e comprometimento. A segunda é referente à autonomia da organização perante os parceiros, integração a redes e sua atuação no meio no qual está inserido.

O aspecto econômico baseia-se nos resultados da participação em mercados e sua sustentabilidade nos mesmos a partir da perspectiva de uma economia plural, como defendida por Polanyi (2012), ou seja, mercantil, não mercantil e não monetária. Assim, o desempenho desses empreendimentos não deve se limitar a rentabilidade, mas também o potencial em relação aos vínculos cooperativos e solidários.

Reforça-se que a atuação dos empreendimentos de Economia Solidária não se limita aos seus integrantes, mas a comunidade, na qual eles estão inseridos, o que demonstra um aspecto público onde suas lutas beneficiam também o seu entorno.

Assim, ao pensar em uma rede solidária, é importante entender seus integrantes, suas competências, conexões, dentre outros. Existem vários aspectos e desafios que acabam exigindo níveis de maturidade organizacional dos atores envolvidos em rede, como, por exemplo, gestão de conflitos, custos iniciais para criação e manutenção da rede, desenvolvimento de modelos de gestão adaptável ao perfil organizacional, a própria atuação em rede que tem sua própria dinâmica, dentre outros. Superados, ou até mesmo amenizados, podem se tornar vantagens competitivas sustentáveis por possibilitar a combinação das competências de vários atores (ROLT; DIAS; PENA, 2017).

É fato que, em um espaço onde uma das principais características seja a autogestão, torna-se um desafio organizar e trabalhar com o poder de decisão de que todos têm direito à voz e voto nestes espaços democráticos baseados na Economia Solidária.

Apesar dessa característica, isso não implica na ausência de normas, mas talvez um espaço onde todos compartilhem dos mesmos direitos e obrigações. Assim, subentende-se que não existiriam elementos tipicamente de organizações tradicionais capitalistas, como a subordinação ou que alguém “mandasse” no outro, não havendo, assim, desigualdade de poder.

Muito embora precisem se constituir de acordo com ideais igualitários e coletivos, as organizações da Economia Solidária não deixam de ser um palco no qual ocorrem jogos de poder. Entretanto, nessas organizações, o poder precisa se constituir com nuances específicas, devendo ser entendido como detentor de [...] um caráter benigno e comunal, em que se acredita na capacidade humana de realização coletiva e harmoniosa perseguindo objetivos consensualmente determinados’ (CARVALHO, 1998, p. 10). Contudo, por mais que a arregimentação de uma estrutura de poder esteja baseada no consenso entre seus membros, podendo chegar próximo do ideal, não é impossível que haja manipulação de comportamento. Como as organizações da Economia Solidária têm um caráter ideológico muito presente, as bases do poder podem ser substituídas pela coerção e pela força, desvirtuando o ideal solidário (SÁ; SOARES, 2005, p.6).

Porém, acredita-se que não se pode ter um olhar ingênuo assumindo tais discursos, pois os empreendimentos solidários são espaços sociais e as relações entre pessoas não se dão em níveis hierárquicos iguais; sempre haverá conflitos, pois o ser humano não vive em sociedade de forma simétrica.

Para Bourdieu (2013, p. 136), o espaço social “[...] é espaço abstrato constituído pelo conjunto dos subespaços ou dos campos [...], dos quais cada um deve sua estrutura à distribuição desigual de uma espécie particular de capital, [...], como instrumentos e objetos de lutas no conjunto dos campos”, esses podendo ser representados pelo campo da religião, moda, intelectual, econômico, político, dentre outros. Além disso,

Os campos são resultados de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo e o que dá suporte são as relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo (BOURDIEU, 1984, p. 114 apud ARAÚJO; ALVES; CRUZ, 2009, p.36).

Assim, a análise dos campos pode auxiliar na reflexão sobre os espaços, os quais formam a rede na qual estão inseridos, podendo influenciar em sua sustentabilidade. Essa não se limita a questões meramente ecológicas ou materiais, apesar de haver, no caso dos catadores de materiais recicláveis, uma necessidade básica a ser atendida, sendo necessário, também, entender a forma de interação e suas influências no resultado, a partir dos processos sociais contidos nesses espaços sociais.

A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário. Compreender a gênese social de um campo, e aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas [...] (BOURDIEU, 2003, p. 69).

“O espaço social é visto como um campo de poder, um espaço de relação de forças entre os agentes que dela participam. [...] O posicionamento de cada agente no interior do espaço social está determinado pela quantidade de capitais que possui” (KESSLER, 2008, p. 37). Esses capitais, por sua vez, na construção

analítica de Bourdieu, podem ser do tipo econômico, social, cultural, simbólico, e assim por diante.

Nas redes solidárias, segundo Mance (2002b), deve-se consolidar uma consciência de que todos estão ligados pelos fluxos de informações, matérias e valores a partir dos exercícios coletivos de poder. “[...] embora as redes de Economia Solidária articulem fluxos de poder, elas não o problematizam quanto à existência de conflitos, resistências, interesses e outros atributos do poder no exercício da ação coletiva [...]” (PAULI, 2006, p. 69).

O poder está presente nos espaços sociais de várias formas e em vários sentidos: opera como dominação, autoridade, poder simbólico, poder de fato, jurídico, resistência, financeiro; enfim, compreender as múltiplas relações e formas de poder inerentes a qualquer grupo dependerá do olhar sistemático da realidade desse espaço social:

[...] o poder é uma relação social, não uma posse unilateral, pois articula agentes com interesses diferenciados, no mais das vezes conflitantes. Sua fonte originária encontra-se na capacidade de coagir ou de estabelecer domínio sobre outros agentes. Isso significa produzir ‘efeitos desejados’ ou controlar as ações alheias. [...] E as diferentes maneiras de apropriar-se dos ‘efeitos desejados’ ou dos ‘resultados pretendidos’ constituem as diferentes formas de poder — coercitivo, administrativo, jurídico-judiciário e deliberativo (SROUR, 2012, p. 94).

Observa-se que o poder parte das relações de produção existentes em determinado espaço, abrangendo uma diversidade de situações que uma pessoa exerce de várias formas e práticas no seu dia a dia, não sendo um objeto pronto, mas construído a partir das relações (FOUCAULT, 1979). “Portanto, o poder é inerente à própria dinâmica social, constituindo um jogo de forças, por mais que o seu exercício seja legitimado e delegado coletivamente ao mandatário” (SÁ; SOARES, 2005, p. 6).

Assim, as várias formas de relação implicarão no grau, tipologias e recursos de poder, nos quais determinado indivíduo ou grupo estão inseridos, podendo ser influenciados pelo índice de coesão entre os atores, a sociodinâmica presente, como, por exemplo, o “carisma” grupal ou a estigmatização, processo que, atrelado ao pré-conceito, vincula rótulos de “valor humano inferior” a determinados sujeitos

ou grupos, o que pode levar a naturalização, ou seja, a incorporação de tal valor (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Outra forma de se exercer o poder está vinculada à liderança, que “transcende cargos ou posições formais, não carece de institucionalização, é fruto da sintonia “espontânea” e informal estabelecida entre líderes e seguidores. [...] A sua força decorre da credibilidade de que desfruta junto a seus seguidores” (SROUR, 2012, p. 111-112).

O poder de uma liderança pode estar na capacidade que uma pessoa ou grupo tem sobre outro de modo a fazer o que eles querem sem exercer força e ser reconhecido como tal por aqueles cujo poder está sendo exercido, parafraseando Max Weber. O líder tem sua força no processo de influência sobre seus seguidores, catalisando seus anseios, controlando não pela força, mas por “adesão da mente” dos que são influenciados pela sua liderança.

No contexto da autogestão, acredita-se que as relações de poder estão vinculadas a um objetivo comum com envolvimento de todos de forma igualitária e democráticas a partir da igualdade, da transparência nas participações, desenvolvendo um sentimento de pertença, autocrítica e contribuindo na formação de pessoas empoderadas. Agora, se não houver participações democráticas provavelmente as consequências serão a concentração do poder em uma pessoa ou determinado grupo, o que pode caracterizar que os demais membros não possuem habilidades ou competências para enfrentar ou trabalhar essa outra forma de poder. Essas condições de desigualdade entre os atores envolvidos nos empreendimentos ou na rede resultam em várias situações que atingirão as relações de poder, podendo favorecer determinados grupos sobre os demais, manipulando situações ou resultados (ADAMS *et al.*, 2015).

O entendimento destes espaços e relações sociais, onde o social se sobrepõe ao individual, pois o sujeito a partir da sua interação na sociedade ultrapassa a si mesmo tanto no agir como no pensar, necessita de um olhar interdisciplinar. As representações sociais têm sua origem na relação entre o sujeito com o mundo, influenciando e sendo influenciado, ou seja, reconstrução da realidade e do sujeito. Existem várias manifestações desses fenômenos como as falas, sentimentos, modo de agir, dentre outros que devem ser analisadas pelo prisma das estruturas e comportamentos sociais (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

[...] as relações sociais entre os atores, organizações e instituições se desenvolvem a partir de uma rede de referências ou de relações anteriores, formando uma rede de confiança nas relações, e a troca de informações ao longo do tempo fortalece os vínculos de troca e de resolução de problemas em conjunto, e sendo assim, as relações organizacionais podem afetar positivamente os resultados organizacionais e econômicos, através da confiança nas trocas (KREMER; AKAHOSHI; TALAMINI, 2017, p. 217).

Para Faria (2014), as organizações são constituídas por relações sociais e históricas que se apresentam de forma relativamente autônoma no que tange aos sujeitos que as constituem. São espaços de mediação de interesses e com vínculos aos objetivos para os quais lhe deram origem. Não são espaços plenamente autônomos, completos e independentes, mas têm suas bases nas relações sociais dinâmicas e contraditórias, convivendo com formalidades e subjetividades, dentre outros.

Autores como Araújo *et. al.* (2017) e Mance (2002b) refletem sobre a sustentabilidade das práticas de Economia Solidária que se dão pelo atingimento de dimensões, tais como: econômicas, sociais, ambientais, culturais e territoriais. Esse modelo econômico auxilia no aumento de oportunidades de trabalho e renda e na autonomia e empoderamento dos agentes envolvidos. É a partir da sustentabilidade das diversidades que acolhe e das conexões entre todos que a constituem ou são influenciadas por ela que a sustentabilidade das organizações em redes encontra equilíbrio e descobre novas experiências.

## 2.4 SUSTENTABILIDADE E SEUS ASPECTOS SOCIAIS

As organizações têm, cada vez mais, apresentado como uma das principais pautas de suas ações a ideia de sustentabilidade, como também a mudança de consciência, a partir das novas exigências e condições existentes no mercado atual.

A sustentabilidade atualmente representa os esforços para equilibrar os interesses econômicos de uma organização com o desenvolvimento social e na preservação dos recursos naturais existentes, para poder prolongar por tempo indeterminado sua existência e viabilidade.

Sustentabilidade é a capacidade de se autossustentar, de se automanter. Uma atividade sustentável qualquer é aquela que pode ser mantida por um longo período indeterminado de tempo, ou seja, para sempre, de forma a não se esgotar nunca, apesar dos imprevistos que podem vir a ocorrer durante este período. Pode-se ampliar o conceito de sustentabilidade, em se tratando de uma sociedade sustentável, que não coloca em risco os recursos naturais como o ar, a água, o solo e a vida vegetal e animal dos quais a vida (da sociedade) depende (PHILIPPI, 2001 apud ARAÚJO *et al.*, 2006, p. 9).

Há várias discussões sobre os conceitos e dimensões da sustentabilidade, os quais envolvem os aspectos social, econômico, ambiental, espacial, cultural, ecológico, etc (CIEGIS; RAMANAUSKIENE; MARTINKUS, 2009; SACHS, 2002).

O sustentável em questão assume a complexidade interdependente e multidisciplinar proposta por Silva (2005:38) expressa em 6 princípios de ação: (1) ser socialmente justo [implica (...) em modelos mais equitativos de produção e reprodução da vida]; (2) ser economicamente viável [na busca da consolidação de economias mais solidárias e cooperativas, que não tenham como finalidade a acumulação do capital e nem a redução do ser humano e da natureza como moedas de troca e acumulação de capitais]; (3) ser politicamente ética [pela perspectiva democrática, transparente, por novas formas mais coletivas de exercício do poder e do controle do poder]; (4) ser culturalmente aceita [levando-se em conta a diversidade cultural do nosso planeta, o direito dos povos às suas tradições, ritualidades, formas de produção e relação]; (5) ser ambientalmente ecológica [que implica em um esforço em perceber a interdependência de todos os seres vivos e não vivos e em manter a harmonia e o equilíbrio deste Sistema]; (6) ser geracionalmente inclusiva [conceito novo à luz de uma Cidadania Planetária, que reconhece o direito das futuras gerações em herdarem um planeta melhor, mais saudável e preservado (MACHADO; MELO; BRANQUINHO, 2012, p. 293).

Segundo autores como Porto (2017) e Feil e Schreiber (2017), o termo sustentabilidade surge na Alemanha em 1713 a partir da palavra *Nachhaltigkeit*, “*Nachhaltend*” ou “*Nachhaltig*” [sustentabilidade, longevidade]. Apresenta-se como uma possível resolução para limitação de recursos naturais desde aquele tempo. Pode se pensar a sustentabilidade não simplesmente como um movimento ecológico ou ambientalista da era moderna, mas uma maneira de ser, se conscientizar e agir, presente nas culturas de uma sociedade que vem amadurecendo durante séculos. Mas, a palavra sustentabilidade não tem um

significado único, pois sua utilização e sentido dependerão do contexto em que cada pessoa está falando.

Em realidades parecidas com o Brasil, onde ainda há desigualdades sociais, econômica e políticas, destaca-se a necessidade de objetivos a serem alcançados, como investimento em pesquisas, inovações sustentáveis, erradicação da pobreza, diminuição da desigualdade socioeconômica e política e uma justiça social, ambiental e cognitiva.

Desta forma, partimos do pressuposto que uma definição de sustentabilidade que leve a sério os excluídos e oprimidos, o Sul Global, precisa incorporar, pelo menos, duas noções: o novo e o aproveitamento daquilo que a sociedade capitalista descarta como sem valor. O novo porque o atual sistema de produção econômico é incompatível com a conservação dos ecossistemas. O aproveitamento do que é tido por descartável porque pode ser um instrumento poderoso para a preservação que até então não era considerado como uma alternativa viável (PORTO, 2017, p. 79).

Neste contexto, o sentido da utilização “descartável” e não valorizado não se limita a questões materiais para reciclagem, mas também em relação às questões cognitivas, como o conhecimento daqueles que são estigmatizados, marginalizados e excluídos, como forma de valorização e sustentabilidade das relações sociais e produtivas que interagem diretamente com o meio ambiente.

Mas, não há um consenso em relação a um conceito para a sustentabilidade, tanto que é muitas vezes utilizado no sentido de desenvolvimento sustentável. Porém, há várias convergências epistemológicas que auxiliam nessa complexidade e difícil definição, o que tem exigido dos vários estudos o reconhecimento das existências de várias formas de utilização que dependerá do contexto, do meio e das relações cognitivas. Sob cada prisma, a sustentabilidade ganha um olhar, como na biologia, voltada às questões da exploração dos recursos naturais; a ecologia, que reflete sobre a preservação das espécies e dos ecossistemas, principalmente, com a intervenção humana; a economia, que aborda o desenvolvimento econômico sem comprometer o meio ambiente; a sociologia, que se vincula ao desenvolvimento capaz de preservar a sociedade e suas relações sociais. “O desenvolvimento sustentável é o acesso para atingir a sustentabilidade [...]. Sustentabilidade consiste em uma meta ou parâmetro (objetivo final) definido por meio de critérios científicos,

que mensura e acompanha os resultados gerados pela utilização de estratégias do desenvolvimento sustentável” (FEIL; SCHREIBER, p. 2017, p. 676).

Para Barbieri e Cajazeira (2009), as definições de responsabilidade social e sustentabilidade são frequentemente utilizadas de forma similar, porém são conceitualmente diferentes. A sustentabilidade refere-se à satisfação das expectativas do presente, incluindo os recursos naturais do planeta sem comprometer a capacidade das próximas gerações de atender suas próprias expectativas. A responsabilidade social é um termo que focaliza as responsabilidades da organização com a sociedade e o meio ambiente.

De acordo com Jesus e Jesus (2006), o conceito de responsabilidade social envolve a compreensão e avaliação do ciclo de produção de um determinado produto, desde a escolha da matéria-prima até a industrialização, verificando se o produto agride o meio ambiente, se atinge a saúde do ser humano, se no processo de comercialização há corrupção, se as leis trabalhistas são respeitadas, se é prejudicial e se retorna ganhos à sociedade.

Observa-se que a sustentabilidade não se limita a fatores ambientais ou econômicos; o problema é muito mais amplo: não adianta um empreendimento, por exemplo, ser economicamente viável e, por isso, concluir que seja sustentável e, conseqüentemente, não observar ou dar a devida importância aos outros fatores que influenciarão aquelas que, em última análise, são a sua própria base, seu principal gerador da sustentabilidade, que são as pessoas (DOCHERTY; KIRA; SHANI, 2009). “A sustentabilidade é um termo que expressa a preocupação com a qualidade de um sistema que diz respeito à integração indissociável (ambiental e humano) e analisa as características e composições contemplando vários aspectos, principalmente, sociais” (FEIL; SCHREIBER, 2017, p. 674).

A sustentabilidade social é o maior agente de sustentabilidade (Oliveira, 2008). Dessa forma, a dimensão social do conceito de sustentabilidade é o setor mais importante para a geração de mudanças nos panoramas da sociedade. O homem é o agente principal de todo o processo de desenvolvimento, seja esse desenvolvimento social, ambiental, cultural ou econômico. Se as necessidades fundamentais do ser humano não estiverem sendo atendidas, não haverá sustentabilidade: se não houver sustentabilidade social, não haverá sustentabilidade ambiental ou mesmo sustentabilidade em qualquer dimensão, pois a condição de sustentabilidade, em qualquer esfera, é intrínseca à condição de

bem-estar e de qualidade de vida do ser humano (SAUGO; MARTINS, 2012, p. 104).

O aspecto social da sustentabilidade está vinculado ao bem-estar dos atores vinculados direta ou indiretamente à organização, como clientes, fornecedores, funcionários/associados/cooperados e comunidade. Alguns autores como Maia e Pires (2011), Docherty, Kira e Shani (2009), destacam certos critérios a serem observados pela organização, tendo como base a dimensão social da sustentabilidade que são: “bem estar e satisfação dos clientes e colaboradores; parceria com os fornecedores, interação com o governo [...] e envolvimento e participação em projetos sociais e comunitários locais” (MAIA; PIRES, 2011, p. 196).

Já para os autores Mani, Agrawal e Sharma (2015), Spangenberg (2006), a sustentabilidade social ainda necessita de reconhecimento e ser vista como ações de equidade social, erradicação da fome, da guerra, segurança social, política, qualidade de vida, de trabalho, de saúde e moradia. Essa esfera da sustentabilidade se apresenta principalmente nas relações sociais que questionam a desigualdade, discriminação, pobreza e refletem sobre a diversidade, educação, dentre outros. “A sustentabilidade social como um código ético de conduta para a sobrevivência e o crescimento humano que devem ser alcançados de forma inclusiva, maneira equitativa e prudente” (MANI; AGRAWAL; SHARMA, 2015, p. 1017).

Nesse contexto, para Magis e Shinn (2009), o bem-estar humano, equidade dentro e entre gerações, integração cultural, participação política, emancipações, protagonismos, espaços sociais e políticos democráticos são elementos importantes para a sustentabilidade social.

Estas práticas sustentam a qualidade de vida das pessoas, as redes sociais, os espaços de trabalho e de vida agradáveis, as oportunidades de lazer, e assim por diante. A sustentabilidade social da manutenção está, portanto, preocupada com as maneiras pelas quais preferências e características sociais e culturais, e o meio ambiente, são mantidos ao longo do tempo (VALLANCE; PERKINS; DIXON, 2011, p. 344-345).

E no contexto das organizações, a sustentabilidade social implica que as mesmas incorporem o valor para o meio, no qual estão inseridas a partir da valorização do capital social e humano interno e externo e de uma gestão inclusiva e

capaz de sistematizar e administrar pessoas, competências, habilidade e valores sociais (LOURENÇO; CARVALHO, 2013).

A sustentabilidade social, reforça Mendes (2009, p. 52.), objetiva “maior equidade na distribuição da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições da população [...], possibilidade de um emprego que assegure qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais”.

Dentre outras possibilidades, destaca-se

[...] o pilar da sustentabilidade social, que direcionada à dignidade humana e com foco nos direitos humanos e, principalmente nos direitos dos trabalhadores. Dentro da sustentabilidade social, está a melhoria constante da qualidade de vida dentro do ambiente de trabalho, visto que este ambiente é cada vez mais perverso no que diz respeito à saúde física e mental de seus colaboradores devido às demandas que o mundo globalizado impõe (TESTON; GRIGOL, 2014, p. 18).

A sustentabilidade é inerente ao princípio da Economia Solidária, visto que busca criar condições favoráveis para o desenvolvimento econômico de pessoas marginalizadas, com a preservação do ambiente.

(Com) partilha meios de produção, trabalho e resultado; [...] envolve além do econômico, questões de caráter social, político, ambiental e cultural; suas ações vão para além da geração de trabalho e renda, pois tem como perspectiva a construção de um mundo socialmente justo e sustentável (RUFINO; NETO; COSTA, 2011, p. 237).

Assim, buscar a sustentabilidade de empreendimentos e ações solidárias é mais que garantir ganhos financeiros ou a preservação do meio ambiente, é principalmente tentar garantir uma sustentabilidade social dos atores envolvidos para a efetividade das demais sustentabilidades.

Porém, a união de um determinado grupo, inicialmente, em torno de um objetivo comum, não significa necessariamente que há uma cooperação entre os sujeitos, cooperação esta que é um elemento fundamental para sustentabilidade das ações solidárias e emancipações, principalmente, quanto ao aspecto social. Tais grupos, ainda, não são isentos da presença da desigualdade de poder, disputas e conflitos que são características intrínsecas das relações sociais (WELLEN, 2012; KESSLER, 2008).

Sachs (2000) considera que a noção de sustentabilidade é construída a partir de cinco dimensões: (1) social, sob a perspectiva de construção de uma sociedade com maior equidade em termos de oportunidades e distribuição de renda e de bens; (2) econômica, baseada na busca do gerenciamento eficiente dos recursos e de um fluxo contínuo de investimentos; (3) ecológica, pautada na redução da geração de resíduos e de poluição através da preservação da energia, recursos e da reciclagem; (4) espacial, relacionada com uma melhor distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades econômicas; (5) cultural, ancorada pela busca de marcas endógenas de processo de modernização e de sistemas integrados, que auxiliem a obtenção de soluções específicas para o local, o ecossistema e a cultura.

Em suma, a sustentabilidade é um conceito que emerge em discussões em torno de assuntos envolvendo o meio ambiente diante da preocupação com os recursos naturais e sua utilização desenfreada pelo ser humano. O elevado consumismo pode gerar poluição ao meio ambiente, danos que acabam atingindo, direta ou indiretamente, a própria humanidade. Apesar disso, a população não abre mão do conforto e comodidade para minimizar a poluição e devastação causadas pela produção e consumo de bens.

A sustentabilidade tem ganhado destaque devido à crescente conscientização da necessidade de melhoria nas condições ambientais, econômicas e sociais, de forma a aumentar qualidade de vida de toda a sociedade, preservando o meio ambiente, assim como ter organizações sustentáveis econômicas e indivíduos socialmente sustentáveis (SILVA, 2012, p. 24).

E o fato de determinado grupo se unir, inicialmente, em torno de um objetivo comum não significa que necessariamente há uma cooperação entre os atores envolvidos, esse que é um elemento importante para sustentabilidade das ações solidárias e emancipações, principalmente, social.

Dentre as iniciativas que surgem como estratégia de fortalecimento e sustentabilidade de ações de alguns grupos, têm-se as redes sociais e solidárias, principalmente nas cadeias produtivas de materiais recicláveis que envolvem um leque muito maior do que simplesmente a produção, pois não depende só de técnicas para resolução destes problemas, mas do principal fator transformador, que é o ser humano.

O trabalho em rede supre objetivos como o aumento do ambiente de relacionamentos, a geração de oportunidades profissionais e institucionais, e o compartilhamento de conhecimentos. Mas, a presença de um projeto para o trabalho em rede é primordial para o estímulo de atividades coletivas concretas. Se concentrar indivíduos que desejam cooperar, não é cooperar [...] (SANTOS, 2011, p. 131).

Enfim, as organizações de Economia Solidária como as associações e cooperativas, principalmente de catadores de materiais recicláveis, devido ao seu perfil, precisam de auxílio para fortalecimento e concretização de suas ações para uma gestão eficiente visando à sustentabilidade social de seus membros e dos espaços sociais, os quais atuam.

A dimensão social da sustentabilidade compreende que todas as pessoas têm direito a dignidade humana e o mínimo necessário para viver sem a utilização inconsciente e irracional dos bens naturais. É pensar na erradicação da pobreza, nos padrões de desigualdade, respeito à diversidade, ou seja, implantar uma justiça social. Assim, refletir sobre uma sustentabilidade que tenha de uma forma transversal a ética solidária com todos que sofrem de alguma forma de exclusão, para assim evitarmos uma replicação de um sistema excludente com impactos tão negativos na sustentabilidade das gerações futuras (NASCIMENTO, 2012).

E no contexto dos empreendimentos solidários, segundo Rodrigues e Santos (2017), Polanyi (2012) e Reis (2005), é importante que essas organizações busquem o equilíbrio entre as ações mercantil, redistributiva e a reciprocidade, pois, se a primeira prevalecer, o empreendimento pode perder seu propósito social e se assemelhar a uma organização capitalista. Já na segunda pode desencadear uma dependência com os fomentadores, comprometendo a autonomia do empreendimento. E na última, prevalecendo à reciprocidade, poderão faltar recursos financeiros fazendo que a organização encerre suas atividades.

Para Reis (2005), os empreendimentos solidários interagem com vários fatores, tais como econômico, social, político e gestão, que podem proporcionar a sustentabilidade dessas organizações, como pode ser observado no Quadro 8, chamado pela autora de quadro analítico.

**Quadro 8 - Quadro Analítico para Estudo da Sustentabilidade**

Dimensão	Componentes	Indicadores
Econômica	Mercantil	Venda de produtos/serviços
	Não mercantil	Subsídios governamentais
		Subsídios não governamentais
		Doações monetárias
	Não monetárias	Trabalho voluntário
		Doações não monetárias (móveis, equipamentos, etc)
Prática recíprocitárias (ações comunitárias, mutirões, formas de troca/dádiva)		
Social	Construção do vínculo associativo	Padrão de sociabilidade
		Grau de coesão social
Política	Nível interno	Grau de democracia interna
		Grau de comprometimento
	Nível institucional	Existência de ação pública
		Grau de autonomia institucional
Gestão	Infraestrutura	Acesso aos meios de produção
		Acesso a tecnologia gerencial
		Acesso a espaço físico
	Conhecimento	Habilidade técnica
		Habilidade gerencial
		Formação geral (sociopolítica)

Fonte: Reis (2005)

Segundo a autora, no contexto da economia plural destacam-se os componentes: o mercantil, o não mercantil e o não monetário.

O mercantil é representado pela receita oriunda da relação do empreendimento com o mercado através da comercialização de bens e serviços como forma de pagar as despesas e custos da atividade e conseguir ter sobras. O não mercantil é representado pelos recursos financeiros cuja origem advém de doações de organizações, sejam elas públicas, privadas, terceiro setor ou individuais. O não monetário não envolve dinheiro, mas outras formas de auxílio, como trabalho voluntário, doações de equipamentos, treinamentos gratuitos, etc.

A dimensão social está vinculada às relações sociais existentes nas atividades econômicas e é desenvolvida a partir do social, ao contrário da lógica imposta nas relações das organizações capitalistas que condiciona o social a lógica econômica. E para melhor compreendê-la, sugere-se analisá-la a partir da sociabilidade presente na organização, que pode ser primária (pessoal ou comunitária) cujo princípio básico é a lealdade que surge pela proximidade e desejo de relações sociais como amizade, familiares e comunitárias. A secundária (impessoal) é caracterizada pelas relações profissionais ou relações mistas que integram tanto a primária e a secundária. Outro indicador sugerido é o grau de coesão social.

O nível de coesão apresentado pelo grupo tem interferência no modo como se opera o processo produtivo interno e toda a dinâmica organizacional. É possível que um grupo mais coeso empenhe-se mais no trabalho e na busca pelos objetivos coletivos. Por outro lado, grupos que apresentem uma coesão baixa podem influenciar negativamente na dinâmica organizacional e a busca pela sustentabilidade (REIS, 2005, p. 112).

Outra dimensão da sustentabilidade é a política, a qual se divide em interna e externa. A primeira é evidenciada através de indicadores, como a democracia interna, onde os associados participam do processo de gestão, ou por outro indicador, como o grau de comprometimento dos associados na busca de se alcançar os objetivos do grupo (SILVA; BARBOSA; ALBUQUERQUE, 2013).

Na camada externa, considera-se a autonomia do empreendimento nas relações que estabelece com agentes governamentais e não governamentais, a sua integração em redes de cooperação e a sua atuação no espaço público (RIBEIRO; MUYLDER, 2014).

A dimensão política de empreendimentos da Economia Solidária, para Reis (2005), é representada por um espaço de cidadania e democracia, refletindo seu valor político. No nível interno, considera-se o grau de democracia, ou seja, a participação dos membros do coletivo nas tomadas de decisões. Outro fator é o grau de comprometimento com a organização em seus vários níveis organizacionais e com os atores envolvidos. No nível institucional, representa as ações, o envolvimento do empreendimento com seu meio ambiente externo, buscando

parcerias, alianças estratégicas, redes, dentre outras iniciativas capazes de promover a sustentabilidade das ações do empreendimento solidário.

A gestão em empreendimentos da Economia Solidária influencia diretamente na sustentabilidade dos mesmos. Uma das características dessas organizações é que elas são geridas pelos seus integrantes, ou seja, espera-se o desenvolvimento da autogestão. E para sua análise, sugere-se a análise da infraestrutura e do conhecimento, sendo o primeiro referente aos recursos materiais para a gestão da organização, como tecnologias, equipamentos, móveis, local para desenvolvimento das atividades, dentre outros, enquanto o segundo refere-se às habilidades e competências em níveis técnicos, gerenciais e formação geral (sócio-política) dos membros que compõem este empreendimento, como cooperação, solidariedade e empreendedorismo.

Como não há consenso sobre as dimensões da sustentabilidade, há autores que acrescentam a moral, a técnica e a dimensão política como forma de auxiliar ou respaldar a sustentabilidade social, ou seja, a moralidade e responsabilidade por uma humanidade consciente e responsável que consiga conciliar o desenvolvimento econômico, social, político, ambiental e tecnológico. Porém, não é uma tarefa fácil. Desse modo, visa-se uma justiça social, ambiental e cognitiva capaz de enfrentar a pobreza, minimizar a desigualdade, ter um desenvolvimento inclusivo, produção e consumo sustentáveis (FEIL; SCHREIBER, 2017; NEAMTU, 2012).

### 3 ASPECTOS INTERDISCIPLINARES E PERCURSOS METODOLÓGICOS

A complexidade das relações humanas tem exigido o máximo da dimensão qualitativa, por apresentar questões éticas, valores, dilemas, cultura em seus contextos formais e informais. Reconhecer as limitações da ciência disciplinar no processo de compreensão do viver humano torna-se uma estratégia para tentar analisar vários fenômenos, sejam em níveis individuais ou coletivos, que são marcados pelas diversidades de perspectivas, singularidades, conflitos, dentre outros, vinculados às relações de poder e interesses. Abordar questões como exclusão, marginalização, cidadania, como outros temas complexos, tem exigido olhares interdisciplinares, por envolver a necessidade de visões de várias áreas do conhecimento, como as ciências sociais, direito, política, gestão, dentre outros (PORTO, 2011).

No contexto da Economia Solidária em que há uma pluralidade não só de mercado e economia, mas também das relações sociais, observa-se a necessidade da interdisciplinaridade como forma estratégica de tentar entendê-la e interpretá-la.

Outra questão presente na pesquisa sobre Economia Solidária é seu caráter interdisciplinar-agregando estudos em diferentes áreas: ciências sociais e econômicas, psicologia social e do trabalho, administração de empresas, ou áreas tecnológicas, como engenharia de produção - que coloca muitas dificuldades para estabelecê-la como campo específico do conhecimento. Ainda persiste certa confusão nos meios acadêmicos quanto à possibilidade da Economia Solidária como subárea específica de pesquisa, mas, no nosso entender, mais promissor seria o reconhecimento da Economia Solidária enquanto tema ou objeto de estudo, a ser focado por diferentes olhares dentro das disciplinas já estabelecidas (CUNHA; SANTOS, 2011, p. 46).

Dentre as relações da Economia Solidária, as redes têm provocado a necessidade de análises que, na visão das ciências sociais, apresentam-se como um campo interdisciplinar por envolver estudos da sociologia, psicologia, antropologia, etc., os quais tentam, através de estudos teóricos, metodológicos e empíricos, procurar possíveis soluções para questões muitas vezes analisadas de forma disciplinar (PORTUGAL, 2006).

A CATAVALES, objeto do presente estudo, é uma organização que pode ser sustentável por possuir potenciais em vários aspectos como: social, através das

associações, e elementos da Economia Solidária, presentes em suas ações, tentando promover o resgate da cidadania e emancipação das pessoas que trabalham com material reciclável, pois há uma expressiva geração de resíduos, nas localidades onde atua, que podem ser reciclados ou ter uma destinação correta; e no aspecto econômico, há vários resíduos, como o papelão, alumínio e vidro, que podem ser utilizados pelas indústrias tanto da região como de outros estados, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Mas, observa-se que a temática da sustentabilidade é complexa e desafiadora, porém, instigante, provocando a necessidade de olhares múltiplos sobre suas várias relações e dimensões (LOUREIRO, 2014).

Apesar da Rede CATAVALES ser composta por empreendimentos solidários que tentam desenvolver elementos como cooperação, democracia, etc, ela não está isenta de conflitos, pois a estrutura organizacional não necessariamente regulariza as relações dentro de determinada organização, mas a partir de como os seus agentes veem essa nova forma de trabalho, que é diferente das estruturas tradicionais padronizadas (KESSLER, 2008; ELIAS; SCOTSON, 2000).

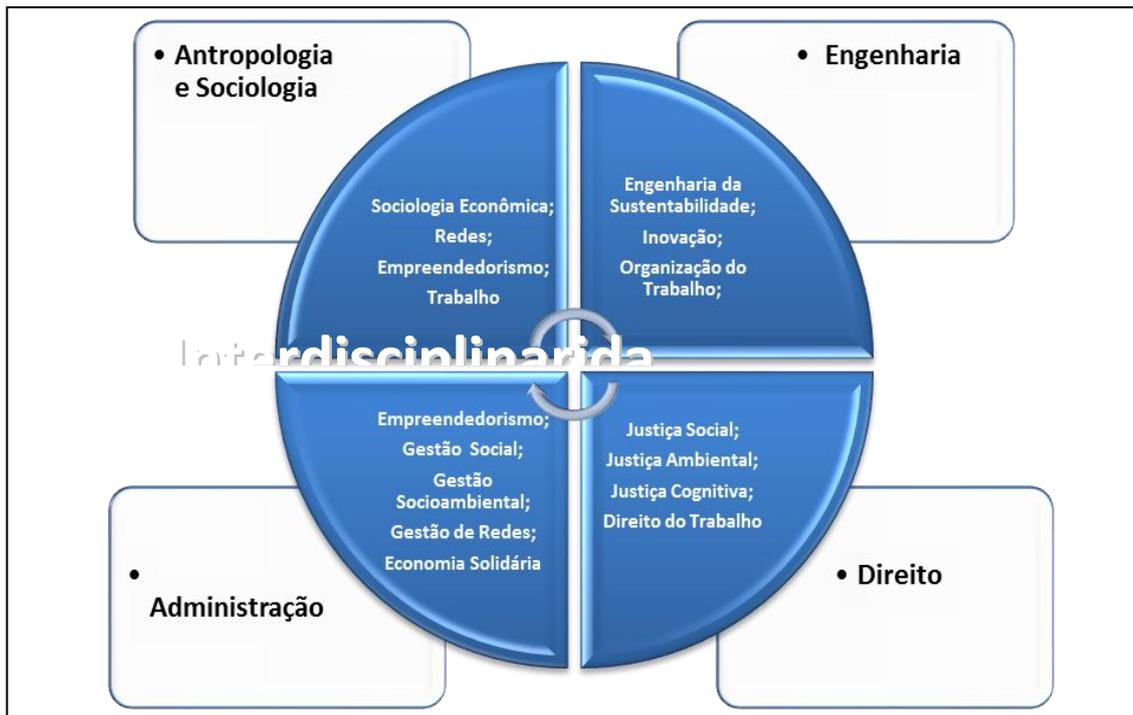
A complexidade do sujeito, segundo Nasciutti [20--?], em seu meio, não permite que ele seja estudado sob um único ângulo e é essa convicção que conduz a uma posição interdisciplinar, onde se vê o lugar dos Sistemas de Gestão Sustentáveis, especificamente quando direcionamos a gestão, produção e processos, cujas bases são os determinismos sociais e psíquicos que atuam nessas relações, o modo como essas se estruturam e os efeitos da interação desses determinantes sobre o indivíduo e o seu meio.

O que é novo no paradigma da complexidade é que ele não recusa a redução, a simplificação ou a disjunção de forma absoluta, mas reconhece os seus limites e os absorve. Isso significa que na conformação do paradigma da complexidade, as disciplinas não são eliminadas, mas aproveitadas de forma relativizada. Assim, com Morin, também enfrentamos o desafio da refundação paradigmática, na tentativa de “religar todos os elementos de uma ciência fracionada” (Pena-Vega e Nascimento, 1999). Dessa forma, a nossa identidade não se situa em um ou outro procedimento particular, mas na ênfase das relações entre os indivíduos, entre estes e a natureza, entre os componentes desta e, sobretudo, entre as disciplinas e os saberes de fontes distintas. [...], pois o ser humano, como todo ser vivo, só pode ser compreendido na relação com o seu ecossistema, ele mesmo um sistema informacional e termodinâmico aberto (DUARTE *et.al.*, 2011, p. 514).

Visando a sustentabilidade social dos empreendimentos solidários, são necessárias articulações produtivas capazes de ampliar a qualidade de vida de seus membros e entender o sujeito a partir da emancipação, que é pensá-lo dentro de múltiplas possibilidades realizando um diálogo de forma interdisciplinar.

Diferente da visão de mundo disciplinar, a lógica principal da interdisciplinaridade baseia-se no pressuposto que tanto a pesquisa básica quanto a aplicada poderiam integrar o conhecimento disciplinar historicamente fragmentado e resolver problemas complexos da sociedade que disciplinas isoladas não conseguem (Jacobs e Frickel, 2009; Caruso e Rhoten, 2001). [...] Um posicionamento comum da pesquisa interdisciplinar é o de que ela busca a resolução de “problemas reais” da sociedade [...]. Interdisciplinaridade é confirmada como um meio de transformar a ciência do campo do geral e abstrato para a completa complexidade e especificidade da realidade concreta, e é, portanto, imputada com o propósito de resolver problemas reais socialmente relevantes, cujas soluções estão além do escopo de uma única disciplina ou área de prática de pesquisa (STEIL, 2011, p. 212).

Avaliar a sustentabilidade social a partir de visões interdisciplinares pode promover um trabalho sob o olhar de várias ciências, como sociologia, antropologia, administração, direito e engenharia de produção, conforme Figura 3, levando-nos a focar na transformação, produção e reprodução das relações sociais que influenciarão direta ou indiretamente na sustentabilidade social das organizações solidárias.



**Figura 3** - Campos dos Conhecimentos Utilizados nesta Pesquisa  
 Fonte: Elaborado pelo próprio autor

A Rede CATAVALES apresenta potenciais sustentáveis, os quais necessitam de identificação e análise que não se limitam aos objetivos e resultados (Administração) ou otimização dos processos (Engenharia de Produção) e/ou relações sociais (Sociologia/Antropologia). Mas, que seja capaz de refletir sobre fatores que possam influenciar na sustentabilidade das ações da rede, pois, ao se optar por um olhar disciplinar, excluem-se as demais possibilidades nesse processo de observação e reflexão, sob os quais de fato exercerão influências na dinâmica, seja interna e ou externa, dos empreendimentos solidários para o atendimento de suas necessidades.

Nesse contexto explicativo, necessidades são vistas tanto no sentido material quanto simbólico – portanto, econômico e cultural (BOURDIEU, 2007). Assim, fazem parte dessas necessidades: subsistência (garantindo a existência biológica), proteção, afeto, criação, produção, reprodução biológica, participação na vida social, identidade e liberdade. Portanto, sustentável [...]. É entendido aqui como complexo de relações sociais que tem por premissa contemplar as diversas dimensões da existência humana em seu movimento de reprodução da vida social e biológica (LOUREIRO, 2014, p.44).

A Economia Solidária, dentro de várias ciências, tem exigido uma reflexão sobre os aspectos técnicos e humanos aumentando o desafio de conciliar esses fatores ao modelo proposto por ela, ou seja, não hierarquizado, democrático e coletivo (RUFINO; NETO; COSTA, 2011).

Por isso, se faz necessário desenvolver ferramentas de análise de sustentabilidade, principalmente, social, de atores envolvidos em organizações e movimentos coletivos solidários para entender suas relações, ações, contribuições e ganhos efetivos para o grupo e sociedade.

Outra estratégia interdisciplinar utilizada para melhor compreensão da temática e do público alvo da pesquisa foi a identificação, contato e conversa com especialistas que, neste caso, são doutorandos que pesquisam, estudam e tem *expertise* sobre o tema catadores de materiais recicláveis. Através de pesquisa na plataforma *lattes*, publicações e outros meios de pesquisa, identificaram-se quatro doutorandos que estavam estudando sobre catadores e que desenvolveram sua carreira acadêmica sobre a temática ambiental, catadores e materiais recicláveis. São eles: 01 pós-doutoranda e doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG campus Pampulha - Belo Horizonte, 01 doutorando em Engenharia de Produção pela UFMG – Campus Pampulha, 01 doutoranda em Antropologia e Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ Campus Fundão e 01 doutoranda em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Inicialmente, enviou-se um e-mail onde foi exposto o objetivo do contato e a proposta, assim foi possível agendar uma conversa presencial com três dos quatro doutorandos, indo aos seus espaços de estudos, laboratórios e conhecendo suas experiências. Com a doutoranda de Campina Grande, realizou-se uma conversa on-line e, posteriormente, foi enviado um documento com algumas questões norteadoras que foram respondidas. Fato interessante foi a realização das entrevistas em diversos ambientes das universidades de origem dos doutorandos, como laboratórios, parques, dentre outros espaços do campus; um ambiente “informal” que deixou os entrevistados à vontade para uma conversa gravada, cujos principais aspectos foram transcritos para o Quadro “Apresentação das Percepções de Outros Pesquisadores sobre a Temática dos Catadores de Materiais Recicláveis”, que se encontra no apêndice, proporcionando um melhor entendimento a partir de vários pontos de vista, ou melhor, de áreas diferentes sobre a mesma temática e público da pesquisa.

E quanto aos processos metodológicos, reforça-se que o foco do estudo são as experiências da Rede de Catadores CATAVALES em Minas Gerais, que se fundamentou em algumas estratégias a partir da combinação de recursos metodológicos para atender os objetivos propostos na pesquisa.

A combinação de metodologias diversas no estudo do mesmo fenômeno, conhecida como triangulação, tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social. Enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerá dados que podem ser generalizáveis, os métodos qualitativos poderão observar, diretamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição experimenta, concretamente, a realidade pesquisada (GOLDENBERG, 2004, p. 63).

A ideia da triangulação é que, a partir das limitações de um método, essas possam ser supridas pelo alcance das características das ações do outro, como pode ser observado no Quadro 9, assim a partir da integração entre os métodos, por exemplo, qualitativos e quantitativos, espera-se ações complementares e não opostas.

**Quadro 9** - Características das Abordagens Qualitativa e Quantitativa

<b>Itens</b>	<b>Pesquisa quantitativa</b>	<b>Pesquisa qualitativa</b>
<b>Inferência</b>	Dedutivo	Indutivo
<b>Objetivo</b>	Comprovação	Interpretação
<b>Finalidade</b>	Teste de teorias, predição, estabelecimento de fatos e teste de hipóteses.	Descrição e entendimento de realidades variadas, captura da vida cotidiana e perspectivas humanas.
<b>Realidade investigada</b>	Objetiva	Subjetiva e complexa
<b>Foco</b>	Quantidade	Natureza do objeto
<b>Amostra</b>	Determinada por critério estatístico	Determinada por critérios diversos
<b>Característica da amostra</b>	Grande	Pequena
<b>Característica do instrumento de coleta de dados</b>	Questões objetivas, aplicações em curto espaço de tempo. Evita-se a interação entre entrevistador– entrevistado	Questões abertas e flexíveis. Explora a interação pesquisador–entrevistado
<b>Procedimentos</b>	Isolamento de variáveis. Anônima aos participantes.	Examina todo o contexto, interage com os participantes.
<b>Análise dos dados</b>	Estatística e numérica.	Interpretativa e descritiva. Ênfase na análise de conteúdo.
<b>Plano de pesquisa</b>	Desenvolvido antes de o estudo ser iniciado. Proposta estruturada e formal.	Evolução de uma ideia com o aprendizado. Proposta flexível.
<b>Resultados</b>	Comprovação de hipóteses. A base para generalização dos resultados é universal e independente do contexto.	Proposições e especulações. Os resultados são situacionais e limitados ao contexto.
<b>Confiabilidade e validade</b>	Pode ser determinada, dependendo do tempo e recurso.	Difícil determinação, dada à natureza subjetiva da pesquisa.

Fonte: Alves-Mazzotti e Gewandszajder (2005); Godoy (1995); Lima (2005) apud Terence e Escrivão Filho (2006)

Nas primeiras fases do presente trabalho, pensou-se em utilizar recursos quali-quantitativos, mas no avançar da pesquisa, observou-se, por vários motivos, que a pesquisa qualitativa apresentava os melhores recursos para alcançar algumas respostas no contexto da pesquisa e por ter uma abordagem multimétodos, conforme apresentado no Quadro 10.

**Quadro 10** - Contraste entre as Características das Cinco Abordagens Qualitativas

Características	Pesquisa Narrativa	Fenomenologia	Teoria Fundamentada	Etnografia	Estudo de Caso
Foco	Exploração da vida de um indivíduo.	Compreensão da essência da experiência.	Desenvolvimento de uma teoria fundamentada em dados do campo.	Descrição e interpretação de um grupo que compartilha uma cultura.	Desenvolvimento de uma descrição em profundidade e análise de um caso ou múltiplos casos.
Tipo de problema mais adequado ao projeto	Necessidade de constar história de experiências individuais.	Necessidade de descrever a essência de um fenômeno vivido.	Fundamentação de uma teoria nas visões dos participantes.	Descrição e interpretação dos padrões compartilhados da cultura de um grupo.	Fornecer uma compreensão em profundidade de um caso ou casos.
Origem da disciplina	Baseada nas humanidades, incluindo antropologia, literatura, história, psicologia e sociologia.	Baseada na filosofia, psicologia e educação.	Baseada na sociologia.	Baseada na antropologia e sociologia.	Baseada na psicologia, direito, ciências políticas e medicina.
Unidade de análise	Estudo de um ou mais indivíduos.	Estudo de vários indivíduos que têm a experiência compartilhada.	Estudo de um processo, uma ação ou uma interação envolvendo muitos indivíduos.	Estudo de um grupo que compartilha a mesma cultura.	Estudo de um evento, um programa, uma atividade ou mais de um indivíduo.
		Usando principalmente		Usando principalmente	Usando múltiplas fontes, como

Formas de coleta de dados	Usando principalmente entrevistas e documentos.	entrevistas com os indivíduos, embora documentos, observações e arte também possam ser considerados.	Usando principalmente entrevistas com 20 a 60 indivíduos.	observações e entrevistas, mas talvez coletando de outras fontes durante um tempo mais prolongado no campo.	entrevistas, observações, documentos e artefatos.
Estratégias para análise dos dados	Análise dos dados das histórias, "recontando" histórias e desenvolvendo temas, frequentemente adotando uma cronologia.	Análise dos dados para declarações significativas, unidades de significados, descrição textual e estrutural e descrição da "essência".	Análise dos dados por meio da codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva.	Análise dos dados por meio da descrição do grupo que compartilha a cultura e temas sobre o grupo.	Análise dos dados por meio da descrição do caso e temas do caso, além de temas cruzados.
Relatório escrito	Desenvolvimento de uma narrativa sobre as histórias da vida de um indivíduo.	Descrição da "essência" da experiência.	Geração de uma teoria ilustrada numa figura.	Descrição de como funciona um grupo que compartilha uma cultura.	Desenvolvimento de uma análise detalhada de um ou mais casos.

Fonte: Creswell (2014, p. 91-92)

A pesquisa qualitativa para Creswell (2014, p. 49-50) se “[...] inicia com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano”.

De acordo com Minayo (2015, p. 22), a pesquisa qualitativa atenta-se aos aspectos da realidade que não podem ser quantificados, possuindo como finalidade a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Tal pesquisa envolve diversos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser descritos pela operacionalização de variáveis.

Em síntese, pode-se apresentar algumas considerações referentes à pesquisa qualitativa como apresentado por Yin (2016), em que ele apresenta várias referências sobre esta metodologia. Ela estuda a vida real e o significado para as pessoas de sua realidade, respeita as opiniões, abrange questões contextuais do meio que as pessoas estão inseridas, auxilia em revelações sobre conceitos que possam explicar o comportamento social humano e tenta usar múltiplas fontes de evidências. Abrange condições sociais, organizacionais e ambientais, coletando, integrando e apresentando dados de diversas fontes, o que pode levar a necessidade de uma triangulação dos dados para melhores conclusões. Além disso, é preciso saber escutar, fazer boas perguntas, conhecer o tema de estudo, cuidar dos dados, desenvolver atividades paralelas e perseverar.

Ainda diz o autor, referente à pesquisa de campo, que, na pesquisa qualitativa, coletar dados implica em interagir com as situações da vida real e os sujeitos envolvidos, o que não isenta que o pesquisador ao entrar e sair desses espaços utilize da formalidade, obtendo permissões para realização do estudo. Assim, é preciso ter relações verdadeiras, dialogando de forma confortável com os pesquisados, tendo um diálogo e observação mais transparente das falas e postura das pessoas. As vestimentas podem auxiliar na aceitação e identificação do grupo sem chamar atenção para si mesmo e que, nesta leitura sobre o outro, ele também está realizando sua própria leitura.

Assim, dentre as abordagens qualitativas, configurou-se uma pesquisa que, embora não propriamente etnográfica, inspirou-se nas metodologias da etnografia, uma vez que privilegiamos tanto a coleta formal de dados (obtidos via documentos formais, entrevistas, etc.) quanto às observações menos formais, mas não menos

ricas, das práticas concretas e cotidianas dos indivíduos direta ou indiretamente ligados às organizações estudadas.

Para L'Estoile (2014), a etnografia observa como as pessoas se identificam e expressam suas atividades e questiona a “economia” como o único meio de perceber o mundo. E para Narotzky e Source (2014), as particularidades regionais e locais produzidas a partir de experiências econômicas são importantes em um complexo processo que articula vários atores e arranjos institucionais. Dessa forma, a etnografia torna-se um meio importante que chama atenção para produção histórica e social.

Yin (2016) diz que um dos principais acessos de um investigador em seu trabalho de campo, principalmente, com redes apresenta-se a partir de uma autoridade ou liderança da rede de contato. Pode ser considerada como um “porteiro” e assim ter acesso a outras pessoas e organizações vinculadas à pesquisa.

Para os contatos iniciais e identificação dos demais “nós” da Rede CATAVALES, intensificaram as vistas *in loco* junto à associação dos catadores de materiais recicláveis de João Monlevade, que recebe acompanhamento de um laboratório de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, o qual trabalha com o processo de incubação de empreendimentos sociais e solidários na região de João Monlevade. Essa associação de catadores de João Monlevade é um dos nós da Rede CATAVALES que tem exercido nos últimos anos, enquanto organização associada, o papel de liderança e centralizado os processos de comercialização da rede.

Foram utilizadas pesquisas bibliográficas, documentais, contatos com lideranças da Rede CATAVALES, que disponibilizam uma lista de e-mails e telefones das 12 associações de catadores. Porém, somente seis retornaram aos e-mails e ou ligações, pois havia contatos desatualizados, o que inviabilizou algumas comunicações, mas as associações de Teófilo Otoni; Governador Valadares; Belo Oriente e Cachoeira Escura; Coronel Fabriciano; Timóteo e João Monlevade concordaram em participar da pesquisa, o que totalizou o número de 105 catadores que foram abordados durante os trabalhos de campo com essas seis associações.

O próximo passo foi formalizar o projeto junto a um Comitê de Ética em Pesquisa-CEP, pois o estudo seria realizado com seres humanos, procedimento necessário neste perfil de pesquisa qualitativa. Após aprovação no CEP, novos

contatos foram realizados para o agendamento e os primeiros contatos pessoalmente em suas bases de atuação em seus municípios de origem.

Paralelo ao processo de aprovação junto ao CEP, buscaram-se novas informações e familiarização com as associações, assim houve a participação em eventos vinculados às temáticas de interesse dos catadores junto aos mesmos e, no segundo momento, realizaram-se as visitas *in loco* juntos às associações vinculadas à rede que aceitaram participar da pesquisa.

Em junho de 2016, houve uma reunião organizada pelo Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - INSEA com representantes de nove associações e integrantes da Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto – INCOP, que realiza assessoria sociotécnica junto à associação de catadores de João Monlevade. Nesse encontro liderado pelo INSEA, foram realizados resgates do histórico e importância da Rede CATAVALES, reflexões sobre as políticas públicas, leitura do estatuto e aprovação do mesmo, eleição da diretoria da rede, iniciativa de um planejamento estratégico, dentre outros.

Assim, iniciaram-se as reflexões sobre as possibilidades da existência dos elementos solidários e de sustentabilidade social a partir das análises e questionamentos dos "espaços construídos" pelo grupo e a necessidade de entender o "mundo social" criado ou vivenciado pelos catadores, que é diferente do mundo que pressupomos ser o "ideal".

Uma estratégia de grande valia foi a "observação participante", pois os catadores são um público que verbaliza o seu desgaste com as pesquisas acadêmicas tradicionais através de formulário e questionários, o que muitas vezes proporcionam atrasos em suas atividades laborais e pouco retorno ao seu dia a dia.

[...] a observação participante se caracteriza pela promoção de interatividade entre o pesquisador, os sujeitos observados e o contexto no qual eles vivem. A pesquisa dita qualitativa – e dentre todas as suas técnicas, em particular, a observação participante – obriga o pesquisador a lidar com o "outro", num verdadeiro exercício constante de respeito à alteridade. Pressupõe convívio e intercâmbio de experiências primordialmente através dos sentidos humanos: olhar, falar, sentir, vivenciar, experimentar (FERNANDES; MOREIRA, 2013, p. 518);

Os autores Yin (2016) e Carrion (2009) reforçam a importância e características da observação participante, pois nesta o observador participa da vida

do público estudado tanto como pesquisador como sujeito atuante, observando, escutando e questionando as pessoas. Mas, também deve reconhecer que os eventos não estão sob o seu controle enquanto pesquisador, o que gera um desafio na pesquisa de campo sob o aspecto metodológico, evitando intervir no que está acontecendo de forma a “contaminar” a pesquisa e trabalhar os níveis de incerteza por não estar no domínio da ação e sim a vivenciando.

A ênfase relativa entre “participar” e “observar” pode produzir quatro variantes: (1) ser apenas um participante; (2) ser um participante que também observa; (3) ser um observador que também participa e (4) ser apenas um observador (Gold, 1958; Schwartz & Schwartz, 1955). (Uma quinta combinação lógica seria a de um não participante que tampouco observa - mas nenhum trabalho de campo ocorreria com essa combinação.) A essência de ser um observador participante exige a emulação das duas combinações intermediárias das quatro variantes – ou seja, haver alguma participação e alguma observação, e não negligenciar completamente nenhuma delas (YIN, 2016, p. 109).

As ações *in loco* foram realizadas no segundo semestre de 2016 e primeiro de 2017, o que proporcionaram 3 visitas em cada associação em meses diferentes conforme suas disponibilidades. Como consequência houve um ambiente de respeito mútuo e solidário, pois ao interagir e vivenciar sua realidade, criaram-se laços de confiança, o que proporcionou momentos de observação de ações naturais e falas sinceras sobre vários aspectos vinculados às atividades do catador e suas percepções.

Adotou-se uma abordagem simples, sincera e transparente junto aos catadores e outro fator que auxiliou no processo de aceitação e realização foi a roupa, a postura, o comportamento e a realização nos espaços laborais dos próprios catadores. Então, o pesquisador utilizou roupas simples, conversou com todos os catadores sobre tudo que eles estivessem à vontade para discutir sem a utilização de um questionário ou roteiro, o que proporcionou um ambiente menos formal, maior aceitação e até identificação dos catadores com o pesquisador, pois como disse uma catadora “você nem parece ser da universidade parece ser um de nós. Trata a gente de igual para igual”.

Fazer entrevistas qualitativas é provavelmente o modo esmagadoramente dominante de entrevistar em pesquisa qualitativa. Esse tipo de entrevista difere em aspectos-chave das entrevistas estruturadas. Primeiro, a relação entre o pesquisador e o participante não segue um roteiro rígido. Não há um questionário contendo a lista completa das perguntas a serem propostas a um participante. O pesquisado terá uma concepção mental das perguntas do estudo, mas as perguntas especificamente verbalizadas, propostas a qualquer participante, vão diferir de acordo com o contexto e o ambiente da entrevista. Segundo, um pesquisador qualitativo não tenta adotar um comportamento ou conduta uniforme para todas as entrevistas. Em vez disso, a entrevista qualitativa segue um modo conversacional, e a entrevista em si levará a uma espécie de relacionamento social, com a qualidade da relação individualizada para todo participante (YIN, 2016, p. 119).

Buscou-se realizar a pesquisa no ambiente de trabalho dos catadores, vivenciando seu dia a dia, suas atividades e angústias, a partir de um “bate-papo” no escritório da associação, como auxiliando em alguns processos de triagem, deslocando *bags*, sentado ao lado, ajudando em limpeza de alguns materiais recicláveis, almoçando e tomando café juntos. Essas ações foram fundamentais para captar informações e situações que talvez em um espaço formal ou com um questionário poderiam inibi-los. “As interações sociais ocorrerão com mínima interferência de procedimentos de pesquisa artificiais, e as pessoas dirão o que querem dizer, não limitadas, por exemplo, a responder a um questionário predefinido de um pesquisador” (YIN, 2016, p. 7).

E para melhor compreender as questões que envolvem as relações sociais da Rede CATAVALES que se manifestam no cotidiano da chamada Economia Solidária, realizou-se um estudo de caso.

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um *todo*, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (GOLDENBERG, 2004, p. 33).

E com objetivo de encontrar possíveis respostas aos questionamentos iniciais que norteiam a pesquisa, utilizou-se de recursos exploratórios e de descrição a partir

de análises empíricas e teóricas. Aplicou-se a pesquisa descritiva para interpretar determinados fenômenos, através de observações, registros, análise e correlações de variáveis. Esse tipo de pesquisa “procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 61). E como forma de explorar e analisar a rede, elaborou-se uma representação gráfica da Rede CATAVALES a partir da utilização do *software* UCINET para assim realizar uma análise da rede.

Outra estratégia importante que auxiliou no desenvolvimento deste estudo foi o estágio de investigação doutoral realizado entre julho/2017 a janeiro/2018, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em Portugal, sob orientação do professor Pedro Hespanha. Conforme projeto apresentado, a candidatura ao estágio foi feita com objetivo de compreender a sustentabilidade e potencial emancipatório de alternativas representadas por organizações econômicas baseadas em solidariedade, cooperação, equidade e proteção ambiental, como as formadas por catadores de materiais recicláveis. Buscou-se entender como esses profissionais estão tentando se organizar para lidar com as dificuldades encontradas por sua própria situação e a necessidade de sobrevivência a partir da catação, além de identificar quem de fato são esses “atores” atuantes nas associações e rede estudadas na tese e seus principais entraves que dificultam o seu trabalho, a possibilidade de organização, suas formas de respostas a esses entraves e como os enfrentam. Nesse sentido, os temas referentes à Economia Solidária, mercados, direitos humanos, justiça social, trabalho, exclusão, inclusão, cooperação e precariedade foram estudados mediante leituras, participação de reuniões e seminários do Grupo de Estudos sobre Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais- ECOSOL/CES.

Um tema que chamou atenção foi a Economia Social, pois como se sabe a Europa é o berço do cooperativismo, porque as primeiras iniciativas tiveram origem na Inglaterra e há uma relação um pouco confusa entre os termos Economia Solidária e Economia Social, sendo que a origem desta, segundo autores como Vieira, Parente e Barbosa (2017), França-Filho (2002), se deu a partir do século XVIII, na Inglaterra, como resultado da exploração do trabalho e das condições sociais precárias do trabalhador, dando origem a organizações coletivas, mutualidades e fundações. Para eles, na Economia Solidária, há os aspectos

políticos, como autogestão, autonomia e busca por uma mudança social enquanto na economia social há mais intervenções do Estado. “De forma mais ampla, a economia social, provavelmente, desempenhou um papel na redistribuição dos respectivos papéis de Estado, mercado e sociedade civil no domínio dos serviços sociais, incluindo o nível de benefícios” (LÉVESQUE, 2006, p. 22).

No caso europeu, a expressão complementa a designação da economia social, ao reforçar e dar visibilidade a novas formas de se fazer economia, tomando como base os princípios da solidariedade e da reciprocidade. Em países da América Latina, a expressão suplanta ou concorre com a da economia social [...]. Ao contrário de algumas das abordagens europeias, que consideram a Economia Solidária como compatível com o mercado e o Estado, como é o caso português, a abordagem latino-americana vê-a como uma alternativa global ao capitalismo (VIEIRA; PARENTE; BARBOSA, 2017, p. 109).

Para Diniz (2017), outra visão teórica sobre a economia social se encontra no conceito de dádiva, através dos vínculos e obrigações existentes nas relações sociais envolvendo a circulação de bens tanto físicos e ou simbólicos, no que ela chama de obrigação tripla: dar, receber e devolver.

Não há uma definição clara, mas no contexto de uma economia plural pode haver o que França-Filho (2002) chama de hibridação de economias, ou seja, a combinação da economia mercantil, não mercantil e não-monetária. A diferença entre os dois termos se encontra no contexto sócio-histórico que foram criados e que a economia não deve ser reduzida ao conceito de mercado e sim de uma economia plural.

No estágio doutoral, também realizou-se como ouvinte a participação na disciplina “Conhecimentos, Sustentabilidade e Justiça Cognitiva” vinculada ao Doutorado Pós-Colonialismo e Cidadania Global – sob a responsabilidade da prof.<sup>a</sup> Maria Paula Meneses e participação em eventos. Como etapa do estágio doutoral, realizou-se um Seminário no Centro de Estudos Sociais-CES da Universidade de Coimbra vinculado ao ECOSOL/CES, onde o pesquisador da presente tese proferiu a palestra intitulada: **“Economia Solidária e Educação: As Instituições de Ensino Superior como espaços de promoção da Responsabilidade Social”**.

Ademais, o cotidiano na Biblioteca Norte/Sul do Centro de Estudos Sociais propiciou não só o espaço necessário para o estudo, mas o estabelecimento de

relações com as pessoas, as trocas de experiência com diversos pesquisadores e pesquisadoras que foram muito importantes para a formação intelectual e pessoal do autor desta tese. Essa experiência também ocorreu durante as aulas da disciplina “Conhecimentos, Sustentabilidade e Justiça Cognitiva”, onde houve novos olhares sobre os problemas e questões vinculados à tese no contexto mundial a partir de experiências portuguesas fazendo ligações com temas da pesquisa e realidades brasileiras.

## 4 REDE CATAVALES: CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 A REDE CATAVALES E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS

O Brasil é um país de extensões continentais que, segundo IBGE (2016), tem 8.515.767,049 km<sup>2</sup> de superfície com uma população média de mais de duzentos e seis milhões de pessoas.

Segundo a ABRELPE (2017), o Brasil produziu em 2016 aproximadamente 78,3 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, desses um pouco mais de 71,3 milhões de toneladas foram coletados, demonstrando um índice de cobertura de coleta de 91% e cada brasileiro produziu em média 1,04 Kg de resíduo por dia. Essas informações podem ser analisadas de forma geral através da Figura 4.

Região	2015	2016	
	RSU Total (t/dia)	Equação*	RSU Total (t/dia)
Norte	12.692	$RSU = 0,000174 (\text{pop tot}/1000) + 0,551960$	12.500
Nordeste	43.894	$RSU = 0,000140 (\text{pop tot}/1000) + 0,761320$	43.355
Centro- Oeste	16.217	$RSU = 0,000200 (\text{pop tot}/1000) + 0,790890$	15.990
Sudeste	104.631	$RSU = 0,000139 (\text{pop tot}/1000) + 0,855740$	102.620
Sul	21.316	$RSU = 0,000037 (\text{pop tot}/1000) + 0,681342$	20.987
Brasil	198.750		195.452

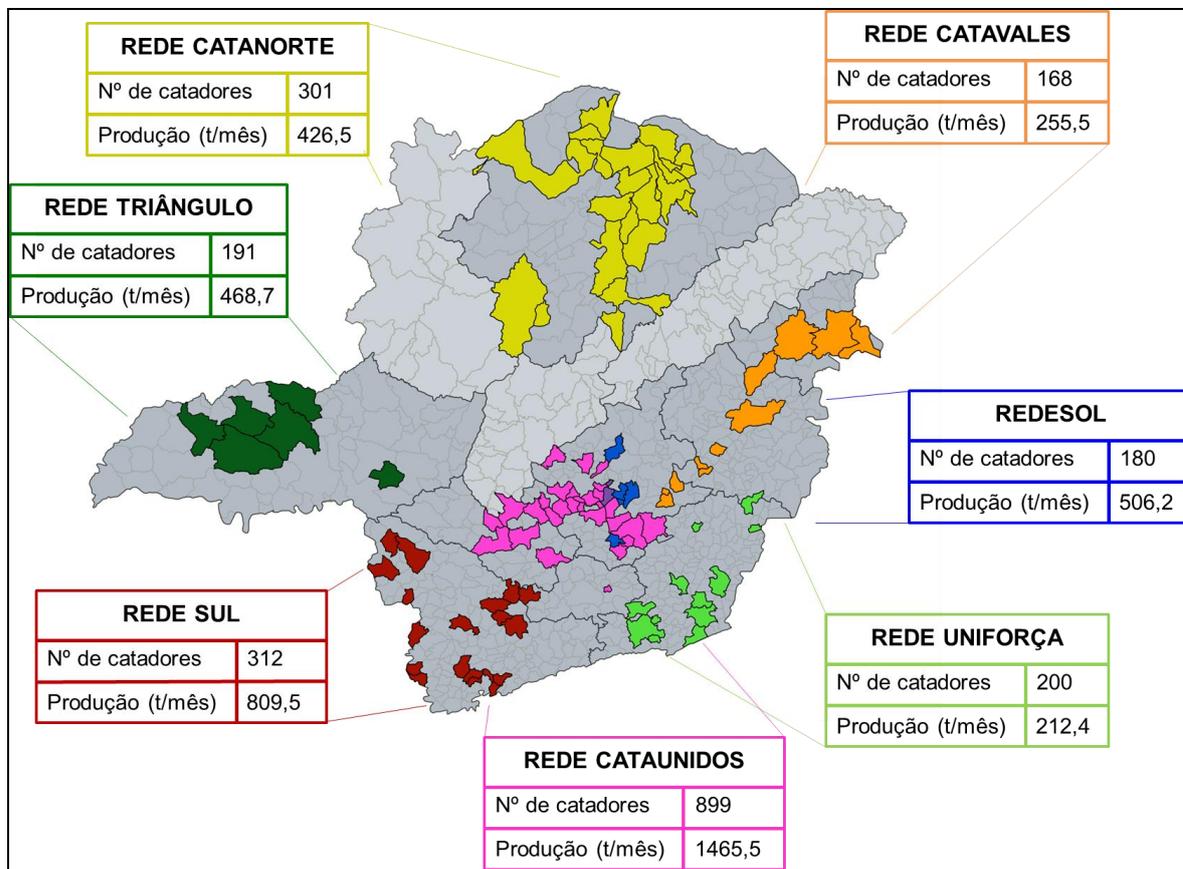
**Figura 4** - Quantidade de Resíduos Sólidos Urbanos – RSU Coletados por Regiões e Brasil

Fonte: ABRELPE (2017)

A região Sudeste é uma das maiores produtoras de RSU e o estado de Minas Gerais, segundo estimativas do IBGE (2015), tem uma população de mais de vinte milhões e oitocentos mil pessoas que, segundo a ABRELPE (2015), produz em média 18.962 toneladas/dias de resíduos sólidos urbanos, desses são coletados em torno de 17.225 t/dia.

Assim, com tantas questões socioambientais e, ao mesmo tempo, oportunidades de geração de ocupação e renda para vários perfis de pessoas com dificuldades de inserção no mercado tradicional de trabalho, Minas Gerais

atualmente tem 7 redes de catadores de materiais recicláveis com níveis de mobilização e organização diferentes, conforme panorama apresentado na Figura 5.



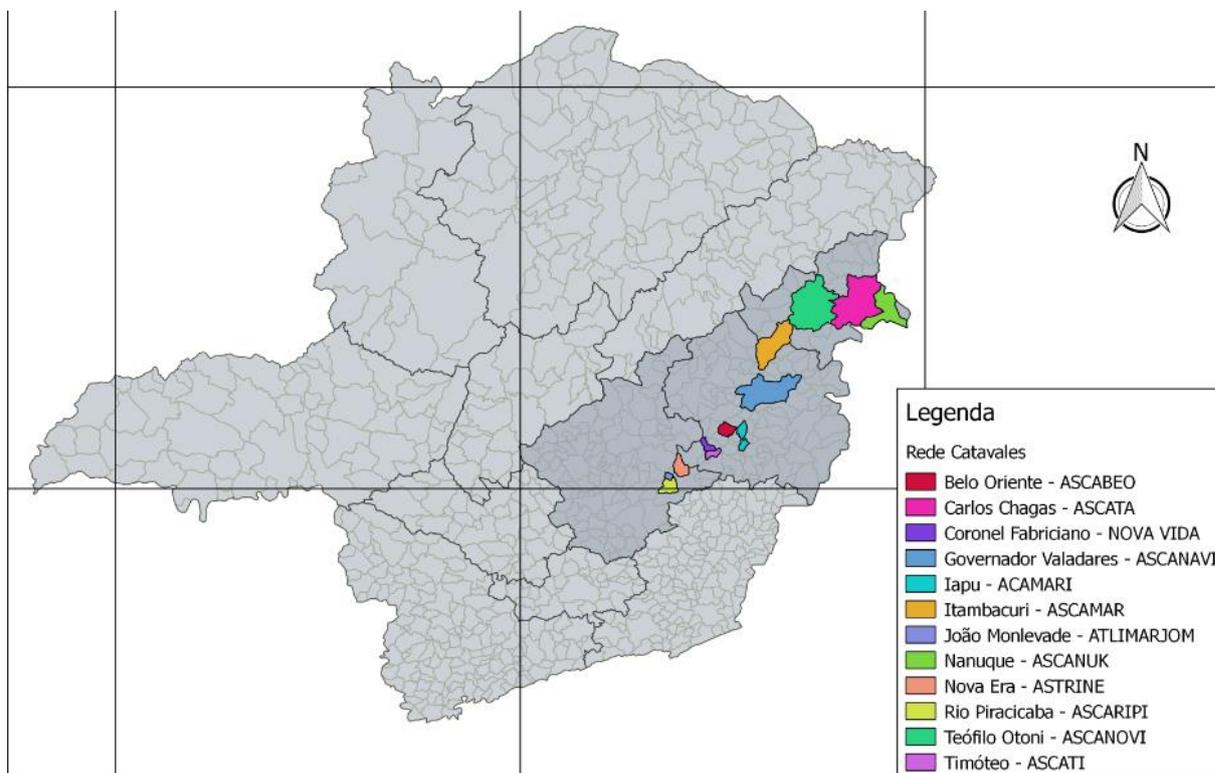
**Figura 5** - Panorama das Redes de Catadores no Estado de Minas Gerais

Fonte: INSEA (2016)

Segundo o INSEA (2016), esse cenário das redes de catadores distribuídas no estado de Minas atende mais de 130 municípios trabalhando em rede, mais de 140 empreendimentos, média de 2.000 catadores e catadoras pertencentes a essas redes com uma produção média de 4.144 toneladas/mês. Algumas dessas redes são formalizadas e outras se encontram mobilizadas, mas sem formalização, porém já atuando enquanto rede.

Dentre essas redes, tem-se a CATAVALES iniciada em 2004 com o principal objetivo de comercialização em conjunto. Está estruturada em um território envolvendo aproximadamente 1.000.000 habitantes, 12 municípios, compreendendo as regiões dos Vales do Aço, Rio Doce e Mucuri no estado de Minas Gerais. As cidades e as respectivas associações que integram a rede, as quais juntas somam em média 168 catadores com uma produção de 255,5 t/mês, são: Nanuque; Carlos

Chagas; Teófilo Otoni; Itambacuri; Governador Valadares; Belo Oriente e Cachoeira Escura; Coronel Fabriciano; Timóteo; Nova Era; Rio Piracicaba, João Monlevade e recentemente ingressou-se na rede a cidade Iapu, como pode ser observado na Figura 6.



**Figura 6 -** Mapa de Atuação da Rede CATAVALES

Fonte: INSEA (2016)

Em junho de 2016, a Rede CATAVALES reuniu-se na cidade de João Monlevade para discutir ações, estratégias, como o plano de trabalho e negócio da rede, os projetos pendentes junto aos órgãos públicos, além de refletir sobre a importância de se articular enquanto rede e do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR e avançar na formalização da rede, pois a mesma não é formalizada. Neste evento, estiveram presentes representantes das associações de catadores das cidades de Iapu, Belo Oriente/Cachoeira Escura, Teófilo Otoni, Itambacuri, Governador Valadares, João Monlevade, Coronel Fabriciano, Timóteo e Rio Piracicaba, além dos representantes do INSEA e da Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da UFOP – INCOP (DUJON; DILLARD; BRENNAN, 2013; DILLARD; DUJON; KING, 2009).

Neste evento, em junho de 2016, houve a reunião para “constituição”, a criação oficial conforme seu estatuto social, da Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis da Rede de Economia Solidária Regional Leste, com nome fantasia Rede CATAVALES, sede em João Monlevade e atuação nessa cidade e nos municípios circunvizinhos da região do Vale do Aço e do Vale dos Rios: Rio Doce, São Mateus, Mucuri e Jequitinhonha, regida pelos valores e princípios do cooperativismo, pelas disposições legais vigentes, pelas diretrizes da autogestão e por seu estatuto social.

Com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus cooperados, com objetivos voltados à promoção de atividades e finalidade de relevância pública e social, tem por objetivo social: receber, classificar, transportar, beneficiar, armazenar, industrializar e comercializar os materiais recicláveis chegados de qualquer origem, em especial de seus cooperados, em conformidade com as normas legais vigentes e princípios do cooperativismo, bem como atuar em rede, apoiar e colaborar com a organização e articulação dos empreendimentos solidários de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, associações e cooperativas, favorecendo o crescimento, o fortalecimento e autonomia dos mesmos (CATAVALES, 2016, p. 1). Entre outros objetivos, conforme seu parágrafo único do artigo 2º do capítulo II do Estatuto Social, para melhorar a consecução, a CATAVALES poderá:

- Promover a adequada gestão de resíduos coletados, recicláveis e, ou, reutilizáveis buscando a sustentabilidade socioeconômica e ambiental;
- Incentivar, organizar e fortalecer as atividades coletivas e comunitárias dos cooperados, fundamentadas nas normas e princípios do cooperativismo;
- Incentivar e implementar modelos de autogestão que promovam a inserção social e econômica dos cooperados;
- Promover, com recursos próprios ou convênios, a capacitação cooperativista e profissional do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo da Rede CATAVALES;
- Oferecer serviços na área da pesquisa, assistência técnica, administrativa, social e educacional no âmbito do cooperativismo, da reciclagem e da Economia Solidária;

- Cooperar com os movimentos sociais que atuam na busca de alternativas para o desenvolvimento da Economia Solidária;
- Desenvolver políticas de saúde, de moradia, de educação cooperativista e associativista, de formação técnica, de esporte, de cultura e lazer, com fim a alcançar o bem-estar do cooperado e de suas famílias;
- Prestar serviços, desenvolver, participar, propor e, ou, executar toda e qualquer atividade que assegure a efetivação do artigo 3º, inciso XI, da Lei nº 12.305/2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos, ou seja, a gestão integrada que é, segundo a Lei, um “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável”.

E dentre os direitos dos cooperados que compõem a Rede CATAVALES (2016) têm-se:

- Retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;
- Duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;
- Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- Repouso anual remunerado;
- Adicional sobre a retirada para atividades insalubres ou perigosas, dentre outros.

Entre as ações da rede, destaca-se a união entre associações que colaboram entre si, realizando comercialização de materiais recicláveis, na busca de alcançar melhores preços e bons parceiros. Sendo assim, observa-se que as parcerias entre as associações contribuem para a ampliação do volume de produção e expansão do raio de atuação para outros municípios. Além disso, há perspectivas de se realizar

intercâmbio de experiências, a troca de informações, metodologias e recursos, em geral, escassos entre os empreendimentos.

Está se consolidando, como percebemos, certa mobilização da própria comunidade a partir e em torno da organização dos catadores, particularmente com o objetivo de implantar processos de coleta seletiva na região. Com tal iniciativa, como descobrimos, a expectativa dos catadores é por melhores condições de vida, ocupação e geração de renda através dos vínculos de trabalho que estão se construindo entre as entidades, por exemplo, no estabelecimento da coleta seletiva.

Por outro lado, percebemos que, desde a sua fundação até o presente, a Rede CATAVALES, apesar da existência de vários elementos sobre autogestão, cooperativismo, Economia Solidária e outros aspectos sociais em seu estatuto social, tem se limitado a ações de comercialização em conjunto dos resíduos, em detrimento de outras atividades que estavam inicialmente previstas quando da idealização da rede.

Enquanto avança suas atividades, mesmo que dessa forma um tanto incompleta de acordo com seus próprios pressupostos, observa-se a necessidade de iniciar as análises a partir desse processo de formalização e os campos envolvidos a partir dos nós que compõem essa rede. Percebe-se que uma associação de grande relevância para a Rede CATAVALES é a associação de catadores de materiais recicláveis de João Monlevade, tanto que o presidente da rede era membro dessa associação.

Fundada em 2001, a associação de João Monlevade é composta por 16 associados e visa o resgate da cidadania de trabalhadores que atuam na limpeza do meio ambiente. A associação surgiu das atividades com trabalhadores que viviam marginalizados, em condições degradantes, catando lixo nas ruas e no lixão. Esse empreendimento visa apoiar e defender os interesses dos trabalhadores; lutar para que seus associados possam trabalhar com segurança e protegidos da ação dos atravessadores (empresas que compram materiais por um preço mais baixo para, posteriormente, revender para empresas de reciclagem); profissionalizar os associados, através de curso e treinamentos; lutar para que os catadores (as) sejam respeitados nas suas atividades. Em 2015, a prefeitura de João Monlevade firmou uma parceria com a associação, disponibilizando um caminhão com motorista, de segunda a sexta-feira, para a realização da coleta seletiva em bairros preestabelecidos da cidade.

Analisando a experiência e as potencialidades para o desenvolvimento sustentável local e regional da associação de João Monlevade na Rede CATAVALES, destaca-se que a associação gerencia a manutenção dos veículos pertencentes à rede e a destinação dos equipamentos de acordo com a necessidade das associações que integram a CATAVALES, e também disponibiliza um espaço da sua sede física para o escritório e o estacionamento dos veículos da rede. Além disso, o ex-presidente da associação possuía o mesmo cargo representativo na rede.

Um ponto importante é que, institucionalmente, a Rede CATAVALES está em processo de formalização (no sentido de ter sido registrada oficialmente junto ao Estado brasileiro, por exemplo) aguardando aprovação dos órgãos competentes já que em junho de 2016 houve uma assembleia de constituição e aprovação da diretoria; apesar disso, observa-se que seus integrantes há muitos anos atuam e agem como se a rede existisse formalmente; utilizando-a na organização da comercialização coletiva entre os produtos produzidos pelas organizações.

Outro ponto relevante é que a associação de João Monlevade está inserida no mercado há 17 anos, sendo assim, a associação possui uma forte presença na região. É considerada, por alguns atores vinculados à gestão de resíduos e reciclagem, uma das principais associações do estado de Minas Gerais, possuindo uma infraestrutura privilegiada em comparação com as outras organizações que integram a rede, sendo, portanto, uma referência para as demais.

Com relação às limitações para o desenvolvimento sustentável local e regional, observa-se que apesar de a rede possuir uma “diretoria e um conselho fiscal” o processo de formalização ainda não está concluído. Esse processo se encontra em desenvolvimento há alguns anos e por vários fatores, principalmente, jurídicos e organizacionais, os responsáveis têm encontrado dificuldades de formalizá-la.

Outra dificuldade é que as reuniões entre os representantes das associações não são realizadas frequentemente, o que dificulta a discussão dos problemas comuns, a análise de soluções e a busca por novas ideias. Além disso, a ausência dessas reuniões impacta no processo de tomada de decisões em grupo, interferindo na definição e no planejamento de ações, assim como na avaliação de resultados alcançados.

Atualmente, a Rede CATAVALES não promove capacitações e nem treinamentos para os integrantes e possui alta dependência da associação de João Monlevade, uma vez que grande parte das ações desenvolvidas pela rede é realizada por essa associação. Apesar da articulação das associações, existem grandes interferências de atravessadores (ou seja, indivíduos que agem fora dos caminhos estabelecidos), que continuam encontrando espaço e são os principais concorrentes das organizações que integram a rede. Além disso, a rede não participa com periodicidade dos eventos organizados pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, em virtude das condições financeiras que as associações vêm enfrentando nos dias atuais.

Há encontros anuais entre as associações com o propósito de discutir questões, como, por exemplo, a venda de materiais de forma unificada, de modo que todas comercializem os seus materiais com preços semelhantes. Geralmente, os encontros geram boas ideias, porém, muitas vezes, existem problemas para colocar em prática o que foi proposto e discutido durante o encontro, principalmente, pelo fato de que cada associação está localizada em um determinado município, sendo assim, o relacionamento com os clientes e a forma de comercialização são extremamente diversificadas.

Algumas associações não têm parcerias com as prefeituras, conseqüentemente, têm dificuldades de implantarem a coleta seletiva. Observaram-se dificuldades ou falta de gerenciamento nas associações que compõem a rede, o que pode estar gerando conseqüências para os catadores, particularmente em relação a sua própria inserção na rede e/ou na associação, bem como em suas percepções acerca de si mesmos e seus relacionamentos interpessoais. Com tudo isto, identificamos dificuldades de relacionamento e de trabalho conjunto, tais como: brigas entre indivíduos e entre subgrupos dentro do grupo maior, problemas nos fluxos de informação, pois alguns prejudicam, intencionalmente ou não, a transmissão de informações necessárias ao bom funcionamento das atividades (deixam de passar informações cruciais a outros membros, por exemplo), além de um ambiente recheado de intrigas e falta de cooperação. Além, é claro, dos fatores mais concretos de infraestrutura, uma vez que as condições materiais para o trabalho estão prejudicadas, por exemplo, pela dependência a equipamentos obsoletos que exigem constantes reparos e manutenções.

A rede não possui um sistema integrado computadorizado que suporte os principais processos realizados entre as organizações, como, por exemplo, o controle financeiro sobre as vendas, recebimentos, repasses e retenções, o gerenciamento de informações sobre a compra e entrada de materiais, o planejamento e controle do volume de produção, monitoramento das operações e o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos. Portanto, esses aspectos necessitam ser aprimorados para que a rede consolide a sua gestão compartilhada.

Assim, com base nas várias experiências envolvendo a Rede CATAVALES, observa-se que há níveis diferentes de presença de características de redes, como pode ser observado no Quadro 11.

**Quadro 11 - Nível de Presença das Características de Redes na Rede CATAVALES**

Autor	Tipologia de Rede		Grau de Presença das Características das Redes
GRANDORI e SODA (1995)	Sociais	Simétricas	Pouco Presente
		Assimétricas	Presente
	Burocráticas	Simétricas	Ausente
		Assimétricas	Pouco Presente
	Proprietárias	Simétricas	Ausente
Assimétricas		Ausente	
CASAROTTO FILHO e PIRES (1998)	<i>Topdown</i>		Ausente
	Flexível		Ausente
TURK (2001)	Interna		Presente
	Social		Presente
MANCE (2001)	Colaboração Solidária		Presente
SILVA (2002)	Temática		Presente
	Regionais		Presente
	Organizacionais		Ausente
VILLASANTE (2002)	Redes internacionais de pensamento e ação		Ausente
	Redes regionais de economias populares sustentáveis		Pouco Presente
	Redes associativas do terceiro setor e do terceiro Sistema		Ausente
	Redes informais e condutas transversais		Ausente
CORRÊA (1999) e VERRI (2000)	Rede Estratégica		Presente
	Rede Linear		Ausente
	Rede Dinâmica		Ausente
CASTELLS (1999)	Tipologia do Leste Asiático	Japão	Horizontais
		Keiretsu	Ausente

		Coréia	Chaebol	Ausente
		China	Jiazuqiye	Ausente
CASTELLS (1999)	Tipologia ERNST	Redes de fornecedores		Ausente
		Redes de produtores		Ausente
		Redes de clientes		Ausente
		Coalisões-padrão		Ausente
		Redes de cooperação tecnológica		Ausente
RANGAN e YOSHINO (1996)	Interna			Ausente
	Externa			Ausente
LEWIS (1992) e LYNCH (1994)	Verticais ou de adição de valor			Pouco Presente
	Divisão de Tecnologia			Pouco Presente
	De Desenvolvimento			Ausente
	De Participação Acionária			Ausente

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

A Rede CATAVALES apresenta níveis diferentes de tipologias de redes, conforme o Quadro 11. Em algumas situações e experiências, apresenta-se mais de uma atuação, configurando uma pluralidade de redes.

Destacam-se as redes que, conforme pesquisa, identificaram-se mais “presentes”, como, por exemplo, as redes sociais assimétricas abordadas por Grandori e Soda (1995), pois a CATAVALES não é uma rede constituída formalmente dentro dos preceitos jurídicos, mas atua como representante de seus membros. A associação de João Monlevade é o agente responsável pela centralização dos materiais, negociações e vendas atuando como o representante da rede.

Há as representações defendidas por Turk (2001). Tanto em nível interno e social, existem ações específicas de cada associação representando sua autonomia e apresentando parcerias com entidades públicas, privadas e da sociedade civil.

Apesar de constatar-se durante o período da pesquisa que a maioria das ações dessa rede se limita à comercialização, observou-se que em seus ideais, estatuto e em algumas ações tímidas se apresenta a tipologia defendida por Mance (2001), qual seja, as redes de colaboração solidária. Há vários momentos em que há, por exemplo, empréstimos de equipamentos entre as associações, presença de lideranças de outros empreendimentos que auxiliam umas as outras nas resoluções de problemas em níveis, principalmente, políticos junto a representantes das

entidades públicas, elaboração de projetos para aquisição de financiamento ou equipamentos.

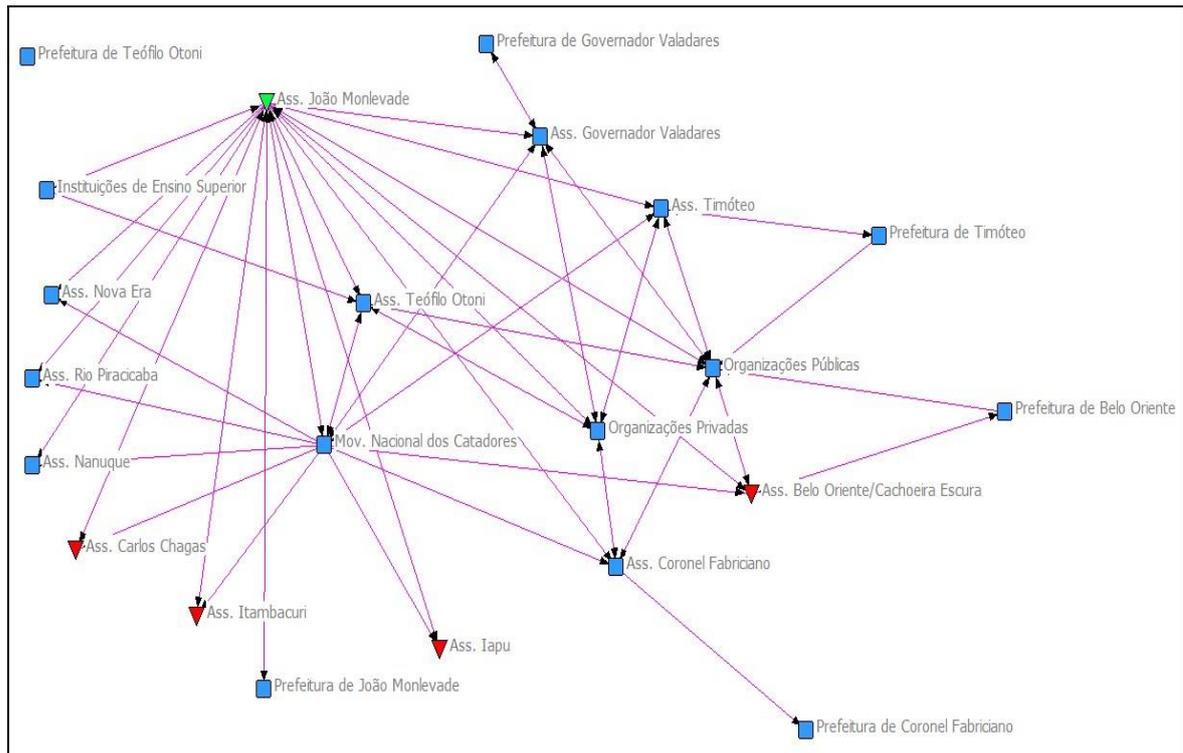
O tema em comum das associações é a coleta, triagem e comercialização de resíduos sólidos, priorizando em níveis e formas diferentes as atuações regionais, conforme defendida por Silva (2002). Essa variação pode se dar pela influência da quantidade coletada, recursos financeiros para pagamento do frete para levar os materiais para associação responsável pela comercialização.

A Rede CATAVALES desenvolve ações estratégicas para conseguir comercializar seus produtos mesmo não sendo formalizada, concretizando várias ações em nome da rede, como abordado por Correa (1999) e Verri (2000).

Para melhor exemplificação, pode-se observar a dinâmica e estrutura da Rede CATAVALES, conforme representação gráfica da Figura 7.

Sua dinâmica é variada e há envolvimento em níveis diferentes, pois além das 12 associações a princípio pertencentes à CATAVALES, cada associação ou nó tem dinâmicas independentes com parcerias, por exemplo, organizações públicas e privadas, instituições de ensino superior, prefeituras e entre as associações.

Nesta representação gráfica da Figura 7, observam-se os diferentes vínculos entre os nós: fluxos unidirecionais (Associação de Catadores de João Monlevade para Associação de Catadores de Timóteo, Movimento Nacional de Catadores para Associação de Catadores de Nanuque, Associação de Catadores de Coronel Fabriciano para Prefeitura de Coronel Fabriciano, etc), bidirecionais (entre Associação de Catadores de João Monlevade para Associação de Catadores de Itambacuri, Associação de Catadores de Governador Valadares com a Prefeitura de Governador Valadares, etc.) e os que não interagem com ninguém e ninguém interage com eles (Prefeitura de Teófilo Otoni no período da pesquisa).



**Figura 7 - Representação Gráfica da Rede CATAVALES**  
 Fonte: Elaborado pelo autor

Atualmente das 12 associações, somente cinco estão comercializando juntas na Rede CATAVALES: Iapu, Carlos Chagas, Belo Oriente/Cachoeira Escura, Itambacuri e João Monlevade, representadas pelo símbolo triângulo e cores diferentes. Há alguns fatores que podem justificar o porquê: algumas dessas associações não conseguem vender sozinhas devido à quantidade produzida, as outras que não comercializam juntas apresentam fatores de conflitos internos referentes à falta de informações, esclarecimento e transparência sobre as atividades da CATAVALES. Há a questão referente ao pagamento do frete para transportar os resíduos até João Monlevade, local de centralização dos materiais para venda, dentre outros. Muitas alegam não ter recurso para tal atividade.

Em relação aos laços fortes e fracos, observa-se que a Associação de João Monlevade é a referência ou associação central para as atividades da rede, pois todas as ações da CATAVALES passam por essa associação. E no que tange a comercialização, tem seus laços fortes vinculados às 5 associações (Iapu, Carlos Chagas, Belo Oriente/Cachoeira Escura, Itambacuri e João Monlevade) que comercializam atualmente via Rede CATAVALES e os laços fracos em relação as outras 7 (Governador Valadares, Timóteo, Teófilo Otoni, Coronel Fabriciano, Nova

Era e Rio Piracicaba) (LAMIEUX; OUIOMET, 2012; PORTUGAL; MARTINS, 2011; BURT, 1992, GRANOVETTER, 1983; e FESTINGER, 1957).

Observa-se que esses laços fortes se limitam à comercialização dos materiais e os fracos a não comercialização, pois atualmente a CATAVALES tem desenvolvido basicamente esse papel de comercializar sem expandir outras ações para qual inicialmente também foi criada, como formações, promoções dos catadores, disseminação da cultura do cooperativismo e associativismo, como também da Economia Solidária, dentre outras.

Mas, como alguns autores das teorias dos laços dizem que há vantagens nos laços fracos, observaram-se situações interessantes no ano de 2016, em que a Associação de João Monlevade juntamente com alguns parceiros promoveram uma reunião da Rede em João Monlevade para discutirem sobre aspectos políticos, movimento nacional dos catadores, realidade vivenciada por cada associação e a formalização da CATAVALES, avançando em alguns aspectos, mas, nos meses seguintes, se depararam com aspectos legais e burocráticos que ainda não foram resolvidos. Outro evento foi a Expocatadores 2016, realizado em Belo Horizonte em que a liderança da Associação de João Monlevade fez parte da equipe organizadora desse evento tradicional dos catadores, onde se tentou mobilizar as associações da rede. Alguns representantes conseguiram participar e mais uma vez aproveitaram a oportunidade para conversarem, trocarem informações e experiências. E no final do ano, uma tradição da Associação de João Monlevade é o almoço de Natal oferecido a todos os associados com a participação de parceiros onde foram convidadas todas as associações da rede e algumas compareceram.

Outro fator importante é a autonomia dos participantes da CATAVALES, uma vez que a Associação de João Monlevade centraliza toda a comercialização e fluxo de informações, como pode ser observado na Figura 7 onde:  $OutDeg$ =Grau de saída,  $InDeg$  = Grau de entrada,  $NOutDeg$ = Grau de saída normalizado e  $NinDeg$  = Grau de entrada normalizado.

	1	2	3	4
	Outdeg	Indeg	nOutdeg	nIndeg
1 Ass. Belo Oriente/Cachoeira Escura	3.000	4.000	0.143	0.190
2 Ass. Carlos Chagas	1.000	2.000	0.048	0.095
3 Ass. Coronel Fabriciano	3.000	4.000	0.143	0.190
4 Ass. Governador Valadares	4.000	5.000	0.190	0.238
5 Ass. Iapu	1.000	2.000	0.048	0.095
6 Ass. Itambacuri	1.000	2.000	0.048	0.095
7 Ass. João Monlevade	16.000	9.000	0.762	0.429
8 Ass. Nanuque	0.000	2.000	0.000	0.095
9 Ass. Nova Era	0.000	2.000	0.000	0.095
10 Ass. Rio Piracicaba	0.000	2.000	0.000	0.095
11 Ass. Teófilo Otoni	3.000	5.000	0.143	0.238
12 Ass. Timóteo	4.000	5.000	0.190	0.238
13 Prefeitura de Belo Oriente	2.000	1.000	0.095	0.048
14 Prefeitura de Coronel Fabriciano	0.000	1.000	0.000	0.048
15 Prefeitura de Governador Valadares	1.000	1.000	0.048	0.048
16 Prefeitura de João Monlevade	1.000	1.000	0.048	0.048
17 Prefeitura de Teófilo Otoni	0.000	0.000	0.000	0.000
18 Prefeitura de Timóteo	2.000	1.000	0.095	0.048
19 Mov. Nacional dos Catadores	12.000	4.000	0.571	0.190
20 Organizações Privadas	5.000	5.000	0.238	0.238
21 Organizações Públicas	6.000	8.000	0.286	0.381
22 Instituições de Ensino Superior	2.000	1.000	0.095	0.048

**Figura 8** - Nível de Centralidade na Rede CATAVALES

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados da Figura 8 mostram os graus de entradas e saídas dos nós existentes na CATAVALES sendo que a penúltima e última coluna ( $NOutDeg$  = Grau de saída normalizado e  $NinDeg$  = Grau de entrada normalizado) representam a porcentagem dos referidos graus. Assim, pode-se dizer que o ator central dessa rede no que se refere à interação é a Associação de João Monlevade por ter um grau de entrada de 9 e Entrada Normalizada de 42,9% (LAMIEUX e OUIOMET, 2012; PORTUGAL e MARTINS, 2011; BURT, 1992, GRANOVETTER, 1983; FESTINGER, 1957).

É necessário rever se todas as associações envolvidas concordam com a centralização e com as ações realizadas pela liderança, fato que também pode afetar a democracia interna da rede, já que é através de decisões coletivas, da autogestão, que se baseiam os empreendimentos econômicos solidários. Observa-se que há, nas ações de liderança realizada pela Associação de João Monlevade, uma notória relação de poder a partir da centralização das informações, as quais nem sempre são compartilhadas, limitando o fluxo de informações, que é o fator essencial para alimentar a rede.

Mesmo com as dificuldades da Rede CATAVALES e diversos desafios a serem enfrentados, ela funciona como um suporte para a sustentação das

associações que a compõem, a fim de desenvolver estratégias que assegurem a sobrevivência, representatividade dos empreendimentos e a competitividade de toda rede. Desse modo, o elo mais suscetível às variações do mercado e da cadeia produtiva consegue obter benefícios, assim como todos os participantes.

É evidente a necessidade de interação entre os membros que fazem parte da rede, bem como a capacidade de gestão coletiva de modo a se relacionarem por um modelo definitivamente cooperativo e solidário, estabelecendo uma relação de confiança.

O aprofundamento dos dados será observado a partir do tópico a seguir, onde serão detalhadas as relações das associações pertencentes à Rede CATAVALES, ou seja, uma descrição e análise de alguns nós dessa rede.

Mas, observa-se que, mesmo com todos os problemas cotidianos e as dificuldades que se impõem ao bom funcionamento da rede, o saldo de suas atividades é, pelo menos num sentido, positivo, ou seja, é perceptível o quanto a rede funciona como um pilar para a sustentação das associações, potencializando a união entre elas, união esta que promove avanços na cadeia produtiva e no mercado da reciclagem. Isto aparece, por exemplo, na comercialização conjunta, que reforça a ideia de que a união é uma alternativa para fortalecer o desenvolvimento sustentável local e regional, a ampliação da venda dos produtos e o beneficiamento/agregação de valores aos materiais recicláveis.

#### 4.2 AS ASSOCIAÇÕES: OS NÓS DA CATAVALES E SEUS ESPAÇOS SOCIAIS

Ao analisar os nós dessa rede, observam-se questões das organizações em níveis internos e externos, suas dinâmicas organizacionais e identidade, tanto coletiva e individual. As associações apresentam características, as quais compartilham, mas também particularidades que são influenciadas pelos contextos socioculturais em que estão inseridas.

Organizações cooperativas e associativistas são espaços privilegiados para a investigação das representações sociais de trabalhadores, em especial aquelas que buscam seu desenvolvimento a partir da inserção no que se denomina Economia Solidária. Tais organizações se configuram pela convergência das expectativas de grupos diversificados, cujos motes podem relacionar-se à proteção ambiental, desenvolvimento de cidadania, inclusão social e geração de trabalho e renda (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p.5).

Na sequência, apresentam-se alguns dados das organizações<sup>1</sup> que são a base desse estudo, visando mostrar e refletir sobre algumas dificuldades e potencialidades, pois, apesar de atuarem em formatos e contextos semelhantes, há particularidades como se posicionam e agem perante as limitações.

- **Teófilo Otoni:** Em Teófilo Otoni, a associação “A” inicialmente contava com 102 catadores e, devido alguns problemas internos, principalmente, organizacionais e interpessoais como a falha de comunicação, centralização de informações, má gestão de lideranças, dentre outros, atualmente é composta por 7 associados. Sua sede é ampla e localizada próxima à região central, porém com uma infraestrutura precária. Instalada ao lado de uma universidade particular, a qual pertence a alguns políticos em níveis estadual e federal que já realizaram várias tentativas de retirar a associação dessa localidade e incorporar o terreno às propriedades da universidade ampliando seu espaço físico.

---

<sup>1</sup> Para preservar nossos entrevistados, modificaram-se os nomes das associações por letras, mantendo o nome original dos municípios onde realizou-se a pesquisa.



**Figura 9:** Associação de Catadores em Teófilo Otoni

Fonte: Acervo fotográfico do autor.

No município não há coleta seletiva, sendo implantadas somente algumas parcerias com entidades públicas, onde um caminhão realiza a coleta semanal em organizações específicas, o que tem proporcionado poucos materiais à associação, como também há doações a partir de iniciativas ainda tímidas de moradores. Os catadores têm dificuldade de realizar a catação com os carrinhos de tração humana, pois a maioria tem limitações físicas, principalmente devido à idade avançada e a problemas musculoesqueléticos. Segundo parceiros e catadores, na cidade há um lixão, que é explorado por uma “coopergato”, ou seja, uma empresa que se autointitula cooperativa, mas é uma empresa administrada por uma pessoa que contrata os catadores, explorando-os no lixão. Alguns associados disseram que há uma liderança negativa na associação, por ter conhecimentos e por sempre participar de eventos vinculados às temáticas da reciclagem, por exemplo, atividades MNCR, Exporcatadores, etc, tendo boa articulação social e política, exercendo uma repressão silenciosa e, conseqüentemente, gerando um clima organizacional negativo (FOUCAULT, 1979). Eles não usam equipamentos de

proteção individual – EPIs, realizando atividades sem camisa, prensagem de materiais sem óculos, etc. Há uma universidade pública que, através de projetos de extensão, tenta desenvolver ações junto à associação, mas encontra muitas resistências devido a fatores culturais, como a acomodação, desesperança, questões físicas e até mesmo falta de consciência do potencial de suas atividades.

Não há outras alternativas, mas observou-se o interesse em transferir responsabilidades a terceiros, como o controle financeiro. Devido a problemas de gestões anteriores da associação, decidiu-se solicitar a um parceiro a administração das finanças, por ele ter uma formação técnica e superior mais apta (VALENÇA, 2014; MENESES, 2009; SANTOS, 2006). O que se percebe é a não assunção de responsabilidades, transferindo-as a outros, o que dificulta o processo de emancipação do grupo. Não estão comercializando via rede, pois não conseguem carga suficiente que cubra os valores dos fretes, pois todos os materiais da Rede Catavales são centralizados e comercializados via a associação de catadores em João Monlevade.

- **Governador Valadares:** No município de Governador Valadares, a associação “B” formada por 48 catadores, sendo 41 mulheres e 07 homens, que não realizam a coleta nas ruas, é uma empresa terceirizada contratada pela prefeitura. Esse convênio com a terceirizada, nos últimos meses que antecederam as eleições municipais de 2016, foi um período conturbado, devido a problemas financeiros da prefeitura que, segundo os catadores, estava com dificuldades para pagar esse serviço, conseqüentemente, os terceirizados deixaram de realizar a coleta durante vários dias, o que impactou negativamente na produção da associação. A nova gestão municipal realizará um novo contrato, onde, dentre as várias exigências, tem-se o pagamento da previdência social dos catadores pelos próprios associados, ação que poucos realizavam por iniciativa própria. Observa-se uma grande dependência desses catadores em relação ao serviço público municipal, inclusive com a disponibilização de uma funcionária da prefeitura para trabalhar no escritório da associação, situação que gera instabilidade, pois com as mudanças de governo poderão ser revisadas essas ações municipais. A sede foi ampliada e reformada, porém os catadores reclamaram da forma como foi desenvolvido o projeto de construção do galpão, pois eles, ao conversarem com engenheiros e técnicos responsáveis dando

sugestões sobre particularidades, como, por exemplo, tamanho e largura da rampa, eles foram completamente ignorados nesse processo (PORTO, 2017; VALENÇA, 2014; MENESES, 2009, SANTOS 2006, 2007).



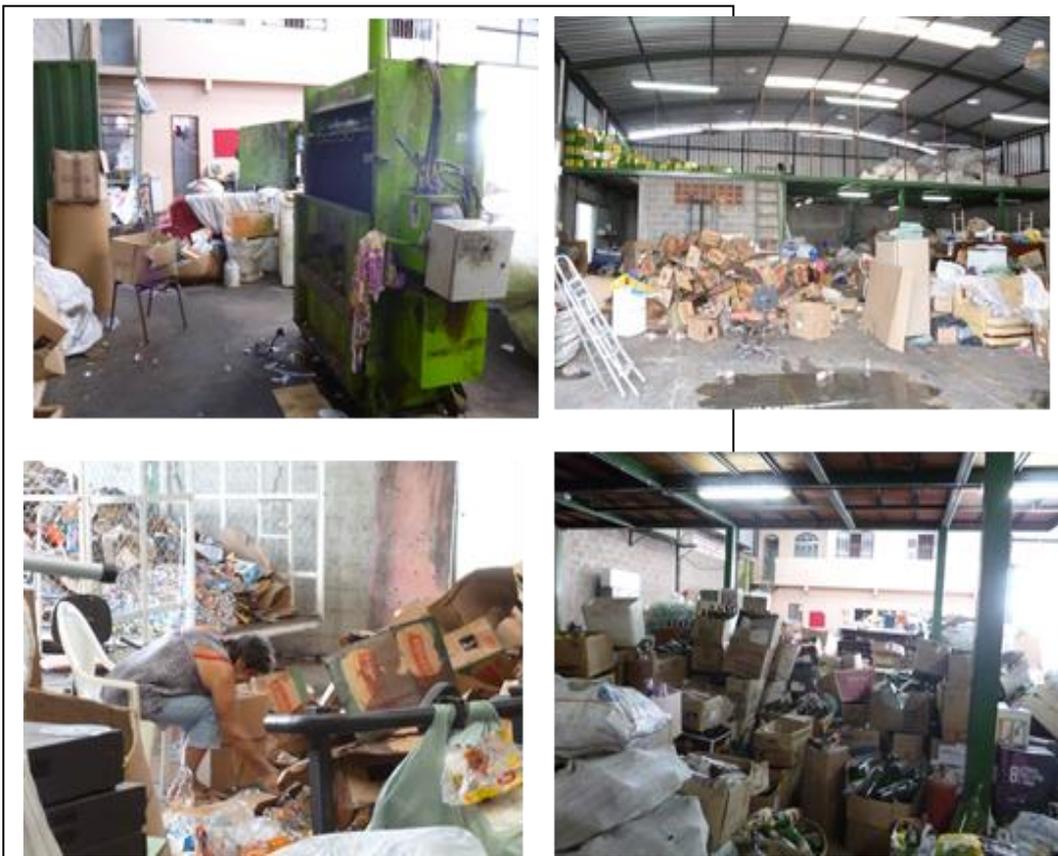
**Figura 10:** Associação de Catadores em Governador Valadares

Fonte: Acervo fotográfico do autor.

O aspecto de saúde e a segurança no trabalho são fatores que chamam a atenção, pois eles não usam EPIs e há vários problemas de aspectos ergonômicos. Além disso, a prefeitura tem utilizado um terreno, ao lado da associação, como lixão, depositando diariamente lixo de vários segmentos e contaminantes, o que proporciona um odor. Há catadores autônomos que catam materiais nesse lixão e, algumas vezes, utilizam a sede da associação para beber água, ampliando a chance de contaminação. Os catadores dizem gostar de trabalhar na associação, principalmente, as mulheres que, segundo elas, “ao contrário dos homens não escolhem trabalho”. Eles relatam que realizam reuniões, conversam, discutem sobre questões da associação, porém o que preocupa é a não valorização dos materiais

recicláveis, o que impacta na receita da associação. Mas, observa-se que, em anos anteriores, devido a incentivos, parcerias com a prefeitura com transporte e projetos, os catadores participavam ativamente de vários eventos vinculados à temática de reciclagem e atualmente somente a liderança tem se envolvido mais ativamente em ações de parceiros ou evento de interesse dos catadores.

- **Coronel Fabriciano:** A associação “C” de Coronel Fabriciano tem sua sede no distrito industrial cujas despesas com o aluguel, água, luz, telefone e motorista do caminhão eram custeadas a partir de uma parceria com a prefeitura municipal. Mas, essa parceria estava ameaçada devido às eleições de 2016, quando o candidato vencedor, ao assumir em 2017, pediu para revisar esse convênio com a justificativa de diminuir custos e talvez suspenderia ou mudaria sua dinâmica.



**Figura 11:** Associação de Catadores em Coronel Fabriciano

Fonte: Acervo fotográfico do autor.

Alguns impactos já foram sentidos pelos catadores, como a saída de dois profissionais da prefeitura que acompanhavam e orientavam os trabalhos da associação. Além do receio de perderem o convênio, os catadores são dependentes da prefeitura em relação ao caminhão e motorista, pois eles não catam nas ruas só recolhem em pontos específicos com auxílio do caminhão. No município, não há coleta seletiva e os materiais geralmente são doados por empresas ou cidadãos que entregam diretamente no galpão a coleta em pontos específicos. Eles perderam alguns parceiros nos últimos anos, pois não conseguiram atender as demandas de coleta nos dias marcados por falta de organização ou de pessoal juntamente com o caminhão que às vezes não estava disponível. Há relatos de que algumas organizações geradoras de grandes volumes de resíduos recicláveis que antes faziam doações desses materiais, atualmente, optaram por comercializarem seus próprios resíduos ao invés de doá-los aos catadores. No período da pesquisa, eram ao todo 11 catadores, sendo 10 mulheres e 01 homem. As catadoras têm idades avançadas, com problemas de obesidade e pressão, reclamam muito de dores musculoesqueléticas e quase não usam EPIs. Inclusive há informações de uma ex-catadora que durante sua atividade laboral estava utilizando calçado inadequado e pisou em um prego. Ela é diabética e, como consequência, o caso agravou e ela foi obrigada a amputar a perna. Eles têm dificuldades de relacionamento interpessoal, organização interna e externa, que eram amenizados com o apoio dos profissionais da prefeitura que foram dispensados ou realocados a partir do início da nova gestão municipal. No galpão, há acúmulo de materiais, principalmente garrafas, pois não conseguem uma quantidade mínima para obter melhores preços e não há recursos para pagar o frete para enviar os materiais para João Monlevade e automaticamente comercializarem com a rede. Observou-se que os outros setores públicos, como saúde ou assistência social com a nova gestão municipal se afastaram das atividades do empreendimento.

- **Timóteo:** A associação “D” localiza-se no município de Timóteo e é composta por 13 catadores, sendo 9 mulheres e 4 homens. Sua nova sede foi construída com recursos através de um projeto aprovado na Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, mas, a gestão, o desenvolvimento das obras e dos recursos ficou sob a responsabilidade da prefeitura e o projeto, segundo os catadores, foi realizado com algumas falhas técnicas, pois não consideraram as

particularidades de suas atividades e, neste processo, praticamente não dialogaram com os catadores (PORTO, 2017; VALENÇA, 2014; MENESES, 2009, SANTOS 2006, 2007). Foram identificados problemas, como a necessidade do fechamento das laterais, onde ficarão os maquinários, fardos de resíduos e materiais que estarão expostos, possibilitando contaminação e ou problemas nos equipamentos; declive do terreno, pois com as chuvas o galpão ou sede poderá inundar. Eles disseram que não foram ouvidos em nenhuma fase do desenvolvimento do projeto.



**Figura 12:** Associação de Catadores em Timóteo

Fonte: Acervo fotográfico do autor.

Não há fiscalização por parte da secretaria de saúde ou assistência social, mas muitas cobranças por alguns setores da prefeitura referente à produtividade e eficiência em algumas ações. Observou-se a falta de orientações, principalmente, sobre seguridade social, pois alguns manifestaram o receio de precisarem de algum auxílio ou de se aposentarem, além de desconhecerem como ter direito aos benefícios. Também não sabiam se teriam condições de pagá-los devido aos baixos recebimentos. Eles recolhem os materiais com auxílio de um caminhão, que

juntamente com o motorista são pagos pela prefeitura, mas o município ainda não tem uma coleta seletiva consolidada.

- **Belo Oriente/Cachoeira Escura:** Em Belo Oriente e no distrito de Cachoeira Escura, tem a associação de catadores de materiais recicláveis “E”, constituída por 10 associados, sendo 7 mulheres e 3 homens. A prefeitura juntamente com a “E” foram contemplados com recursos da Fundação do Banco do Brasil para aquisição de um caminhão e construção de galpão para implantação da coleta seletiva, que ainda não existe na cidade.



**Figura 13:** Associação de Catadores em Belo Oriente e Cachoeira Escura

Fonte: Acervo fotográfico do autor.

Com a chegada do recurso, observou-se que neste processo novamente os catadores são colocados às margens das decisões, pois mesmo a prefeitura realizando reuniões com eles, há, em alguns casos, desrespeito aos conhecimentos e as reais necessidades dos catadores (PORTO, 2017; VALENÇA, 2014;

MENESES, 2009, SANTOS, 2006, 2007). Exemplo disso foi uma reunião para planejamento dos próximos passos a partir da assinatura do convênio, onde os catadores disseram que a prioridade seria a construção do galpão para que tivessem condições de atender as demandas e o volume de resíduos a partir da implantação da coleta seletiva. Os representantes da prefeitura decidiram que primeiro comprariam os caminhões e implantariam a coleta seletiva para, na sequência, fazer o galpão. E neste diálogo, uma representante da prefeitura disse que os catadores não deveriam reclamar e sim agradecer por eles (poder público) terem ajudado na aprovação e na gestão dos recursos do projeto. Mas, observa-se o interesse por parte de alguns membros da prefeitura em realizar ações junto aos catadores. Porém, nem todos têm conhecimento para trabalhar com esse perfil de público, falando de forma muitas vezes ríspida, desconsiderando a opinião e o saber dos próprios catadores e muitas vezes exigindo ações, como produtividade, cumprimentos de determinadas metas, eficiência na gestão, dentre outros, sem treinamentos ou cursos para tal, não considerando suas limitações técnicas e cognitivas. Há dificuldades em realizarem reuniões para discutirem e decidirem questões de interesse da associação, que, algumas vezes, são realizadas a partir da mobilização da prefeitura.

- **João Monlevade:** E finalmente, em João Monlevade, tem a associação de catadores aqui denominada de “F”, composta por aproximadamente 16 associados cuja maioria são do sexo feminino. É um empreendimento que tem o papel de liderança da Rede CATAVALES, responsável pela centralização e comercialização das mercadorias. Por essas características, a mesma apresenta um papel fundamental, sendo referência para as demais associações, o que exige um aprofundamento de análise das suas atividades. Essa associação tem convênios com a prefeitura para pagamento de água, luz, passagens de ônibus municipal para se deslocar para a associação e espaço cedido para triagem, armazenamento e comercialização. Em agosto de 2015, a partir de um trabalho realizado entre “F”, secretaria municipal de meio ambiente, Centro Mineiro de Referência em Resíduos-CMRR e a Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto – INCOP, foi implantada, através de convênio entre a associação e a prefeitura, a coleta seletiva na região central e em alguns bairros periféricos de João Monlevade. Apesar da coleta

seletiva estar em parte do município, ainda há catadores que realizam suas atividades com carrinhos de tração humana. Eles receberam, via um projeto junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, carroças motorizadas, mas tiveram resistência e dificuldades de adaptação (DUJON; DILLARD; BRENNAN, 2013; DILLARD; DUJON; KING, 2009).



**Figura 14:** Associação de Catadores em João Monlevade

Fonte: Acervo fotográfico do autor

A associação realizava, nos últimos anos, reuniões semanais para discutir questões de interesse do empreendimento e alguns meses após a implantação da coleta seletiva, devido a pressões da prefeitura em relação aos resultados para garantir a renovação do convênio e de alguns parceiros propondo metas sem considerar as particularidades do grupo, os catadores pararam de se reunir, o que tem acarretado um clima negativo, problemas de relações interpessoais, de comunicação, organizacionais, centralização de informações, sobrecarga e alienação do trabalho.

Mesmo que metas sejam importantes para nortear a execução do trabalho, as metas que foram definidas para cada setor (triagem, vidro, picotadeiras, etc) foram consideradas pelos associados como exorbitantes e impossíveis de serem alcançadas, pois os perfis da maioria do grupo são de pessoas mais idosas, mulheres e com algumas particularidades de saúde, o que pode limitar o desenvolvimento de determinadas metas sem adaptações adequadas à realidade do empreendimento, gerando, automaticamente, mal-estar, conflitos e demais desconfortos no grupo (BOURDIEU, 2003; KESSLER, 2008).

Um exemplo foi uma meta estabelecida a uma associada responsável pela picotadeira de papéis onde o máximo que consegue produzir, segundo a catadora, é em torno de quatro *bags* (sacos grandes utilizados para armazenar e transportar grandes quantidades de materiais) por dia. Pela meta imposta, essa senhora deveria produzir seis *bags* por dia. A associada ao discutir com o parceiro, membro de uma ONG, os meios de alcançar tal nível produtivo sem causar efeitos danosos à sua saúde e, ao mesmo tempo, favorecendo a produtividade da associação, não conseguiu chegar a um consenso. Assim, foi mantida a meta firmada pelo colaborador, a qual, além de não respeitar as limitações físicas e ergonômicas, poderá desencadear um impacto negativo em seu aspecto psicossocial, pois a mesma pode se sentir “improdutiva”.

As metas definidas foram baseadas na necessidade produtiva, principalmente, econômica da associação, não sendo consideradas as limitações humanas, como idade, problemas físicos, doenças, entre outras, ou seja, a qualidade de vida no trabalho, aspecto importante para sustentabilidade social do empreendimento. Em alguns relatos, associados reclamavam de dores provenientes de movimentos repetitivos, sendo necessária a troca de setor. Outros relataram que muitas vezes deixavam de fazer necessidades fisiológicas para alcançar os objetivos firmados, fatos que mostram a imposição a que eram submetidos e como estavam pressionados para que conseguissem atingir as metas.

Quanto ao padrão de sociabilidade e cultura, foram observadas a predominância de costumes provenientes da lógica capitalista, como a supervisão rígida e muitas vezes ríspida, nas atividades dos associados; a imposição de ações na efetuação do trabalho sem discussão coletiva; a preocupação de associados com o trabalho de outros não de maneira solidária ou para um objetivo em comum, mas pensando de maneira individual, ao se sentirem prejudicados pelo modo de trabalho

de alguns membros, pois, na associação, eles recebem por hora trabalhada, mas o pagamento depende do total de materiais triados, processados e vendidos no mês. Ou seja, o fato de estarem “X” horas por dia não é garantia de produtividade e de resultado satisfatório, devido a fatores, como: desmotivação proveniente de vários fatores ambientais e materiais, pressão e intrigas, dentre outros, além das decisões centralizadas, onde informações sobre a associação não são repassadas ou discutidas coletivamente.

Outro problema oriundo da centralização de decisões, segundo os catadores, são as funções que são fixadas não por eles, mas por liderança, gerando insatisfações na efetuação do trabalho (ADAMS *et al.*, 2015). Um acontecimento que pode exemplificar é a definição de uma das associadas como responsável pela cozinha do empreendimento. Inicialmente, foi acordada entre a liderança e a associada a permanência temporária até que fosse definida outra pessoa interessada pelo setor. Mas, isso não ocorreu, a associada permanece até o momento realizando atividades na cozinha e, em seus relatos, afirma que tem o desejo de voltar à triagem de materiais. Mesmo tendo explanado sua opinião à liderança, ainda não se buscaram soluções para esse problema. A associada afirma que existe a possibilidade de se retirar da associação, caso não cheguem a um acordo, o que demonstra sua insatisfação no posto de trabalho.

Em alguns relatos de associados, pode ser vista a falta de autonomia e de voz dentro do empreendimento. Um associado afirmou que, quando alguma reunião é realizada, muitos que se dizem incomodados com alguma questão não se pronunciam ou acabam induzidos à modificação de seus pensamentos e opiniões.

Na associação “F”, foi notada a formação de grupos específicos que se mantinham separados dos demais e um afastamento da liderança em relação a esses grupos, dificultando a troca de informações, fator essencial à Economia Solidária e à sustentabilidade do empreendimento.

Alguns associados não agem em consonância com os pensamentos de cooperação e solidariedade, isso pode ser explicado pelo fato de alguns deles já terem trabalhado em conformidade com a lógica do capital e, ainda, por ser um sistema hegemônico, ou simplesmente por não possuírem conhecimento suficiente sobre os preceitos da Economia Solidária, pois, além de grupos já consolidados, ou seja, pessoas que estão há vários anos na associação, há também muita

rotatividade de catadores, o que dificulta consolidar determinadas culturas ou mudar hábitos.

Outro fator foi um convênio com uma associação vinculada à indústria de cosméticos para construção da cobertura do galpão e implantação da esteira para triagem. Em ambos os processos, os técnicos, profissionais, engenheiros e arquitetos não dialogaram com os catadores para conhecer suas particularidades e necessidades (PORTO, 2017; VALENÇA, 2014; MENESES, 2009, SANTOS 2006, 2007). Como consequência, durante o processo de finalização da cobertura, uma catadora constatou que a altura não seria suficiente para entrada e logística dos caminhões de parceiros e talvez para o transporte da coleta seletiva para processo de despejar os materiais recolhidos, o que acarretou em atraso nas obras. Outro fator foi a instalação da esteira, a qual foi alocada de forma a não considerar o melhor *layout* do galpão, o que poderia otimizar os processos de chegada, disposição, triagem e prensagem dos materiais. Consequentemente, houve retrabalho, aumentando o tempo do processo de triagem e acúmulo de materiais.

Através da análise interna da associação “F”, durante as observações e relatos, percebeu-se que os associados deixam de expor suas ideias, insatisfações, ou questionamentos, por acreditar que não possuem voz dentro do empreendimento. Fatos que reforçam esse pensamento são as decisões de gestão que são realizadas sem o coletivo expressar o que acredita ser pertinente, como compra de caçambas, não sendo explicado o motivo e quando seriam usadas, ou até mesmo na saída de alguns membros, sem consultar a opinião do coletivo. Outro agravante é a inexistência de reuniões como um momento para explanar diversas questões, acentuando ainda mais as relações internas conflitantes.

Portanto, analisando pelo princípio da autogestão, muitos processos não são decididos pelo coletivo, uma vez que algumas decisões de cunho gestor são centralizadas na liderança da associação e em alguns colaboradores. Além disso, a imposição de algumas atividades, citando como exemplo a insistência por parte da liderança em reduzir, a qualquer custo, a quantidade de material que não estava triado, determinava que, em um único dia, fosse realizada a separação de todo material que se encontrava na associação. Esse fato fez com que muitos associados se sentissem pressionados e permanecessem no trabalho além de suas possibilidades, para alcançarem o objetivo estabelecido.

Outro fator a ser questionado é a não alternância nas posições de gestão, sendo mantidas as mesmas pessoas nos mesmos cargos por anos subsequentes. A definição de cargos e chapa é estabelecida pela liderança da associação que apresenta ao grupo para votação, mas não constroem coletivamente as chapas a serem eleitas, centralizando a estruturação na liderança que é novamente eleita.

Porém, muitos associados estabelecem uma relação de confiança com a liderança e acreditam que essa possui eficiência e capacidade nas decisões, bem como o envolvimento com o empreendimento. Não encontraram em outro associado a mesma capacidade e conhecimento, destacando as habilidades da liderança na realização dos processos de gestão, nas perspectivas dos associados.

Um questionamento a ser realizado é o quanto a não alternância influencia na falta de autonomia dos associados e nas ações coletivas. Conforme Foucault (1979, p.10), o poder emana de ambientes sociais e se trata de “um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente, por isso não existe “o poder”, o que existe são relações de poder, ou seja, formas heterogêneas em constante transformação”.

Ainda para o autor, o poder é usado em maior quantidade do que se possui e que não se restringe a privilégios de classes dominantes, mas é determinado pela posição estratégica que determinada pessoa ocupa. Portanto, na associação “F”, o poder foi dado à liderança devido as suas habilidades, boa articulação, entre outras características, mas como se trata de uma organização voltada aos preceitos da Economia Solidária, a gestão coletiva é primordial para a sustentabilidade do empreendimento, por ser o meio pelo qual as ações se concretizam em detrimento de todos os que dependem dela, sendo necessário um equilíbrio de poder garantindo a autenticidade da participação coletiva.

Outro indicador levantado por Silva, Barbosa e Albuquerque (2013) é o grau de comprometimento, verificando o quanto os indivíduos estão ou não comprometidos com os objetivos da associação. Isso interfere diretamente na participação e cooperação, havendo a possibilidade de que apenas os que apresentarem certo grau de comprometimento participem efetivamente da gestão da organização e cooperem em busca dos objetivos do grupo.

Na associação “F”, é percebido o comprometimento do grupo em cumprir com os objetivos da associação, mas muitos acabam não concordando com as decisões da liderança, como no exemplo dado das metas, ou na compra de equipamentos,

que acreditam ser desnecessários, como a quantidade de caçambas adquiridas, voltando novamente ao fato da autogestão não ocorrer efetivamente na associação.

A disposição para cooperar, por sua vez: depende da satisfação experimentada pelos parceiros com relação ao resultado de sua cooperação e como resultado das relações passadas, de comportamentos e de interdependências. [Na] realidade, a percepção da confiabilidade pode se reportar tanto a um indivíduo, como a um parceiro institucional (CARRION, 2009, p. 550).

E sobre a cooperação, o autor ainda reforça que tem sua origem no aprendizado da socialização e para que seja desenvolvida é necessário que se tenha confiança nessas relações, além de ser influenciada pelas experiências anteriores desde que bem trabalhadas.

#### **4.2.1 Análise Transversal das Associações (nós)**

Observa-se que as associações têm contextos em comum e no que tange à relação do poder público com esses coletivos, ele segue as lógicas de organizações tradicionais do sistema capitalista. Ou seja, as prefeituras veem esses empreendimentos como empresas tradicionais, exigindo ações e resultados sob o viés do produtivismo e lucratividade, esquecendo que são organizações solidárias e autogestionárias.

Ao contrário da economia de mercado, os empreendimentos considerados solidários não têm na sustentabilidade econômica e retorno financeiro seu principal objetivo. [...] os indicadores da Economia Solidária são pautados em sua dimensão social, política, cultural e ambiental (SIQUEIRA; COSTA ; VIEIRA, 2017, p.132).

Vários parceiros desses empreendimentos se relacionam a partir de uma lógica da produtividade e eficiência capitalista, valorizando o que seria “produtivo”. “Assim, aquilo que não é produtivo, segundo a ótica capitalista, passa a não existir, restando-lhe o rótulo de esterilidade, de preguiça e de desqualificação profissional” (SILVA, 2007, p. 25).

As políticas públicas e ou de governo voltadas para os catadores em nível local possuem mais o sentido obrigatório de cumprimento da lei de resíduos sólidos,

assistencialismo e ou paternalismo do que o sentido emancipatório, de valorização profissional e humana do profissional catador. “Assim posto, a Economia Solidária está voltada para os próprios interesses do Estado e do capital e não para os objetivos que a fundamentam” (CALBINO; BARRETO; DINIZ, 2011, p.141).

Complementando o pensamento dos autores, o poder público deve cumprir seu papel de facilitador e estimulador de corresponsabilidade entre todos os atores da sociedade, sejam em níveis públicos, privados e civis, visando desenvolver ações pautadas na inclusão, promoção e emancipação social de todos.

O meio associativo, como refletido por Fernandes e Pires (2016), apresenta-se para os catadores como uma possibilidade de atingir e proporcionar esses ideais, não se limitando a geração de renda, como também o desenvolvimento humano originário do ambiente associativo a partir da autogestão, solidariedade, cooperação, dentre outros, a todos os parceiros, não se limitando aos seus associados. Como abordado por Singer (2002, p. 21), “a autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes”.

Nestes processos da não valorização do saber e das experiências dos catadores, sejam pelos parceiros e, até mesmo, pelos próprios catadores que muitas vezes ficam alienados no trabalho por pressão ou necessidades, resulta na produção e reprodução das ausências. As relações e experiências sociais não devem ser desprezadas por não estarem vinculadas a conhecimentos tradicionalmente reconhecidos, o que faz com que os sujeitos que não vivenciam essas formações tecnicistas ou científicas sejam excluídos e muitas vezes considerados ignorantes e inferiores perante a racionalidade dominante (CUNHA; SANTOS, 2011).

Na questão epistemológica, chama atenção sobre a presença de requisitos da colonialidade, reproduzidos nas relações e contextos de hierarquização e subalternização sociopolítica, econômica, dentre outras das associações com alguns parceiros, como as prefeituras e entidades “apoiadoras”. Nessa interação, muitas vezes gera-se o desrespeito pelos saberes dos catadores, excluindo-os dos processos de decisões de seu interesse, o que algumas vezes é reproduzido internamente nas tomadas de decisões de lideranças, as quais não consultam os demais associados que têm direito de ser escutado, proporcionando uma ecologia

dos saberes. Esse contexto pode produzir um ambiente onde o oprimido pense e aja como o opressor dominante (VALENÇA, 2014).

São perceptíveis os vários níveis de relações de poder, sejam eles formais ou informais, ou seja, aquele formalmente eleito escolhido pelo grupo, por exemplo, o presidente, ou aqueles que exercem algum tipo de influência no grupo devido ao poder dado a eles não pelos meios formais, mas sim pelas relações sociais. Para Silveira e Rocasolano (2010), há diferença entre autoridade e poder, pois às vezes quem tem o poder não tem autoridade para tal e o inverso também pode ocorrer, ou seja, quem tem autoridade (moral, intelectual ou política) pode não ter um poder formal.

Perceberam-se vários tipos de lideranças formais, informais, positivas ou negativas. Houve relatos de pessoas que disseram que membros mais antigos na associação influenciam de forma negativa os novos membros, o que influencia na rotatividade de alguns catadores, como também a postura dos que permanecem, que com receios de contrariar ou questionar a liderança apresentam uma postura de submissão. Há, também, aqueles que, apesar da existência de aspectos negativos na gestão de determinada liderança, reconhecem que se não fosse pela presença de tal ator a associação poderia deixar de existir.

Outro fator é que há lideranças, as quais apresentam altos níveis de conscientização, conhecimento e posicionamento, até mesmo sociopolítico sobre temas de interesse dos catadores. Mas, ao mesmo tempo, são os que mais pressionam, em alguns casos oprimem, centralizam informações, estão na gestão e poucos atuam no processo de catação ou triagem, realizando mais atividades administrativas. Esse contato direto com o processo de negociação com a indústria da reciclagem, ou seja, sua interação com o universo capitalista pode ser uma das respostas para algumas posturas de lideranças que contradizem os preceitos da Economia Solidária, pois eles atuam nos limites dos “dois mundos”, o da solidariedade, autogestão e cooperação e do ambiente capitalista para atendimento de suas necessidades. Como consequência, geram-se conflitos, mal-estar, desconfiança e um ambiente muitas vezes instável.

No que tange à saúde do catador, observou-se que ainda há vários fatores a serem superados, sejam nos aspectos físicos e psicológicos. “O trabalhador catador é exposto a riscos à saúde, a preconceitos sociais e à desregulamentação dos direitos trabalhistas, condições que são extremamente precárias” e muitos não têm

formações técnicas e pouco acesso à educação tradicional (MEDEIROS; MACEDO, 2006, p. 66). Devido à falta de condições de trabalho adequadas, ao manuseio, transporte e destinação dos materiais recicláveis, os catadores ficam mais expostos a doenças infecciosas e acidentes de trabalhos, além da exposição a resíduos químicos, biológicos e ou radioativos, quando destinados de maneira incorreta (MOREIRA, 2017; AULER; NAKASHIMA; CUMAN, 2014; FERREIRA; ANJOS, 2001).

Como estratégia para auxiliar no resgate da cidadania, conciliando a geração de ocupação e renda e, até mesmo, a possibilidade de melhores condições de trabalho, muitos catadores têm se organizado a partir de associações, cooperativas e redes de comercialização sob os princípios da Economia Solidária. A constituição dessas organizações coletivas pode criar “novas perspectivas de trabalho e, ao mesmo tempo, fortaleceria valores como autonomia, solidariedade, cooperação, autoestima e organização, além de trazer benefícios políticos, econômicos e socioambientais” (MOREIRA, 2017, p. 19).

Assim, esse modelo de economia apresenta, mesmo que de forma precária, um modo de resistência por ser a estratégia onde classes populares criam e buscam oportunidades econômicas para sobreviverem. Mas, também observa-se que, no contexto econômico em que elas se inserem, ou seja, mercantil, elas colocam em risco sua autonomia e lutam pela sua emancipação sociopolítica, econômica, dentre outros.

No contexto social, constatou-se que há uma relação entre uma economia formal e a informal, pois os catadores vendem para empresas recicladoras, atravessadores e enquanto rede, mesmo não formalizada, algumas associações comercializam pela CATAVALES através de estratégias de gestão e comercialização que tem sido eficaz (GODOY, 2011).

Mas, uma reflexão sobre o papel dos catadores na cadeia produtiva da reciclagem mostra que eles são os elos mais fracos, e enquanto eles continuarem às margens da economia, suas organizações se limitarão a um meio de sobrevivência, os colocando como subordinados e reféns dos detentores de poder e capital, limitando suas perspectivas de melhoria de vida.

Os possíveis benefícios sociais provenientes de um trabalho coletivo e solidário podem apresentar custos sociais que não existem em um trabalho individual, como, por exemplo, nos espaços de decisões das associações onde o

associado pode e deve manifestar suas opiniões, o que conflitará com outras percepções, como também através das conversas informais no desenvolvimento laboral. Mas, isso pode ser consequência da falta de confiança, respeito, abertura para novas percepções, dificuldade da construção de conhecimento coletivo, tanto por parte de sócios que estão em cargos administrativos em detrimento aos que desenvolvem trabalhos manuais.

Desde a Revolução Industrial, a subsistência deixou de ser o principal fator motivacional para os processos produtivos passando para uma motivação de acúmulo de capital (lucro) em detrimento à subsistência (POLANYI, 2012) e, na realidade dos catadores, observa-se a retomada da motivação pela necessidade da subsistência. Nas relações sociais e econômicas a partir do contexto em que se encontra inserido, é paradoxo, pois para reconhecimento, aceitação e para se sentir igual, ele pode priorizar elementos como aquisições de bens modernos em detrimento a outras prioridades como pagamento da previdência. Essa realidade paradoxal gera conflitos de identidades, motivações, interesses, valores, etc.

#### 4.2.2 As catadoras

A atividade de catação e reciclagem de materiais tem se destacado por inserir a matéria prima secundária na cadeia de produção, a qual apresenta um destaque da participação das mulheres nessa atividade laboral.

**Quadro 12** - Catadoras e catadores das associações pesquisadas

<b>Associação</b>	<b>Catadoras</b>	<b>Catadores</b>	<b>Total</b>
Belo Oriente/Cachoeira Escura	7	3	10
Coronel Fabriciano	10	1	11
Governador Valadares	41	7	48
João Monlevade	10	6	16
Teófilo Otoni	3	4	7
Timóteo	9	4	13
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>25</b>	<b>105</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Na pesquisa, conforme Quadro 12, trabalhou-se com 6 associações de catadores de materiais recicláveis, vinculados à Rede CATAVALES e, no momento da pesquisa, totalizaram 105 catadores, sendo 25 homens e 80 mulheres, ou seja, 76,2% são mulheres, em sua maioria negras, pardas e pessoas com idades mais avançadas.

As relações de gênero e sua intersecção com o meio ambiente é um nexu fundamental para a conservação do meio ambiente porque rearticula a ideia de sustentabilidade do planeta e das gerações futuras, através das práticas sociais das mulheres (TORRES, 2012). São as mulheres que estão sempre em contato com a água que é utilizada nos serviços domésticos, como também são elas que cuidam dos animais domésticos, das plantas e das plantações. Para Torres (2012, p.113), ‘a forma pela qual as mulheres se relacionam com o meio ambiente mostra que elas têm como ponto de referência as suas próprias vivências e experiências de vida [...], remetendo para uma relação mulher-terra, terra-vida, homem-mulher e homem-natureza’ (MOREIRA, 2013, p. 14).

Estudos apontam que “a inserção das mulheres no ramo da catação se deu pelo desemprego e por falta de oportunidades no mercado de trabalho como fator preponderante, fato que ocasionou a busca por estratégias de sobrevivência” (LEAL, 2010, p.123).

A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicariam não apenas o crescimento da atividade feminina mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo. Processo que vem ocorrendo desde a década de 80. De outro as desigualdades sociais no mercado de trabalho, no emprego e nas relações sociais parecem ter se ampliado além do impacto das políticas de flexibilização, os novos métodos de gestão do trabalho e da produção. Mudanças no trabalho remunerado foram forjadas quando se começou a falar da feminização do mercado de trabalho e das reivindicações por direitos humanos (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003, p.329).

Nos últimos anos, observaram-se várias mudanças nas relações econômicas, como organizações coletivas baseadas nos princípios da autogestão e da Economia Solidária promovendo cada vez mais o protagonismo de homens e principalmente das mulheres.

Ora, se a Economia Solidária deve ter um sentido e merecer que nos interessemos por ela, não é apenas pelas ações que ela realiza no cotidiano; é também, e talvez, sobretudo, por sua capacidade de contribuir para mudanças institucionais favoráveis às mulheres, contribuição que passam tanto por sua participação na elaboração das políticas públicas como por sua aptidão para fazer evoluir os sistema de representação (GUÉRIN, 2005, p.217).

Dos seis grupos estudados, em dois deles, a presidência é masculina, porém as lideranças de cinco associações são do sexo feminino. São elas que representam, negociam, discutem, dentre outros, os interesses do grupo.

Segundo Moreira (2013), naturalmente as mulheres exercem a liderança, desenvolvendo ações vinculadas à cidadania e qualidade de vida. Jacobi (1997, p. 42) diz “as mulheres estão mais ligadas à manutenção e à qualidade da vida. Ao problema de lixo, ao problema de enchente [...] a voz que se levanta é a da mulher”.

Com as mulheres catadoras não é diferente. Elas também têm se organizado na busca de melhores condições sociais, econômicas e políticas a partir de reflexões sobre como a sociedade tem gerado e administrado seus resíduos, de modo que se tenha uma sustentabilidade, fortaleça o meio ambiente e gere renda.

Na pesquisa, observou-se o protagonismo das catadoras, sendo a maioria mulheres negras, mães, avós, chefes de família conciliando o cuidado da casa, dos filhos, netos, transformando os resíduos recicláveis como um meio para a cidadania. A vulnerabilidade, que é o problema ao qual estão expostas suas famílias, tem se apresentado como responsabilidade para essas mulheres na luta pela sobrevivência (MOREIRA, 2013).



**Figura 15:** Catadoras das Associações da Rede CATAVALES

Fonte: Acervo fotográfico do autor.

Há associações que sofrem com problemas de dependência química, principalmente o consumo de bebidas alcoólicas no galpão. Uma catadora relatou problemas de dependência química na família e falta de planejamento familiar por parte dos filhos. Há vários relatos onde as catadoras são o alicerce financeiro da família, auxiliando maridos, filhos e até mesmo netos.

Para Leal (2010, p.141) “as mulheres catadoras, ao se inserirem nas cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos, demonstram uma forma de resistência frente ao processo de exclusão social a que estão submetidas”.

Não obstante aos avanços e conquistas, sobretudo após a Constituição Federal de 1988, as mulheres pobres enfrentam no seu cotidiano, a dificuldade em conciliar trabalho produtivo e reprodutivo, dificuldade em acessar programas sociais e políticas públicas, sobretudo políticas públicas voltadas para a preservação da vida dessas mulheres (SILVA, 2014, p. 256-257).

Reforçam Georges e Leite (2012), no âmbito da reciclagem, as ações vinculadas a essa atividade, historicamente, composta por grupos excluídos, “socialmente vulneráveis e economicamente discriminados, providos de baixa escolaridade e desqualificados para o mercado de trabalho, o que de certa forma obstaculiza o crescimento de seus empreendimentos” (SILVA, 2014, p. 255).

[...] as mulheres, embora mais socializadas no domínio privado, possuem habilidades que são incorporadas pelo capital em nome de uma maior produtividade. A destreza, a atenção, a paciência, o capricho etc. são qualidades tão importantes do ponto de vista produtivo quanto aquelas que os homens em geral adquirem por meio de cursos técnicos (WIRTH, 2010, p. 61).

Em uma das associações, ao indagar algumas catadoras sobre o porquê de terem tantas mulheres no empreendimento, elas afirmaram que “os homens de lá não gostam de trabalho pesado e que elas não escolhem serviços/trabalho”. Em outra associação, ao indagar o presidente e a liderança (feminina) sobre a presença de um número maior de mulheres na associação, responderam “as mulheres são mais cuidadosas, atenciosas e delicadas para fazerem a triagem. Os homens são mais “brutos”, fazem de qualquer jeito, ficando nos serviços mais pesados, como prensa, fardos e coleta no caminhão”. Em outra associação em que dos 16 associados 10 são mulheres, elas atuam da seguinte maneira: presidência, liderança, negociação, venda, cozinha, triagem e prensa e os homens ficam na parte dos vidros e coleta da rua.

As mulheres são mais autônomas e mais lutadoras por seus objetivos, mas também são elas que realizam o trabalho mais pesado na cadeia produtiva da catação. A limpeza de todo o material e o processo de separação desse material constitui-se num trabalho pesado para elas. Para Torres (2012, p. 203) pode até parecer um trabalho leve, “mas se torna pesado pela intensificação das outras atividades” (MOREIRA, 2013, p.110).

No que tange as condições de trabalho, esforços físicos e saúde das catadoras, autores como Moreira (2013) e Leal (2010) reforçam as condições insalubres e precárias existentes nesta atividade, mas a luta pela própria sobrevivência e de sua família é que está em jogo. Os esforços físicos são desgastantes e as condições muitas vezes não são ergonômicas e toda renda desse

esforço geralmente é empregada para o sustento de maridos desempregados, filhos e netos.

Sobre as condições de trabalhos, são diversificadas e, em alguns casos, muito precárias, como ambientes com excesso de poeira, condições ergonômicas limitadas ou realização de atividades em pé ou sentado, sem as devidas adequações para postura, dentre outros. Em muitas associações, há disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, mas a maioria insiste em não usá-los, realizando as atividades de chinelo, sandália, sem luvas e óculos. Como consequência em uma associação, uma catadora diabética não estava usando a bota e pisou em um prego, no decorrer do tratamento infelizmente teve que amputar a perna. Outro caso aconteceu com uma catadora que estava na triagem, um colega estava jogando papelões e como o material estava sujo, havia partículas de pedra que atingiram seus olhos e, por isso, estava em tratamento, pois parte do seu globo ocular foi cortado. Algumas associações trabalham no sistema de rodízio de atividades, mas, mesmo assim, os catadores relataram dores nas costas, pernas, panturrilhas, joelhos, músculos e nas mãos.

No estudo, observou-se que as catadoras não têm consciência dos riscos de contaminação ou acidentes. A questão de higiene é outro fator, pois alguns catadores não usam luvas e colocavam a mão na boca. Em uma associação, as catadoras responsáveis pela triagem dos papéis, além da posição pouco ergonômica em determinado momento, pararam para tomar café no mesmo local sem lavar as mãos e ali se alimentaram. No processo de triagem, algumas catadoras, ao encontrarem embalagens de produtos de limpeza ou beleza cheiram o produto, o que pode ocasionar irritações ou intoxicações.

Outro fator são as doenças, como pressão alta, diabetes, obesidade, problemas físicos, como coluna, ingestão de alimentos não saudáveis e pouco gasto de energia, dentre outros.

Mas, observou-se que os catadores e catadoras sabem da importância do seu trabalho para sociedade e que são a “base de sustentação da cadeia produtiva da reciclagem, chamando a atenção às atitudes ambientais, tais como repensar valores e hábitos de consumo, reduzir, reaproveitar e reciclar” (SILVA, 2014, p. 253).

### **4.2.3 Síntese da análise da sustentabilidade da rede e seus nós**

O Quadro 13 sintetiza os itens que se apresentaram em cada empreendimento e na Rede CATAVALES durante a pesquisa. Tais itens foram analisados a partir de um olhar qualitativo do processo de sistematização das informações.

**Quadro 13 - Resumo analítico dos empreendimentos e da Rede CATAVALES**

Dimensão	Componentes	Indicadores	Associações de Catadores						Rede Catavales
			Belo Oriente/ Cachoeira Escura	Coronel Fabriciano	Governador Valadares	João Monlevade	Teófilo Otoni	Timóteo	
Econômica	Mercantil	Venda de produtos/Serviços	<b>Presente:</b> Mas, não é regular.	<b>Presente:</b> Mas, não é regular	<b>Presente</b>	<b>Presente</b>	<b>Pouco Presente:</b> Não é suficiente para cobrir despesas	<b>Presente</b>	<b>Presente:</b> Mas, não é regular. Realizada através da associação de João Monlevade
	Não Mercantil	Subsídios Governamentais	<b>Presente:</b> Projeto Financiado pela Fundação do Banco do Brasil para implantação da coleta seletiva e construção do galpão. A partir da comprovação da venda, há Bolsa catador do estado de Minas Gerais	<b>Pouco Presente:</b> Parceria com a prefeitura para pagamento do motorista e contratação do caminhão	<b>Presente:</b> parceria com a prefeitura para coleta seletiva pagamento da empresa coletora. A partir da comprovação da venda, há Bolsa catador do estado de Minas Gerais.	<b>Presente:</b> parceria com a prefeitura para coleta seletiva, pagamento do caminhão, passagens, água e luz. A partir da comprovação da venda, há Bolsa catador do estado de Minas Gerais.	<b>Ausente</b>	<b>Presente:</b> Projeto Financiado pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	<b>Pouco Presente:</b> Acesso ao CATAFORTE III A partir da comprovação da venda, há Bolsa catador do estado de Minas Gerais.
		Subsídios não Governamentais	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Pouco Presente:</b> Projeto associação empresas de cosméticos	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>
		Doações Monetárias (nível individual)	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>
	Não Monetárias	Trabalho Voluntário	<b>Ausente</b>	<b>Pouco Presente:</b> Ex-	<b>Ausente</b>	<b>Presente:</b> Participação do	<b>Presente:</b> contador	<b>Ausente</b>	<b>Presente:</b> parcerias com

				funcionário da prefeitura que continua auxiliando o empreendimento		Laboratório de Extensão INCOP/UFOP			contador, INSEA, MNCR
		Doações não Monetárias (móveis, equipamentos, etc)	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Pouco Presente:</b> doações da comunidade e dos carrinhos pelo BID	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>
		Prática Reciprocitárias (ações comunitárias, mutirões, formas de troca/dádiva)	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Pouco Presente:</b> palestras em escolas e espaços comunitários.	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>
Social	Construção do vínculo Associativo	Padrão de sociabilidade	<b>Secundário</b>	<b>Misto</b>	<b>Misto</b>	<b>Secundário</b>	<b>Predomínio primário</b>	<b>Secundário</b>	<b>Secundário</b>
		Grau de coesão social	<b>Regular</b>	<b>Baixo</b>	<b>Alto</b>	<b>Regular</b>	<b>Baixo</b>	<b>Regular</b>	<b>Baixo</b>
	Qualidade	Qualidade de Vida	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>
		Qualidade e Segurança no Trabalho	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Presente:</b> mas, nem sempre há cumprimento por parte de alguns catadores	<b>Presente:</b> mas, nem sempre há cumprimento por parte de alguns catadores	<b>Ausente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>
Política	Nível interno	Grau de democracia interna	<b>Regular</b>	<b>Regular</b>	<b>Alto</b>	<b>Regular</b>	<b>Baixo</b>	<b>Alto</b>	<b>Baixo</b>
		Grau de comprometimento	<b>Regular</b>	<b>Regular</b>	<b>Alto</b>	<b>Regular</b>	<b>Baixo</b>	<b>Alto</b>	<b>Baixo</b>
	Nível institucional	Existência de ação pública	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Pouco Presente:</b> através das palestras na comunidade e	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Ausente</b>

						participação no Conselho Municipal de Assistência Social			
		Nível de articulação de redes	<b>Regular</b>	<b>Baixo</b>	<b>Regular</b>	<b>Alto</b>	<b>Baixo</b>	<b>Baixo</b>	<b>Regular</b>
		Grau de autonomia institucional	<b>Regular</b>	<b>Regular</b>	<b>Regular</b>	<b>Regular</b>	<b>Regular</b>	<b>Regular</b>	<b>Regular</b>
Gestão	Infraestrutura	Acesso aos meios de produção	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Presente</b>	<b>Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Presente</b>	<b>Presente:</b> através das associações e estrutura da associação de João Monlevade
		Acesso à tecnologia gerencial	<b>Ausente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Presente</b>	<b>Presente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Presente</b>	<b>Presente</b>
		Acesso a espaço físico	<b>Presente:</b> porém precário	<b>Presente:</b> porém instável devido à dependência do governo municipal para pagamento do espaço.	<b>Presente</b>	<b>Presente</b>	<b>Presente:</b> porém precário	<b>Presente</b>	<b>Pouco presente:</b> espaço físico não é próprio e compartilhado com as dependências da Associação de João Monlevade
	Conhecimento	Habilidade técnica	<b>Presente</b>	<b>Presente</b>	<b>Presente</b>	<b>Presente</b>	<b>Presente</b>	<b>Presente</b>	<b>Presente</b>
		Habilidade gerencial	<b>Pouco Presente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Ausente</b>	<b>Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>
		Formação geral (sociopolítica)	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>	<b>Pouco Presente</b>

Fonte: Adaptado a partir de Reis (2005) e foram acrescentados o componente “qualidade” e os indicadores “qualidade de vida” e “qualidade e segurança no trabalho”.

A pesquisa mostra as formas e conteúdos das relações sociais existentes nessa rede a partir de seus nós e sua influência na dinâmica da mesma. Sua relação não é mecânica, ou seja, suas relações e consequências não necessariamente dependem das características da rede, mas dos recursos e propósitos existentes em determinado momento e contexto em que os catadores estão inseridos, pois algumas associações manifestaram o interesse de interagir e comercializar via rede, porém não têm recursos financeiros para envio dos materiais à central que fica em João Monlevade. Outras observaram que o valor de comercialização que conseguem junto às indústrias de reciclagem é o mesmo se comercializassem via rede e também estão geograficamente localizadas próximas aos compradores, o que reduz os custos financeiros com o transporte.

Observa-se que no contexto da Rede CATAVALES, conforme o Quadro 15, retrata parte da realidade das associações, confirmando a importância de cada laço e nós da rede e sua influência na sustentabilidade da mesma.

É perceptível que a Economia Solidária potencializa o desenvolvimento de várias relações socioproductivas ou que se relacionam com o modo de produção capitalista a partir de estratégias de cooperação e solidariedade dos trabalhadores. Como reforçado por alguns autores como Hespanha e Santos (2011), Carneiro (2011) e Gaiger (2004), essa relação com o capitalismo exige um olhar atento para as consequências dessa relação, como, por exemplo, transformar os associados em “pequenos capitalistas”, vivendo em função e alienação do capital, mesmo que estejam em um contexto autogestionário

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar e discutir a sustentabilidade social de redes solidárias de forma a compreender questões sobre tipos e níveis de cooperação, que apontem para o alinhamento com os princípios da Economia Solidária e incorporem a discussão acerca da sustentabilidade como conceito a partir das experiências da Rede CATAVALES em Minas Gerais, além de refletir sob três eixos conceituais, que são Redes Solidárias, Economia Solidária e Sustentabilidade Social.

Uma pesquisa interdisciplinar nos leva a refletir sobre os fenômenos sociais, como a Economia Solidária, pois esses são complexos e, como tal, é no mínimo um equívoco tentar interpretá-los a partir de um único olhar, ou seja, disciplinar. Em qualquer tentativa de analisá-los, será de forma parcial devido às várias escolhas teóricas e metodológicas disponíveis. Mas, mesmo que restrita, é necessário definir escolhas para a problematização do objeto a ser estudado.

Tentamos compreender essas temáticas a partir de três questionamentos que provocaram o presente estudo, pois a reflexão partiu da discussão sobre Redes Solidárias, que tem como uma das suas principais características o fato dos atores estarem reunidos em torno de um objetivo em comum, o que levanta a questão: **até que ponto estarem reunidos em torno de um objetivo comum garante aos atores a existência de cooperação?** Já a Economia Solidária tem como uma de suas propostas o resgate da cidadania através da geração de ocupação e renda, levantando a questão: **até que ponto o fato de participar dessas redes atende aos reais princípios da Economia Solidária?** A discussão sobre a Sustentabilidade Social, vinculada às questões econômicas, ambientais e das relações interpessoais, surge para legitimar a verdadeira condição de sustentabilidade que, em qualquer esfera, é intrínseca à condição de bem estar e qualidade de vida do ser humano, por sua vez, trazendo a pergunta: **até que ponto há efetivo consenso acerca do que seja sustentabilidade?"**

A partir da pesquisa realizada e seus resultados, pode-se considerar que a temática dos catadores nos leva a rever e questionar várias questões teóricas ao confrontar teoria e realidade, ou seja, o real com o ideal muitas vezes defendido pelos seus idealizadores, porém, no contexto dos catadores, várias questões podem

ser questionadas, revisadas e ampliadas, principalmente no que tange aos ideais, como da Economia Solidária e sustentabilidade.

Apesar dos empreendimentos solidários não se pautarem teoricamente no econômico, no contexto dos catadores, isso é revisto e questionável, não pelo viés da acumulação do capital, mas pela necessidade de sobrevivência e limitações de opções.

Observa-se que os catadores sofrem tanto a exclusão como a marginalização pelo processo de inclusão, ou seja, são incluídos produtivamente através da oportunidade de exercer a profissão de catador que, ao mesmo tempo, os marginaliza economicamente no contexto da cadeia produtiva, sendo o elo menos valorizado apesar de ser o mais importante. São excluídos socialmente pelo estigma da profissão, devido ao preconceito que o catador sofre por trabalhar com resíduos, apesar de que nesta cadeia outros profissionais trabalham com o mesmo material e não sofrem tal distinção psicossocial, o que reforça que eles são o elo mais fraco ou menos valorizado nesta cadeia produtiva.

Com certeza, a sociedade e a academia têm muito a aprender com os catadores, pois são profissionais que, a partir de realidades de informalidade, problemas e baixa escolaridade têm muito a ensinar, pois, apesar de todos os obstáculos, continuam lutando e, de uma forma e ou de outra, sobrevivendo e superando os obstáculos socioeconômicos.

A maioria dos catadores não se torna catadores por que querem, buscam esta profissão por uma necessidade e por não se enquadrarem nos padrões exigidos pela sociedade, principalmente, pelo mercado capitalista, em que muitos apresentam perfis, como limitações física e mental, idade avançada, pouca escolaridade, dentre outros. O fato de estarem inseridos em grupos coletivos, como associações e cooperativas, não é garantia que atuem dentro dos preceitos da Economia Solidária como apresentado pelos seus defensores. Mas, no caso dos catadores, pode até ser justificado, justamente por buscarem essa profissão mais como uma alternativa inicial para suprir suas necessidades de sobrevivência e à medida que se descobrem e se conscientizam enquanto catadores, profissionais ambientais que são, talvez sim incorporem os preceitos da Economia Solidária defendida por lideranças dos movimentos dos catadores, que apresentam consciência sociopolítica da importância da profissão e uma visão inovadora sob o aspecto social e econômico vinculado à cadeia de resíduos.

Em algumas realidades, vários parceiros e lideranças acham que os catadores são preguiçosos ou improdutivos, mas o não produtivo não se restringe à motivação econômica, ou seja, não se limita a visão do *homo economicus*. Vários fatores podem levar um profissional a diminuir sua produtividade, principalmente, o contexto organizacional em que ele está inserido, sendo influenciado por fatores psicossociais envolvidos, como a falta de reconhecimento, os estigmas, a maneira como são tratados, etc. Tanto as motivações psicossociais e econômicas estão intrinsecamente atreladas, pois uma influencia no alcance da outra.

São necessárias ações mais efetivas de promoção e emancipação socioproductiva e política dos catadores, pois a consciência política se limita as lideranças de cada associação que geralmente participam dos processos de negociação, comercialização, participação em eventos vinculados às temáticas dos catadores etc. Ao mesmo tempo que alguns deles têm consciência da importância do catador nas instâncias sociais, políticas, econômicas e ambientais, também oprimem os próprios colegas através do modo de agir, falar, tratar e conviver com seus colegas. Essas lideranças vivem na linha entre o mercado capitalista, através das negociações com a indústria de reciclagem, e os ideais dos catadores defendidos pelos mesmos, através, por exemplo, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

A Rede CATAVALES apresenta grandes potenciais sociopolítico, econômico e ambiental por sua temática vinculada às questões ambientais e os próprios ideais embutidos nas histórias de lutas dos catadores. Porém, ela apresenta níveis de maturidade diferentes que precisam ser trabalhados para serem mais eficientes. Isso é perceptível através das suas relações intra e inter rede a partir de seus nós com outros atores e da própria rede com seus membros, pois tem se limitado a comercialização não colocando em prática os princípios propostos em seu estatuto, novamente o real e o ideal se confrontando por vários fatores.

A sustentabilidade social da Rede CATAVALES é questionável, mas isso não quer dizer que não tenha potencial para ser desenvolvida, pois, a partir do estudo, percebeu-se que apesar da defesa do social ser um dos alicerces importantes para promoção da sustentabilidade não é a único. Como no olhar interdisciplinar que nos ensina que os problemas são interdisciplinares, a sustentabilidade, exigindo tal olhar, também não deve ser vista de forma singular, sendo necessária uma sustentabilidade plural, que talvez seja capaz de promover, de forma eficiente, a real

sustentabilidade dos empreendimentos e redes solidárias, atendendo aos ideais implícitos e desejados pelos seus defensores, primando por organizações socialmente justas, economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis.

Na pressão por resultados, o ser humano deixa de olhar para si, esquecendo de dialogar, caindo em silêncio, impactando no desenvolvimento do saber e do reconhecimento de si e do ambiente, no qual influencia e é influenciado.

É no coletivo que se desenvolvem as transformações sociais, a partir das relações, as individualidades e subjetividades impactam na sua autonomia, auxiliando no que tange às questões políticas e, até mesmo, reprimindo uns e fortalecendo outros a partir de uma vontade dominante. Assim, o indivíduo precisa se reconhecer como membro do coletivo, pois esses campos de objetividade e intersubjetividade provocam conflitos, os quais impactam diretamente aos envolvidos.

Trata-se do emocional ao qual o associado está submetido, pois, ao mesmo tempo em que pode ocorrer aumento da satisfação por fazer parte do coletivo, pode desencadear estresse em razão da não compreensão de si, do seu papel no coletivo e a visão do coletivo sobre si, desencadeando estratégias de defesa não consciente, o que acaba afastando pessoas que não estejam totalmente integradas, principalmente, pela dificuldade de lidar com as diferenças.

Pode-se considerar que as associações que compõem a Rede CATAVALES tornaram-se instrumento de organização e gerenciamento econômico que, talvez, signifique para os catadores sua única fonte de renda e oportunidade de trabalho. Sendo assim, um dos desafios dessa Rede pode ser a capacidade dos trabalhadores em organizar e reorganizar suas condições de trabalho; resolver problemas de produção e gestão; tomar decisões coletivas; desenvolver estratégias e tecnologias que respeitem os princípios da Economia Solidária e da sustentabilidade.

Esse mesmo ambiente capitalista, que desenvolve exclusões, coesões e contradições em vários aspectos, está reconhecendo a partir das relações socioprodutiva que as associações e ou cooperativas podem proporcionar experiências e conhecimentos sobre formas de enfrentamento de questões socioeconômicas. E assim, estabelecem parcerias ainda em níveis desproporcionais de financiamento das atividades, como entidades públicas a partir de cumprimentos

da lei ou grupos de empresas que, por visão ou pressão, têm buscado auxiliar algumas iniciativas como as dos catadores.

Outro fator observado na pesquisa é que se o vínculo entre os associados com a organização é frágil às questões vinculadas, a gestão democrática será ineficaz e frágil também. E se não houver mudanças, as relações laborais como o comprometimento dos associados com a organização se tornarão enfraquecidos, tornando o grupo suscetível a fatores, sejam eles internos e externos, que impactarão negativamente na organização e gestão do empreendimento.

Muitas pessoas com dificuldade de inserção no mercado tradicional de trabalho apresentam relações sociais que podem enfraquecer, o que tem feito com que esses indivíduos busquem novas formas de sobrevivência. Muitas vezes nem se questiona sobre viver bem, mas sim sobreviver, dedicando-se a atividades informais ou atividades coletivas com a esperança de unir forças para o enfrentamento das desigualdades.

As mulheres, cada vez mais, têm se destacado no mercado de trabalho, o que não é novidade, pois elas sempre contribuíram para produção de bens e serviços e com a riqueza social desde o ambiente familiar ao de produção tradicional.

Realizar pesquisas visando o entendimento das dinâmicas, gestão e sustentabilidade de redes solidárias auxiliam no acompanhamento das forças, às quais elas estão sujeitas, além de analisar influências dos meios internos e externos que criam, interagem e se inserem.

Pesquisar sobre sustentabilidade dessas organizações apresenta um desafio devido a sua complexidade a partir de elementos históricos e sociais, como transformações econômicas, sociais, políticas, necessidades dos indivíduos, dentre outros. Nesses cenários, as áreas como sociologia, antropologia, direito, psicologia, administração e engenharia de produção podem ser vistas como “disciplinas” sociais que auxiliam na articulação do entendimento organizacional, técnico, operacional, comportamental, etc, ampliando as visões a partir de olhares mais interdisciplinares sobre as relações de suas aplicabilidades. Levam à reflexão se qualquer organização que busca a sustentabilidade social incorpora, também, além de técnicas vinculadas a dados quantitativos (financeiros), valores pessoais, conhecimento visando resultados junto a sociedade.

A gestão de empreendimentos solidários apresenta-se com propósitos sociais como é de fato conferida a função social da organização não só pelas contribuições que presta a sociedade, mas sua capacidade de reproduzir novos valores aos seus membros e à comunidade em que está inserida. O social não pode ser visto simplesmente como um anexo ou complemento do econômico, apresenta-se como conjunto de ações, relações, representações e estruturas sociais que se dão em espaços tantos econômicos, culturais, políticos, ambientais, etc., e que são realizados por pessoas, formal ou informalmente, gerando valores e criando o tecido social.

A Rede CATAVALES precisa entender e resgatar sua verdadeira missão, a qual a legitima social, econômica e politicamente, buscando amadurecer novas estratégias a partir do resgate e consciência sobre sua real finalidade e potencialidade sob a visão solidária e da sustentabilidade.

Observa-se que, no contexto das associações, a gestão coletiva sofre impactos negativos, pois uma das possíveis causas pode ser a subordinação dessas associações perante as organizações detentoras do capital e do poder, ou seja, empresas capitalistas e governo que interferem no funcionamento desses empreendimentos, como pode ser identificado na pesquisa.

Sobre o mercado e o capitalismo, o primeiro é um mecanismo que por si só não gera a desigualdade e a alienação, que são consequências do capitalismo e que, segundo alguns autores, são próprios dos mercados capitalistas e não dos mercados de forma geral, pois, através do estudo, observou-se que existem outros mercados e forma de economia a partir das relações sociais que, de certa forma, enfrentam e contradizem o mercado predominante, buscando promover estratégias e conhecimentos que sejam capazes de produzir mais igualdade, cooperação, solidariedade e democracia, incentivando novas formas de distribuição de riquezas.

As redes solidárias podem ser uma via para incorporação de novos preceitos a partir de aspectos como reciprocidade e novos vínculos sociais, capazes de fortalecer uma economia mais solidária e desenvolvimento de ações com justiça social e responsabilidade ambiental, e da conscientização do potencial dos empreendimentos solidários que conseguem conciliar o espírito empresarial e solidário, unindo características, como autogestão e cooperação, que poderão ter como consequência a sustentabilidade dessas organizações.

Não importa o tamanho das organizações produtivas, sejam em rede ou individuais, mas como se dão as relações territoriais e sociais, pois, a partir delas, pode-se potencializar várias formas, sejam em nível local ou regional, respondendo estratégica e eficientemente as demandas sociais, econômicas, políticas, dentre outros.

No contexto dos catadores, a questão psicossocial é um fator que impacta negativamente na sustentabilidade das suas ações, pois esses profissionais lutam contra estigmas, marginalização e exclusão social, vivendo muitas vezes a partir de uma economia marginal, sendo um desafio a ser superado pelas organizações, as quais devem assumir funções sociais, políticas e culturais diversas que contrabalancem a exclusão a que eles são vítimas. Entre as possibilidades de ações, tem-se o acesso dos catadores a serviços básicos cuja ausência reforça sua marginalização e exclusão, como educação, acesso à saúde, representação nos espaços de decisões públicas, dentre outros, capazes de promover o resgate da cidadania dessas pessoas e profissionais, pois, no atual contexto, eles ainda dependem da “caridade” de organizações sociais e parcerias com organizações públicas que, mesmo com legislações que tentam organizar a relação pública com os catadores, ainda encontram barreiras sociais, políticas e até epistemológicas.

As pesquisas que têm como base a Economia Solidária, por trabalhar formas econômicas coletivas e autogestionárias, exigem uma visão sistêmica e indissociável das dimensões sociais, políticas e econômicas dessas organizações. Mas, ainda há olhares que se limitam ou são preconceituosos sobre estas outras formas de economia, organização e produção, que muitas vezes são vistas como sendo somente realizadas por pobres que buscam alcançar igualdade econômica capitalista e não um verdadeiro reconhecimento sobre a Economia Solidária como outra forma de economia capaz de apresentar características plurais de relações socioeconômicas e produtivas.

Alguns autores defendem que, para uma economia real adquirir coerência, os processos sociais devem ser institucionalizados, porém, através da pesquisa, observou-se que podem até ser institucionalizados, mas não necessariamente formalizados para interagir e alcançar determinadas metas, como o caso da Rede CATAVALES, que, apesar de ser informal, tem conseguindo comercializar os materiais recicláveis, mesmo de forma limitada não por questões burocráticas e jurídicas, que também existem, mas por alguns obstáculos. Para a formalização da

rede CATAVALES, é preciso resgatar seus ideais, missão e objetivos propostos em seu estatuto, ou seja, focar em suas relações sociais e não se limitar as relações produtivistas.

Quanto às questões de direitos dos catadores, há algumas conquistas, porém observa-se que ainda há muito a se fazer e avançar, pois as políticas públicas só serão eficientes quando forem justas com práticas reais de mudança. Para tal, é necessário a mudança da postura das pessoas, proporcionando uma nova consciência para que seja capaz de mudar e se colocar no lugar do “outro” a partir da aceitação da diversidade e inclusão socioambiental.

Infelizmente, a sociedade apresenta fortemente características do capitalismo e da hegemonia proporcionada pela globalização a partir de padrões que segregam pessoas, principalmente, as que estão em desigualdade social. Com isso, geram-se injustiças ambientais, marginalizando social e ambientalmente cidadãos, além de situações e condições que não permitem o seu desenvolvimento como as demais pessoas.

Mas, várias iniciativas têm buscado novas formas de enfrentamento às injustiças sociais, ambientais e cognitivas, proporcionando novas alternativas de emancipação, resgate dos direitos, qualidade de vida e dar voz aos grupos marginalizados ou excluídos.

A Economia Solidária se apresenta como uma das estratégias de promoção socioproductiva, política, ambiental e sustentável ao demonstra que para alcançar tais resultados não é necessário terminar com o mercado. Mas, que a mudança pode ocorrer dentro do mercado, dando novos olhares e significados para o mesmo a partir de uma Economia Solidária, justa e sustentável.

Pelo presente estudo, observou-se que as redes solidárias como outras tipologias de redes estão suscetíveis a conflitos de poder, que, se não forem trabalhados de forma eficiente, impactarão negativamente na cooperação, solidariedade, participação, democracia e nos ideais dessas redes. Ao perder os seus verdadeiros sentidos e ideais, podem se submeter a projetos políticos diferentes ou, no mínimo, limitantes em relação ao que foram idealizadas.

Sobre a perspectiva apresentada por Polanyi referente aos modelos econômicos, ou seja, a domesticidade, reciprocidade, redistribuição e mercado, as organizações vinculadas ao movimento de Economia Solidária têm apresentado formas híbridas, a partir do diálogo que elas apresentam com a diversidade

econômica, que desenvolvem as combinações dessas várias formas buscando a promoção socioeconômica. Apesar de existir uma diversidade de perspectivas e objetivos na Economia Solidária, isso não impede que uma pesquisa proponha análise sobre sua dinâmica e funcionalidade enquanto projeto social perante uma economia capitalista e suas várias relações sociais e econômicas.

A Rede CATAVALES precisa entender e se conscientizar do seu potencial coletivo, revolucionário, sendo capaz de desenvolver uma economia democrática, além da política e a cultura para um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e sustentável, e, assim, desencadear novas conexões que sejam capazes de potencializar a sinergia que ela é capaz de gerar, avançando na conscientização da colaboração solidária e na evolução da rede.

Mesmo que a produção e o econômico sejam uma parte importante das iniciativas solidárias e que, em alguns casos, motivam a participação das pessoas, é necessária a criação de um projeto alternativo ao contexto individualista e capitalista, para garantir a sustentabilidade dessas organizações. É importante trabalhar as dinâmicas que não se limitam ao econômico e que proporcionam a conscientização cultural, social, afetiva, política, dentre outros também vinculados a essa forma de produção. Ou seja, são necessárias ações e visões holísticas para eficiência a partir de processos econômicos e não econômicos que se complementam, podendo proporcionar uma sustentabilidade mais plural.

Não foi a proposta desse estudo isentar as organizações da Economia Solidária das realidades sociais existentes, limitando-se na busca de qualidades e supervalorização da mesma, mas, tentar incluí-la em uma totalidade social a partir do entendimento de suas relações como o modo de produção que produzem e interagem e aprender sobre sua função social. Percebe-se que há contradições na realidade interna dessas organizações da Economia Solidária a partir dos ideais defendidos pelos seus representantes. Portanto, desconsiderar essa contradição pode vincular qualidades e benesses que não existem ou que são limitadas em seu desenvolvimento.

Enfim, o que se observa é a existência de várias lógicas e interações envolvendo não só o econômico, mas o não econômico, o social e político, que influenciam direta ou indiretamente na dinâmica dos grupos que se dizem trabalhar na perspectiva da Economia Solidária e automaticamente na sua sustentabilidade. No contexto da Economia Solidária, é possível pensar em uma sustentabilidade

plural a partir da indissociabilidade entre o econômico, social e político. Assim, o presente estudo teórico e empírico apresentou vários elementos que podem influenciar na sustentabilidade desses empreendimentos solidários e na busca por uma sustentabilidade social é necessário considerar outras dimensões que influenciam e são influenciadas por ela.

Quanto aos trabalhos futuros, sugerem-se novos estudos que sejam capazes de ampliar a discussão sobre a sustentabilidade, principalmente, social no contexto dos catadores, economia solidária e redes de catadores, além de pesquisar e contribuir na construção de um modelo para análise da sustentabilidade social e gestão da sustentabilidade plural de redes solidárias de catadores de materiais recicláveis.

## REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. **Estratégia e oportunidades locais**: um estudo sobre rede dinâmica em aglomerados de empreendedores de base artesanal. 2002. Tese (Doutorado) - COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, 2002.

\_\_\_\_\_. **Comunidades do movimento alternativo: uma perspectiva autogestionária**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

\_\_\_\_\_; BARBOSA, V. R. Monitoramento do processo de gestão da associação de catadores de materiais recicláveis de São João del Rei/ASCAS. *In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFOP*, 13, 2005, Ouro Preto/MG. **Anais ...** Ouro Preto, MG: UFOP, 2005.

ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J.A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil- uma introdução. *In: Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Dunação Ford, 2004.

ADAMS, T; FERREIRA, F.C; FRANK, J; ROCHA, M. Educação e Economia Solidária: uma análise das relações de participação e poder. **Educação em Foco**, ano 18, n. 25, p. 227-252, jul. 2015.

ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L.A.; KRUGLIANSKAS, I. Práticas socioambientais estratégicas. *In: Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio*. São Paulo: Atlas, 2009.

ALVES, J. C. M. Gestão de organizações do Terceiro Setor. *In: Albuquerque, G. A. S. de (org.). Coleção Administração EaD: Curso de Bacharelado/módulo VII*. Manaus: Ed. Universidade Federal do Amazonas - ADUA, 2012. v. 1, p. 97-137.

\_\_\_\_\_; ABREU, J.C. O Projeto Acontece: Uma Experiência no Desenvolvimento de uma Mobilização Social em Rede de Cooperação. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESENVOLVIMENTO LOCAL, TRABALHO E AUTONOMIA*, 3, 2005, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: USP, 2005.

\_\_\_\_\_; MEIRELES, M. E. F. Gestão de resíduos: as possibilidades de construção de uma rede solidária entre associações de catadores de materiais recicláveis. **Sistemas & Gestão**, v. 8, n. 2, p. 56-66, 2013.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. & GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

AMATO NETO, J. A. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**: oportunidades para as pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2000.

ARAUJO, A.L; RODRIGUES, B.A; TALLES, L.B; VAZ, M.C.S; BITTENCOURT, J.V.M. A bibliometric analysis of the Scielo database: a Brazilian portfolio of the solidarity economy. **Scientometrics**, 112, p. 1–20, 2017.

ARAÚJO, F.M.de B; ALVES, E.M; CRUZ, M.P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, v.1, n.1, p. 31-40, jan./jun. 2009.

ARAÚJO, G.C; BUENO, M.P; SOUSA, A.A; MENDONÇA, P.S.M. **Sustentabilidade empresarial: Conceito e Indicadores**. In.: Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2016**. São Paulo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2014**. São Paulo, 2015.

AULER, F.; NAKASHIMA, A. T. A.; CUMAN, R. K. N. Health Conditions of Recyclable Waste Pickers. **Journal of Community Health**, v. 39, p. 17-22, 2014.

BAGGIO, R.C. **Justiça ambiental entre redistribuição e reconhecimento: a necessária democratização da proteção da natureza**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BEHS, I, M. Educação para saúde do catador de material reciclável: produção em programas de pós-graduação do contexto nacional. **Competência**. Porto Alegre, RS, v.6, n.1, p. 75-89, jan./jul. 2013.

BENINI, E. A.; NEMIROVSKY, G. G.; BENINI, E. G. A práxis do trabalho associado: da Economia Solidária para a perspectiva da solidariedade orgânica e autogestão societal. **Revista Org & Demo**, v. 13, n. 2, p. 9-20, 2012.

BERGONSI, S.S.S; STOLTZ, T. Economia Social ou Economia Solidária? Sobre os Fundamentos do Movimento Cooperativo Popular no Brasil. **Cadernos Gestão Social**, v.5, n.2, p. 339-356, jul./ dez. 2014.

BERNARDES, E.M; VENTURA, C.A.A. A Sociologia das Ausências como referencial teórico para a pesquisa em Enfermagem psiquiátrica e em saúde mental. **Texto Contexto Enferm**, v. 26, n. 4, p. 1-11, 2017.

BORTOLI, M. A. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálisis**, v. 12, n. 1, p. 105-114, 2009.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.27. n.79, p. 133-144, 2013.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, 2010. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm) >. Acessado em: abr./2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupação**. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf> Acessado em: 20 abr. 2018.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. *In*: MARUANI, M; HIRATA, H (org.). **As novas fronteiras da desigualdade**. São Paulo: Ed. SENAC, 2003.

BURT, R.S. **Structural Holes**. Cambridge: Harvard University, 1992.

CALBINO, D; BARRETO, R; DINIZ, A. P. P. Economia Solidária e Políticas Públicas: uma aproximação possível, mas desejável? **Gestão Contemporânea**. Porto Alegre, ano 8, n.9, p. 129-154, jan./jun. 2011.

CAMPOS, H. K. T. Articulação e integração das ações para gerar trabalho e renda. *In*: MELLO, C.; STREIT, J.; ROVAI, R. (Orgs.). **Geração de trabalho e renda, Economia Solidária e desenvolvimento local: A contribuição da Fundação Banco do Brasil**. São Paulo: Publisher; Fundação Banco do Brasil, 2006. p. 35-42.

CARNEIRO, V. Entre o público e o privado: uma reflexão sobre o lugar da ação política na prática da Economia Solidária no Brasil. *In*: HESPANHA, P.; SANTOS, A.M. **Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Edições Almedina; CES, 2011.

CORRÊA, G.N. **Proposta de integração de parceiros na formação e gerencia de empresas virtuais**. Tese (Doutorado em Engenharia) Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1999.

CARRION, R. M. Competição e conflito em redes de Economia Solidária: análise do projeto de implantação da Central de Comercialização de Resíduos Sólidos de Porto Alegre (Brasil). **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 547-557, dez. 2009.

CARVALHO, A.G. O Substantivismo Polanyiano e os Novos Modelos do Mercado na Mesopotâmia. **Rev. hist.**, n. 173, p.15-51, jul./dez. 2015.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L.H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 1998.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros, 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999;

CATAVALES. **Estatuto Social da Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis da Rede de Economia Solidária Regional Leste - Rede Catavales**. 2016.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R.. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIEGIS, R.; RAMANAUSKIENE, J.; MARTINKUS, B. The concept of sustainable development and its use for sustainability scenarios. **Inzinerine Ekonomika-Engineering Economics**, n. 2, p. 28-37, 2009.

COSTA NETO, C.; ANJOS, M.B. **Dimensões sociais da sustentabilidade em assentamentos rurais no Brasil: um enfoque teórico-metodológico**. S.d. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/15.pdf>. Acesso em: 20 abr.2018.

CRESWELL, J.W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRUZ, A; SANTOS, A.M. A Economia Solidária e as novas utopias: permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo económico. *In*: HESPANHA, P; SANTOS, A.M. **Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Edições Almedina; CES, 2011.

CUNHA, G. C; SANTOS, A. M. Economia Solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. *In*: HESPANHA, P; SANTOS, A. M. **Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas**, Coimbra: Edições Almedina: CES, 2011.

DIAS, S. M. **Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE**. 2002. Dissertação (Mestrado) - FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, MG, 2002.

DILLARD, J; DUJON, V; KING, M. E. Introduction. *In*. **Understanding the social dimension of sustainability**. New York: Routledge, 2009.

DINIZ, S. Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural. *In*: ENANPUR, 17, 2017, São Paulo. **Anais ...** São Paulo, 2017.

DOCHERTY, P.; KIRA, M.; SHANI, A.B. **Creating sustainable work systems: developing social sustainability**. Routledge, 2009.

DUARTE, J. **Redes sociais: as inter-relações organizadas**, 2000. Disponível em: <http://www.setor3.com.br>. Acesso: 20 abr. 2018.

DUARTE, L.M.G.; NASCIMENTO, E.P.; PEREIRA FILHO, S.R.; VIANA, J.N.S. Construção de campo interdisciplinar e trajetória do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. *In*: PHILIPPI JR., A.; SILVA NETO, A.J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. São Paulo: Manole, 2011.

DUJON, V.; DILLARD, J.; BRENNAN, E.M. **Social sustainability: a multilevel approach to social inclusion**. New York: Routledge, 2013.

ELIAS, N.; SCOTSON, J.L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIA, J.H. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 2-25, jan./jun. 2014.

FEIL, A.A; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 3, p.667-681, jul./set. 2017.

FERNANDES, F.M.B; MOREIRA, M.R. Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na saúde coletiva. **Physis. Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 511-529, 2013.

FERNANDES, J. R. S; PIRES, A. Metas de produção em cooperativas de recicláveis: tensões entre ambiente cooperativo e atuação competitiva. *In.*: **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 2, p. 184-192, abr./jun., 2016.

FERRAZ, D.L.S; DIAS, P. Discutindo Autogestão: Um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. **O&S**, v.15, n.46, p. 99-117, jul./set. 2008.

FERREIRA, A. J.; ANJOS, L. A. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p.689-696, maio/jun. 2001.

FERREIRA, L.C. Sustentabilidade: Uma abordagem histórica da sustentabilidade. *In.*: FERRARO JUNIOR, L. A. (org.). **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

FESTINGER, L. **A Theory of Cognitive Dissonance**. Evanston: Row Person, 1957.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE J. L. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. Terceiro Setor, Economia Solidária, Economia Social e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise & dados**, v.. XXII, p. 9-19, 2002.

FRASER, N; HONNETH, A. **Redistribucion o reconocimiento? Un debate politico-filosófico**. Madrid: Ediciones Morata, 2006.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e o sentido das novas formas de produção não capitalista, Cayapa. **Revista Venezuelana de Economia Social**, v. 4, n. 8, p. 9-37, 2004.

\_\_\_\_\_. Empreendimento econômico solidário. *In*: CATTANI, A. D. *et al.* (org.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

GEORGES, I.P. H; LEITE, M. Novas configurações do trabalho e Economia Solidária: democratização, inclusão ou precarização? *In*: \_\_\_\_\_ (org.). **Novas configurações do trabalho e Economia Solidária**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2012. p. 13-30

GODOY, T.M.P. A Economia Solidária e o Estado: para uma Análise Crítica das Políticas Públicas no Brasil. *In*: HESPANHA, P.; SANTOS, A.M. **Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORBÁN, D. Reflexiones alrededor de los procesos de cambio social en Argentina: el caso de los cartoneros. **Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos**, Buenos Aires, v. 2, n. 8, p. 3-15, jul./set. 2004. Disponível em: <http://www.catedras.fsoc.uba.ar/udishal/elatina/08jul-set2004.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

GOULD, K.A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. *In*: ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J.A. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Dunação Ford, 2004.

GRANDORI, R.; SODA, A. Inter-firm network: antecedents, mechanisms and forms. **Organization Studies**, v. 16, n. 2, p. 183-214, 1995.

GRANOVETTER, M. The Strengh of Weak Ties: A Network Thory Revisited. **Sociological Theory**, v. 1, p. 201-233, 1983.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a Economia Solidária**. São Paulo: Loyola, 2005.

HESPANHA, P; SANTOS, A. M. **Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Edições Almedina; CES, 2011.

\_\_\_\_\_; SANTOS, L.L. O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e ausência de reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal. *In*: **As relações entre a Economia Solidária e o Estado**. Jun.2016. p. 24-69.

IASKIO, E. L. S. O que é Economia Solidária?. *In*: **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Curitiba: UFPR, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **João Monlevade**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-monlevade/panorama>. Acesso em: 20 Jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2016**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/default.php>. Acesso em: 20 jul. 2017.

INSTITUTO NENUCA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (INSEA). 2016. Disponível em: <http://www.insea.org.br>. Acesso em: jun. 2016.

JACOBI, P. Meio urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. *In*: CAVALCANTI, C (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

JESUS, C.; JESUS, E. L. D. **Responsabilidade social e Economia Solidária: um modelo de gestão auto-sustentável na Amazônia**. 2006. Disponível em: [http://www.angrad.org.br/resources/files/modules/producao/producao\\_749\\_201212051834228e9c.pdf](http://www.angrad.org.br/resources/files/modules/producao/producao_749_201212051834228e9c.pdf). Acesso em: 20 abr. 2018.

KEMP, V.H. OLIVEIRA, A. L. Inserção subjetiva em empreendimentos solidários. *In*: ABREU, J. C. (org.). **Cooperativismo popular e redes solidárias**. São Paulo: All Print, 2007.

KESSLER, C.K. **Politizando o conceito de redes de Economia Solidária: uma análise das relações à luz da teoria dos campos de Pierre Bourdieu**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

KREMER, A. M; AKAHOSHI, W. B; TALAMINI, E. Análise de Redes Sociais Informais Baseadas em Relações de Confiança Percebida. **Rev. FSA**, Teresina, v. 14, n. 4, p. 213-236, jul./ago. 2017.

LAVILLE, J.L. Práticas da Economia Solidária. *In*: MIYARES, A. *et al.* **Economia Solidária: desafios para um novo tempo**. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2003. (Cadernos FLEM; 5). Disponível em: <http://edital.flem.org.br/paginas/cadernosflem/pdfs/CadernosFLEM5-VersaoCompleta.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

LEAL, W. S. S. D. **Vida e Trabalho das Mulheres Catadoras de Resíduos Sólidos no aterro Municipal de Manaus**: um olhar para a comunidade Lagoa Azul. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, 2010.

LEMIEUX, V; OUIMET, M. **Análise Estrutural das Redes Sociais**. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.

L'ESTOILE, B. "Money Is Good, but a Friend Is Better": Uncertainty, Orientation to the Future, and "the Economy". **Current Anthropology**, v. 55, n.9, p. S62-S73, Aug. 2014.

LÉVESQUE, B. **Le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale**: quelques éléments de problématique. Avril 2016. (Les Cahiers du CRISES Collection Études théoriques; ET0604). Disponível em: [https://crises.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES\\_ET0604.pdf](https://crises.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES_ET0604.pdf). Acesso em: jun/2018.

LEWIS, J. **Alianças estratégicas**. São Paulo: Pioneira, 1992.

LIMA, F.P.A. A contribuição dos catadores organizados para os municípios e para a sociedade. *In: Seminário Nacional: Desafios para a reciclagem no início do séc. XXI*: o papel dos catadores. Belo Horizonte: UFMG, maio 2007.

LOUREIRO, C.F.B. Sustentabilidade e educação ambiental: controvérsias e caminhos do caso brasileiro. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.9, n.26, p. 37-70, set./dez. 2014.

LOURENÇO, M.L; CARVALHO, D. Sustentabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável. **RACE**, Unoesc, v. 12, n. 1, p. 9-38, jan./jun. 2013.

LYNCH, R.P. **Alianças de negócios, a arma secreta competitiva: como planejar, negociar e gerenciar alianças estratégicas competitivas**. São Paulo: Makron Books, 1994.

MACHADO, C.J.S; MELLO, M.B.C; BRANQUINHO, F. Uma Aproximação Teórica entre os Postulados do Ideal de Sustentabilidade a a Sociologia das Ausências de Boaventura Sousa Santos. **G&DR**, v. 8, n. 1, p. 288-310, jan./abr. 2012.

MAGIS, K; SHINN, C. Emergent themes of social sustainability. *In: DILLARD, J.; DUJON, V.; KING, M. C. (Eds.), Understanding the Social Aspect of Sustainability*. New York, NY: Routledge, 2009.

MAIA, A.G; PIRES, P.S. Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. **RAM, Rev. Adm. MACKENZIE**, v. 12, n. 3, p. 177-206, maio/jun 2011.

MANCE, E. A. **Aspectos filosóficos das redes de colaboração solidária**. 1999. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/aspectos.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Como Organizar Redes Solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, 2002a.

\_\_\_\_\_. Redes de Colaboração Solidária. *In: CATTANI, A. D; LAVILLE, J. L; GAIGER, L. I; HESPANHA, P. (org.). Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Edições Almedina; CES, 2009.

\_\_\_\_\_. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômicos-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b.

\_\_\_\_\_. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis : Ed. Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **A revolução das redes**. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis. Vozes, 2000.

MANI, V; AGRAWAL, R.; SHARMA, V. Social sustainability in the supply chain: analysis of enablers. **Management Research Review**, v. 38, n. 9, p. 1016 – 1042, 2015.

MATOS, F.; DIAS, R. A Gestão de Resíduos Sólidos e a Formação de Consórcios Intermunicipais. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 4, n. 3, p. 501-509, 2011.

MEDEIROS, L. F. R; MACÊDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**, v.18, n. 2, p. 62-71, mai./ago. 2006.

MENDES, J.M.G. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, p. 49-59, jul./dez. 2009.

MENESES, M.P. Justiça Cognitiva. In: CATTANI, A; LAVILLE, J.L; GAIGER, L.I; HESPANHA, P. (org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MIURA, P. O.; SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013.

MNCR. **Sobre o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis** Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr>. Acesso em: 20 maio 2018.

MOREIRA, A. M. M. **Riscos e agravos à saúde do trabalhador em centrais de triagem de materiais recicláveis**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública, 2017.

MOREIRA, L.M.M. **Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas relações com a Economia Solidária**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus, 2013.

NAROTZKY, S; SOURCE, N.B. Crisis, Value, and Hope: Rethinking the Economy An Introduction to Supplement 9. **Current Anthropology**, v. 55, n. 9, S4-S16, Aug. 2014.

NASCIMENTO, E.P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NASCIUTTI, J.C. R. **Reflexões sobre o espaço da psicossociologia**. S.d. Disponível em: <http://pos.eicos.psychologia.ufrj.br/wp-content/uploads/texto-reflex%C3%B5es-sobre-o-esp%C3%A7o.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

NEAMTU, B. Measuring the Social Sustainability of Urban Communities: The Role of Local Authorities. **Transylvanian Review of Administrative Sciences**, n. 37, p. 112-127, 2012.

NUNES, C.G.F; SILVA, P.H.I. Rumo a um Novo Mercado: Uma Abordagem Sociológica do Comércio Justo e Solidário. **Mercado de Trabalho**, Ipea, 49, p. 67-76, nov. 2011.

OLIVEIRA, D. R; CORREA, F. T. D. S; ANDRADE, D. C. T; PASSADOR, J. L. Teoria das Representações Sociais no Campo da Economia Solidária: Um Olhar Sobre a Coleta de Materiais Recicláveis. **Rev. FSA**, Teresina, v. 14, n. 1, art. 1, p. 03-29, jan./fev. 2017.

OTERO, C.S; RODRIGUES, M.T. Discriminação Ambiental: da Proteção das Minorias Excluídas pela Sociedade Contemporânea. **Revista de Direito da Cidade**, v. 10, n. 1, p. 257-287, 2018.

PAULI, J. **O poder nas redes de Economia Solidária**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PINHEL, J.R. (org.). **Do lixo à cidadania**: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PORTO, M.F.S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, p. 31-58, jun. 2011.

PORTO, R.C. A Sustentabilidade do Conhecimento: a proposta de Boaventura de Sousa Santos. **Convenit Internacional 25**, Cemoroc-Feusp / IJI - Univ. do Porto, set./dez. 2017.

PORTUGAL, S. Quanto vale o capital social? O papel das redes informais na provisão de recursos. *In*: FONTES, B; MARTINS, P.H. **Redes, práticas associativas e gestão pública**. Recife. Ed. UFPE, 2006.

\_\_\_\_\_; MARTINS, P.H. **Cidadania, políticas públicas e redes sociais**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

RANGAN, S.U; YOSHINO, M.Y. **Alianças estratégicas**. São Paulo: Makron Books, 1996.

REGO, D.F.A; RIGO, A.S. Consolidando uma Rede de Colaboração Solidária na Bahia: O Caso da Rede Moinho. **Cadernos Gestão Social**, v.6, n.1, p.97-106, jan./jun. 2015.

REIS, T. A. **A sustentabilidade em empreendimentos da Economia Solidária: pluralidade e interconexão de dimensões.** Dissertação (Mestrado em Administração) – NPGA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

RIBEIRO, S.D; MUYLDER, C.F. Economia Solidária – Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. **O&S**, Salvador, v. 21, n. 71, p. 581-614, out./dez. 2014.

RODRIGUES, W; SANTOS, N, S. Karl Polanyi e o Desenvolvimento Econômico: um Novo Olhar Sobre o Regional/Local? **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XIX, v. 1, n. 36, p. 168-190, abr. 2017.

RODRIGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. *In*: SANTOS, B. S. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROLT, C.R; DIAS, J.S; PENA, F.T.G. Análise de redes como ferramenta de gestão para empreendimentos interorganizacionais. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 24, n. 2, p. 266-278, 2017.

RUFINO, S.; AMATO NETO, J.; COSTA, R.P da. Economia Solidária e Sustentabilidade. *In*: AMATO NETO, J. (org.). **Sustentabilidade & Produção: teoria e prática para uma gestão sustentável.** São Paulo: Atlas, 2011.

SÁ, M.G; SOARES, G.J.V. Reflexões sobre poder e controle nas organizações da Economia Solidária (OES): um olhar à luz dos bichos de Orwell. **Cadernos Ebape/FGV**, v.3, n.2, p. 1-13, jul. 2005.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANT'ANA, D; METELLO, D. Reciclagem e Inclusão Social no Brasil: Balanço e Desafios. *In*: PEREIRA, B.C.J; GOES, F.L. (org). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional.** Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

SANTOS, B. S. **A crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Fórum social mundial: manual de uso.** São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo: para um a nova cultura.** São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Introdução: para ampliar a cânone da produção. *In*: SANTOS, B.S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Para Além do Pensamento Abissal: das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 78, p. 3-46, 20 out. 2007.

\_\_\_\_\_. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. *In*: SANTOS, B.S; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, S. A sustentabilidade à escala global. *In*: SANTOS, S; DIAS, R.A. **Sustentabilidade, competitividade e equidade ambiental e social**, Coimbra: Almedina, 2008.

SAUGO, A; MARTINS, M. S.. A sustentabilidade social e os novos projetos de empreendimentos habitacionais. **Oculum Ensaios**, 16, p. 102- 115, jul./dez. 2012.

SILVA, A.R.P; BARBOSA, M.J.S.; ALBUQUERQUE, F.S. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: análise da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 5, p. 1189-1211, 2013.

SILVA, C. A. (coord). **Tipologias de redes. Rede informações para o terceiro setor**, 2002.

SILVA, C.M. Trabalho, Economia Solidária e Catadores de Materiais Recicláveis: Desigualdades de Gênero e de Raça, em Busca de Cidadania. **Revista da ABET**, v. 13, n. 2, p. 248-261, jul./dez. 2014.

SILVA, D, B. Sustentabilidade no Agronegócio: dimensões econômica, social e ambiental. **Comunicação & Mercado**, Dourados - MS, v. 1, n. 3, p. 23-34, jul./dez. 2012.

SILVA, R.B. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: Atores, Governança, Regulação e Questões Emergentes no Cenário Brasileiro. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 1-40, Jul./dez. 2006.

SILVA, S; GOES, F; ALVAREZ, A. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil**. Brasília: SGPR/Ipea, 2013.

Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatori\\_o\\_situacaosocial\\_mat\\_reciclavel\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatori_o_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf). Acesso em: 20 maio 2018.

SILVA, S.M.A. A Sociologia das Ausências como Nova Racionalidade para o Conhecimento Breves Considerações Sobre o Campo da Mídia e do Direito como Monoculturas Hegemônicas. **Revista da FARN**, Natal, v.6, n. 1/2, p. 21-32, jan./dez. 2007.

SILVEIRA, V. O; ROCASOLANO, M. M. **Direitos Humanos: conceitos, significados e funções.** São Paulo: Saraiva, 2010.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. *In*: SANTOS, B.S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SIQUEIRA, D.M; COSTA, B. K; VIEIRA, A. M. Redes de Poder em Empreendimentos Solidários de Reciclagem. **Revista de Administração da UNIMEP**, v.15, n.2, p. 130-151, Maio/Ago. 2017.

SPANGENBERG, Joachim H. Assessing social sustainability: social sustainability and its multicriteria assessment in a sustainability scenario for Germany. **Int. J. Innovation and Sustainable Development**, v. 1, n. 4, p. 318-348, 2006.

SROUR, R.H. **Poder, cultura e ética nas organizações.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

STEIL, A.V. Trajetória interdisciplinar formativa e profissional na sociedade do conhecimento. *In*: PHILIPPI JR., A.; SILVA NETO, A.J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação.** São Paulo: Manole. 2011.

TERENCE, A, C, F; ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. *In*: ENEGEP, 26, 2006, Fortaleza. **Anais ... Fortaleza**, 2006.

TESTON, S.F; GRIGOL, C. Fatores de estresse e a sustentabilidade social em uma empresa do ramo da saúde de Chapecó. **InterfacEHS - Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 9, n.2, p. 2-19, dez. 2014.

TORO, J. B. **O que é mobilização social?** 2004. Disponível em: <<http://www.remos.org.br/simconhe%E7a.htm#ms>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

TURK, M.G. **Rede interna e rede social: o desafio permanente na teia das relações sociais.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

UNITED NATIONS. The Road to Dignity by 2030: Ending Poverty, Transforming All Lives and Protecting the Planet. **Synthesis Report of the Secretary-General On the Post-2015 Agenda.** New York, 2014.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. Empreendedores Coletivos em Redes organizacionais - Novos Agentes Gerando um Padrão Diferenciado de Competitividade. *In*: ENANPAD, 2004, Curitiba. **Anais .... Curitiba: ANPAD**, 2004.

VALENÇA, M.M. **Ecologia de Saberes e Justiça Cognitiva - O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Universidade Pública Brasileira: Um caso de Tradução?** 2014. Tese (Doutorado) - Programa de Doutorado em Pós-

colonialismos e Cidadania Global. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2014.

VALLANCE, S; PERKINS, H.C; DIXON, J.E. What is social sustainability? A clarification of concepts. **Geoforum**, v. 42, n. 3, p. 342-348, 2011.

VERONESE, M. V. Articulación Teórica entre Subjetividad y Actividad Laboral. *In*: VERONESE, M (org.) **Economía solidaria y subjetividad**. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2007.

\_\_\_\_\_; GAIGER, L.I; FERRRINI, A.V. Sobre a Diversidade de Formatos e Atores Sociais no Campo da Economia Solidária. **Cad. CRH**, v.30, n.79, p.89-104, 2017.

VERRI, F.T.H. Competitividade em redes de empresas que operam por projeto. *In*: **Anais do III Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Industriais**. São Paulo, FGV, 2000. Vol.2.

VIEIRA, N.S; PARENTE, C; BARBOSA, A.C.Q. “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social. *In*: **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, núm. 7, 2017.

VILLASANTE, T. **Redes e alternativas – Estratégias e estilos criativos na complexidade social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WASSERMAN, S; FAUST, K. **Social network analysis. Methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WELLEN, H. **Para crítica da Economia Solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WIRTH, I.G. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão?** Campinas, SP: [s.n.], 2010.

YIN, R.K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

## APÊNDICE

**Quadro 14** - Apresentação das percepções de outros pesquisadores sobre a temática dos catadores de materiais recicláveis

Itens	Doutorandos			
	Sociologia/Antropologia UFRJ	Psicologia UFMG	Engenharia de Produção UFMG	Recursos Naturais UFCG
Formação	Graduação e mestrado em Sociologia e Doutorado em Sociologia e Antropologia	Graduação em Psicologia, Mestrado em Engenharia de Produção e Doutorado em Psicologia.	Graduado, mestre e doutorando em Engenharia de Produção.	Graduação em Ciências Biológicas, especialização em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Mestrado e Doutorado em Recursos Naturais.
Quem são os catadores?	É um trabalhador que desenvolve suas atividades em situações extremamente precárias, que cumpre uma função extremamente importante para sociedade e que não é reconhecido, que é objeto de desqualificação, não reconhecimento e de pré-conceitos.	É um público diverso com 3 origens diferentes: pessoas oriundas das ruas, dos lixões e pessoas de outras experiências, como, por exemplo, desempregados. De maneira geral, é um público que não se adequa ao mercado de trabalho formal por vários motivos, como: baixo nível de escolaridade, negros, limitações de saúde. São pessoas que trabalham com inclusão social de pessoas que estavam na rua, envolvidas com violência, tráfico, trabalho de limpeza urbana, educação da população, dentre outros.	São pessoas que se viram em uma situação de exclusão gerada pelo sistema. O capital seleciona as pessoas que ele quer, sempre foi assim e cada vez mais é excludente. São pessoas que se veem nesta situação e que descobriram, há algum tempo, que poderiam construir sua história e vida a partir dos resíduos.	Na minha percepção, catadores de materiais recicláveis são trabalhadores que lutam diariamente por condições de trabalho dignas, como também buscam o reconhecimento deles enquanto uma classe de trabalho, visto que muitos desses profissionais ainda se queixam da “falta de reconhecimento social, ou ainda da humilhação de ser confundido com marginais nas ruas”. Além do mais, esses profissionais são considerados verdadeiros agentes ambientais, pois retiram do meio ambiente, aqueles materiais que poderiam está ocasionando algum tipo de impacto ambiental negativo.

<p>Em relação ao “reconhecimento”: Com sua experiência e opinião que tipo de reconhecimento os catadores buscam? Que reconhecimento de fato eles necessitam ou já tem?</p>	<p>O reconhecimento não só econômico, mas moral pela sua importância social, econômica e ambiental. Na América Latina, o Brasil tem se tornado referência do movimento para reconhecimento desse profissional.</p>			<p>Os catadores de materiais recicláveis buscam, na minha opinião, o reconhecimento profissional, enquanto uma classe de trabalho, que cata resíduos sólidos (material reciclável), realiza a triagem, acondiciona e vende. Eles buscam rotineiramente, que a sociedade entenda o papel deles. Entendendo o papel deles, a gestão de resíduos sólidos irá ser consolidada com maior facilidade, como também a inclusão do catador nesse processo.</p>
<p>A questão de “gênero e raça” dentro do movimento de catadores: Com base em suas experiências, como você vê esses temas nos grupos de catadores?</p>	<p>As mulheres de fato são predominantes nas cooperativas de catadores. Uma hipótese pode ser a articulação com os trabalhos domésticos, pois as mulheres conseguem articular e conciliar o trabalho com os trabalhos domésticos. Mas, os catadores desorganizados, individuais e em situação de rua são do sexo masculino. No Movimento Nacional dos Catadores, a presença masculina também é maior. Segundo algumas pesquisas, a maioria são mulheres negras.</p>	<p>No movimento dos catadores, isso tem se mostrado cada vez mais presente e forte. Há uma diferença entre os que são organizados e não organizados. No primeiro, há um grande número de participação de mulheres, enquanto nos não organizados, há um grande número de homens em situação de rua. As cooperativas e associações parecem que criam um espaço mais adequado para as mulheres. É fato que há uma divisão sexual do trabalho que é evidente nesses espaços, que são naturalizados pelos catadores. A questão de gênero é visível e muito discutida</p>	<p>A questão de gênero é clara, principalmente pela divisão sexual do trabalho dentro das cooperativas. Geralmente, homens em serviços que exigem mais força e a mulher no serviço que exige destreza manual. Há os híbridos, por exemplo, coletas geralmente são realizadas pelos homens, mas há muitas mulheres que realizam a coleta. Em relação à raça, acaba reproduzindo lógica de outros serviços mais básicos, onde a maioria nas associações tem a presença maciça de negros. Os negros ainda estão muito ligados aos trabalhos precários e serviços. A presença feminina</p>	<p>Não tenho uma opinião formada sobre essa temática. Mas, o que tenho visto na Paraíba é que, a maioria dos catadores é do gênero masculino, acredito que pela própria profissão e a necessidade de utilizar a força para puxar carrinhos a longas distâncias, puxar fardos de materiais recicláveis. As mulheres que participam dos empreendimentos possuem dupla jornada, pois trabalham dentro da associação/cooperativa e, quando chegam em casa, ainda tem que dar conta dos afazeres domésticos. Então, geralmente, as mulheres realizam a coleta seletiva porta a porta, mas não puxa os carrinhos de mão,</p>

		dentro do movimento, porém a questão de raça, não vejo uma discussão consciente sobre o tema.	é predominante nas cooperativas, mas quando você identifica os catadores avulsos, isso se inverte, a predominância é masculina. Talvez a questão do trabalho coletivo, organizacional ter uma rotina seja uma tendência feminina, que pode explicar a presença feminina nas organizações.	geralmente o homem que faz esse papel; as mulheres também desenvolvem papéis de liderança com bastante desenvoltura. Em relação à raça, a maioria é da raça negra, e esse é mais um ponto relevante, pois, além de sofrer preconceito pela profissão exercida, ainda sofre preconceito por causa da sua cor... Isso é bastante triste. Uma vez acompanhando a rotina de catadores de uma associação durante a coleta seletiva, os olhares das pessoas são algo cruel, as pessoas marginalizam esses profissionais só com o olhar...
Sobre o aspecto “econômico” no movimento dos catadores. Como você descreveria o aspecto econômico tanto para o catador e do catador para o sistema econômico vigente em que ele está inserido?	Parto da reflexão sobre qual o real impacto da Política Nacional de Resíduos Sólidos na cadeia produtiva da reciclagem e a estrutura injusta da cadeia ainda permanece. Muitas vezes, você tem as cooperativas fazendo um esforço enorme para pagar seus custos e sobreviverem, em muitos casos, sem apoio das prefeituras, muitas concorrendo com depósitos que trabalham em outras condições,		Eles, infelizmente, ainda ocupam uma posição de subalternos na cadeia da reciclagem, ficando assim com o maior trabalho humano e a menor fatia da riqueza gerada ao longo desta cadeia. Há uma superexploração onde eles geralmente vendem seus produtos, principalmente, os individuais, por valores baixos. Se vê, quando há alguma iniciativa de organização através das cooperativas, principalmente, as redes, que eles desenvolvem algumas	Na cadeia da reciclagem o catador de material reciclável é a “parte” mais frágil. O catador é quem mais trabalha, no entanto, é o que menos lucra. Na Paraíba, a realidade é cruel, raros são os empreendimentos que alcançam um salário mínimo, 90,0% dos empreendimentos recebem em torno de 200,00 – 500,00 reais. A profissão catador é cansativa, excludente e remunera muito mal. Aqui na Paraíba, ainda tem o entrave que se chama: Atravessador, os catadores não conseguem juntar toneladas suficientes para negociar com as

	<p>como a informalidade. A própria cadeia tem uma dinâmica que muitas vezes bloqueia o catador, não o permitindo negociar, muitas vezes, com o comprador, porque tem outros fornecedores que fornecem em condições desiguais. E o catador tem discutido sobre o reconhecimento e remuneração da prestação de serviço, cadeia reversa, dentre outros. Mas, ainda há um pré-conceito por parte dos gestores, mesmo que há pesquisas e estudos que comprovam que os catadores são mais eficientes na coleta do que empresas.</p>		<p>estratégias para se posicionar da melhor forma nesta cadeia.</p>	<p>indústrias, devido principalmente às condições de trabalho, carrinhos pequenos que quebram com facilidade, ausência de Equipamentos (prensa, mesas de triagem, etc), galpão pequeno, entre outros, então o que resta é negociar os materiais recicláveis com o atravessador, que compra o material com o preço abaixo do mercado. Na Paraíba 100% dos empreendimentos vendem aos atravessadores.</p>
<p>Como você vê os catadores sob o aspecto político tanto em nível individual e coletivo? O aspecto político do movimento tanto em nível nacional e local?</p>	<p>O catador, a partir do contato com o Movimento Nacional de catadores, ele vai se empoderando. O Brasil é reconhecido em nível mundial pela articulação e algumas conquistas sobre a temática dos catadores, como a própria Política Nacional dos Resíduos que teve a participação e pressão dos catadores. E o envolvimento dos</p>	<p>“Não sou um catador de lixo e sim um catador de material reciclável”. Com base nas experiências através das pesquisas, partimos do micro para o macro. Observa-se uma variação a partir de cada contexto e realidade desde um empoderamento, reconhecimento, consciência sobre seu trabalho como também a falta dos mesmos. E nesse tornar-se catador de materiais recicláveis está</p>	<p>O Movimento Nacional dos Catadores, podemos reconhecer como um dos movimentos mais bem articulados no Brasil, principalmente pela rede de parceiros ao redor dele. Vão para o campo político e buscam embasar tecnicamente o que vão levar para esse campo. Seus discursos não apresentam somente a negação, mas também propostas de</p>	<p>Acredito que, hoje, os catadores percebem que lutar em conjunto é melhor que está lutando isolado, o Movimento Nacional de Catadores é um exemplo claro disso. Os catadores estão se articulando com maior facilidade. Aqui na Paraíba, a maioria dos empreendimentos participa ativamente das políticas públicas estaduais e municipais, inclusive na organização e aprovação dos Planos Estadual e municipal de gestão integrada de resíduos</p>

	<p>catadores no movimento político apresenta um desenvolvimento como sujeito, principalmente nos aspectos cognitivos, autoestima, etc. Mas, geralmente essa evolução e empoderamento se destacam naqueles que tem mais contato com movimentos, eventos etc. Infelizmente, devido às condições financeiras e geográficas, nem todos os catadores têm condições de participarem de ações fora dos espaços de trabalho.</p>	<p>embutida a noção da histórica de uma construção política, principalmente o princípio do Movimento Nacional dos Catadores, as habilidades e competências. Há uma subjetivação política, tanto nos espaços tradicionalmente político como no ambiente de trabalho.</p>	<p>atuação. Os catadores individuais muitas vezes não têm acesso, eles desconhecem o que passa no âmbito político. O modelo de inserção dos catadores em modelos cooperativos dá certo até certo ponto, pois há catadores que preferem se manter autônomos, pois estão acostumados com aquele modo de vida. E as cooperativas exigem uma certa rotina e há algumas pessoas que não gostam de se manter presos a rotinas e querem ser mais autônomos. Será que existe somente esta forma organizacional de incluir esses catadores?</p>	<p>sólidos.</p>
<p>Em sua opinião, o catador tem consciência da sua importância (seu papel) e da sua profissão? Por quê?</p>	<p>No contexto geral e no Brasil, o catador, principalmente, a partir da inserção no Movimento Nacional de Catadores, trabalha o reconhecimento do catador, da transformação do catador de lixo para catador de materiais recicláveis. A partir disso, conseguiram se organizar.</p>		<p>Os catadores que estão vinculados a algum movimento ou redes conseguem se ver como um profissional importante para a cadeia de reciclagem. Há situação de empoderamento que são perceptíveis através de falas simples e da percepção do dia a dia e da sua própria experiência enquanto sujeito e profissional.</p>	<p>O catador de material reciclável organizado possui consciência do seu papel, pois a maioria desses profissionais já passou por algum processo de formação, logo eles possuem uma percepção crítica a respeito da profissão exercida. Porém, os catadores que atuam na informalidade, o cenário é o oposto, não gostam e não aceitam a profissão que exercem, sentem vergonha, frustração.</p>
<p>Em sua opinião, porque ele(a) se torna um(a) catador(a)? Por que</p>	<p>Na maior parte dos casos, há uma questão de sobrevivência e</p>		<p>Inevitavelmente a maioria começa a trabalhar por necessidade. Nos mais</p>	<p>Eu acredito que todos eles buscam a profissão de catador de material reciclável por falta de</p>

<p>buscaram esta profissão?</p>	<p>necessidade. Era a opção disponível e por falta de algumas características que o mercado tradicional exige e que eles não tinham. E isso em um primeiro momento, depois que se inserem alguns, ao desenvolver o conhecimento técnico da atividade, gostam e incorporam e desenvolvem um orgulho sobre seu trabalho. Eles defendem o conhecimento que eles têm a partir da consciência sobre o seu trabalho.</p>		<p>diversos modos que a necessidade aparece, desde experiência com os lixões aos mais recentes novos desempregados de novas crises. E depois eles vão criando novas formas de justificar esse trabalho para eles e tendo novas percepções sobre seu trabalho.</p>	<p>oportunidades no mercado de trabalho formal, pelo pouco ou nenhum estudo, então a profissão que “sobra” é catar resíduos sólidos.</p>
<p>Sobre o aspecto das relações de poder dentro destes grupos. Como você vê essas relações de poder dentro desses grupos onde subtende que tem ou deveria ter a filosofia do associativismo e cooperativismo?</p>	<p>As relações de poder estão em todos os lugares, em qualquer instância. Mas, um desafio em uma sociedade hierarquizada e individualizada. E no Brasil, ainda há uma desigualdade social expressiva e a subalternação em relação ao outro chega ao ponto de setores mais vulneráveis terem receio de falar. E isso se reproduz nas cooperativas, o que não desqualifica a organização, mas deve servir para reflexão. Desconstruir a relação de</p>	<p>Apesar de serem grupos vinculados à Economia Solidária, eles têm conflitos, pois não é uma economia que está a margem de outros sistemas econômicos, normas e padrões. As relações de poder e conflito aparecem em todos os momentos, como, por exemplo, na forma de organização da produção, dentre outros. Mas, há conflitos “de gênero”, que são também conflitos das atividades. E tem a ver com a divisão sexual e como se organiza internamente. Os poderes em algumas perspectivas estão nas bases, ou seja, hierarquia</p>	<p>Existe uma diversidade de situações muito ligada à realidade de cada grupo e o contexto no qual ele foi constituído. Quando existe uma concentração de informações e de articulações encima de uma pessoa, tende-se a centralizar e polarizar o poder. As lideranças não têm muito conhecimento para fazer a dispersão do poder e geralmente não é intencional.</p>	<p>Todos os grupos que acompanhei são empreendimentos, logo as relações de poder estão concentradas no presidente. Há presidentes que exercem seu papel de forma exemplar, conseguindo conduzir o empreendimento satisfatoriamente, com respeito mútuo. No entanto, também tenho observado presidentes que excedem, são autoritários, gritam muito com os demais colegas, falta o respeito no dia a dia do trabalho.</p>

	trabalho tradicional onde tem um que manda e outro que obedece. Trabalhar e construir uma relação organizacional no contexto cooperativo e autogestionário que se apresenta como um projeto que todos devem abraçar.	reversa, porque elas que fazem e têm conhecimento. Porém, é muito difícil nos empreendimentos solidários por vários fatores, pois há a questão do desenvolvimento de competências.		
Em sua opinião, o que é sustentabilidade?	A sustentabilidade trás as várias dimensões, como o social, ambiental e econômico. Apesar de que ainda há uma predominância do econômico. No contexto das cooperativas, a questão da renda é predominante e importante. Mas, não é somente isso, é preciso trabalhar as questões sociais, morais, políticas, dentre outros. As dimensões devem ser pensadas de forma conjunta e não individualmente. Nos contextos das cooperativas, não se deve ter uma lógica do lucro, mas sim da pessoa, das relações sociais, ser solidário e cooperar.	A sustentabilidade é uma questão que queremos, mas difícil de definir. Como uma rede, uma teia cheia de tensões que movimenta, que tem uma dinâmica que circula.	A sustentabilidade está aliada a uma noção de desenvolvimento sustentável. Ela não seria simplesmente você conseguir fazer o que está muito em voga, que é a economia circular. Se você consegue fazer a economia circular, mas continua com as mesmas engrenagens rodando o sistema, nunca terá um sistema sustentável, pois a pesar de ser circular, será sempre expansivo. E a sustentabilidade está muito ligada ao reconhecimento dos limites do planeta e das contradições que o sistema produz. A sustentabilidade também está ligada muito ao aspecto social e não acúmulo de capital. Apesar do modismo de se usar o termo sustentabilidade, é necessário o resgate da essência da temática.	Conceito geral: Sustentabilidade é gerir os recursos adequadamente sem ocasionar pressão e impactos negativos nos diferentes sistemas. E sustentabilidade em uma associação ou cooperativa de catadores; Uma associação ou cooperativa sustentável deve prezar a visão sistêmica, observando os aspectos econômicos, ambientais, culturais, e sociais do empreendimento.

<p>Para você o que ou como seria uma cooperativa ou associação de catadores ideal?</p>	<p>Cada contexto e história de cada grupo trás um ideal não há uma receita. Uma cooperativa tem quer ter em mente, como projeto, a solidariedade, ser justo e colocar o coletivo acima do individual. Tem que dar sustento às pessoas para ter uma renda boa, dando-lhes reconhecimento da sociedade e prefeituras. Ter articulações comerciais e políticas.</p>	<p>Proporcionar uma rede de reconhecimento a partir de uma conscientização sobre outras possibilidades de atuações voltadas as temáticas socioambientais. E trabalhar com todos que estão no território de atuação dos catadores para melhor distribuição de poder igualitária. Pensar que esses grupos estão em uma rede que circule novos valores, que tem uma dinâmica com outros elementos e atores..</p>	<p>Seria aquela em que todos os catadores conseguissem desempenhar seu trabalho de forma digna, salubre, de forma prazerosa. Que consigam uma renda que possibilite seu desenvolvimento enquanto indivíduo e família. E que não reproduza alguns vícios do sistema como concentração de poder, de capital, ou melhor, desigualdade de renda. Que procure desenvolver outro modelo diferente do que está colocado pelo sistema capitalista.</p>	<p>Uma associação ou cooperativa ideal seria aquela que todos trabalhassem felizes com condições dignas de trabalho (com equipamentos novos, caminhão, EPIs, galpão espaçoso), e que estes profissionais recebessem os materiais recicláveis já separados e limpos, sem rejeito (resíduos sanitários, resíduos orgânicos, resíduos de serviço de saúde, entre outros). E que eles tivessem condições de negociar os materiais recicláveis diretamente com as indústrias.</p>
<p>Como sua área de conhecimento/formação poderia auxiliar os catadores?</p>	<p>Entender que a classe trabalhadora mudou, significa considerar não só o assalariado, proletariado fabril, mas há o trabalho informal, subsistência. Entender as novas classes trabalhadoras. Estudar a marginalidade. Destacar o catador e sua importância e papel social, ambiental e organizacional a partir de um grupo vulnerável.</p>	<p>Há muitas coisas que a psicologia pode contribuir desde que não trabalhe “na caixinha”. E ter consciência do que meu real/concreto me pede e como responder, saindo assim um pouco da disciplina. A psicologia tende a contribuir com os processos de desenvolvimento psicossocial, tanto para pensar a relação do sujeito com o trabalho e, junto disso, a relação do sujeito neste contexto psíquico e social no contexto do trabalho.</p>	<p>Contribuir de forma a pensar no futuro e propor inovações sociais e de negócios, para que possa livrá-los da dependência estrita do mercado. Apesar de que os catadores são muito resilientes, conseguem enfrentar crises de forma interessante, mas há limites. Evitar que esses limites cheguem até eles, impedindo-os de avançar. Pensar na diversidade de serviços, produtos, novas lógicas da cadeia, como eles podem se posicionar na política de resíduos sólidos, etc.</p>	<p>Acredito que, ao longo de 7 anos, acompanhando empreendimentos, a minha formação de educadora ambiental tem transformado a vida desses profissionais, através da inclusão socioambiental, elevando a autoestima em relação ao trabalho exercido, mitigando os riscos ocupacionais através de cursos, palestras e distribuição de EPIs. Corroborando, também, na construção das políticas públicas municipais. Enfim, o trabalho não é fácil e também não é pouco, temos que ter muita força de vontade, pois a maioria dos políticos não está “nem aí” para as classes menos favorecidas.</p>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor